

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**ARTHUR VIANA LOPES**

**TRÊS DEFESAS DO EXTERNALISMO EPISTÊMICO**

**João Pessoa, Setembro de 2010**

**ARTHUR VIANA LOPES**

**TRÊS DEFESAS DO EXTERNALISMO EPISTÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPB, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni da Silva de Queiroz.

Co-orientador: Prof. Dr. André Joffily Abath.

**João Pessoa, Setembro de 2010**

L864t    *Lopes, Arthur Viana.*

**Três defesas do externalismo epistêmico / Arthur Viana Lopes. - - João Pessoa : [s.n.], 2010.**

102f.

*Orientador: Giovanni da Silva de Queiroz.*

*Co-Orientador: André Joffily Abath.*

*Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.*

1.Filosofia. 2.Análise do Conhecimento. 3.Epistemologia naturalizada.  
4.Confiabilismo.

UFPB/BC

CDU: 1(043)

# TERMO DE APROVAÇÃO

**ARTHUR VIANA LOPES**

## **TRÊS DEFESAS DO EXTERNALISMO EPISTÊMICO**

Dissertação de mestrado sob o título “Três Defesas do Externalismo Epistêmico”, defendida por Arthur Viana Lopes e aprovada em Setembro de 2010, em João Pessoa, Estado da Paraíba, pela banca examinadora constituída pelos professores:



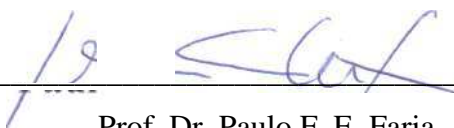
Prof. Dr. Giovanni da Silva de Queiroz.  
Orientador/ UFPB



Prof. Dr. André Joffily Abath  
Co-orientador/UFPB



Prof. Dr. Sérgio Luís Persch  
Examinador/ UFPB



Prof. Dr. Paulo F. E. Faria  
Examinador/UFRGS

*Aos meus pais.*

## *Agradecimentos*

Sou grato por ter encontrado na UFPB um ambiente produtivo e que favoreceu meu interesse pela Filosofia Analítica. Pude receber o estímulo e a exigência necessária para quem pretende adquirir competência em uma área tão rigorosa. Agradeço, particularmente, por ter recebido o tipo de orientação que me permite perceber o que é preciso para conseguir o que almejo, e que gerou a convicção de que vale mesmo a pena. Agradeço aos amigos de academia por compartilhar preocupações e aos amigos não-acadêmicos por me fazerem esquecer delas. Agradeço à Priscila pelo principal apoio que eu poderia ter recebido.

*“It requires a very unusual mind to undertake the analysis of the obvious”.*

— Alfred North Whitehead

## ***SUMÁRIO***

Introdução .....	1
1. ANÁLISE DO CONHECIMENTO E PSICOLOGIA DE CONCEITOS .....	9
1.1. A ANÁLISE DO CONHECIMENTO .....	12
1.1.1. Intuições Internalistas e Externalistas.....	14
1.2. PSICOLOGIA DE CONCEITOS E ANÁLISE DO CONHECIMENTO .....	19
1.2.1. A Teoria Clássica e a Teoria Prototípica de Conceitos .....	19
1.2.2. Protótipos e Conceitos Abstratos.....	24
1.2.3. Núcleo conceitual e Categorizações Refletidas.....	32
1.2.4. Núcleo conceitual e Externalismo .....	38
2. CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO, ANÁLISE DO CONHECIMENTO E EXTERNALISMO .....	44
2.1. O CONTEXTUALISMO SEMÂNTICO .....	44
2.2. O CONTEXTUALISMO E A EPISTEMOLOGIA .....	48
2.2.1. A Natureza do Paradoxo Cético .....	52
2.2.2. Contextualismo de Standards e o Conceito de Conhecimento .....	54
2.3. UMA RESPOSTA EXTERNALISTA.....	60
3. POLLOCK, O EXTERNALISMO, E A NATURALIZAÇÃO DA JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA.....	64
3.1. A TEORIA PROCEDIMENTAL DE NORMAS EPISTÊMICAS.....	66
3.1.1. A Refutação do Externalismo.....	68
3.2. CONFIABILISMO DE PROCESSO E COGNIÇÃO RACIONAL .....	72
3.2.1. O Rationale do Confiabilismo de Processo .....	73
3.2.2. Afinal, qual o problema com o confiabilismo de processo?.....	80
3.3. MANTENDO O PROJETO CONFIABILISTA .....	82
Conclusão .....	87
Referências .....	89



## RESUMO

A proposta deste trabalho é defender a posição conhecida na literatura epistemológica como *externalismo epistêmico*. O externalismo epistêmico consiste essencialmente na tese de que alguns dos fatores que determinam quando uma crença constitui um caso de *conhecimento* ou um caso de *crença justificada* são externos ao agente epistêmico, i.e., não são estados internos ao sujeito, nem precisam ser acessados conscientemente por ele. Nós não atacamos nenhuma teoria particular do internalismo, ou mesmo defendemos uma teoria externalista particular. Em lugar disto, discutimos três tópicos distintos que servem de motivação geral para a adoção do externalismo. A escolha destes tópicos é guiada pelo interesse em uma *epistemologia naturalizada* e em discussões recentes da epistemologia. Primeiro, nós discutimos a utilização da *análise de casos* – a descrição de casos imaginários com a intenção de salientar a *intuição* de uma proposição particular ou mostrar a consequência anti-intuitiva de uma teoria – no debate entre internalistas e externalistas. Nós tentamos fornecer uma espécie de diagnóstico psicológico sobre o uso desta ferramenta intuitiva e argumentamos que a literatura em *psicologia de conceitos* sugere um favorecimento a teorias externalistas. Segundo, nós discutimos a abordagem *contextualista* sobre o *paradoxo céptico* e sua relação com a *análise conceitual*. Nós argumentamos que uma abordagem semântica falha em resolver o paradoxo e que a compreensão adequada de sua origem, assim como uma rejeição *invariantista* da posição contextualista, fornece uma motivação para aceitarmos a solução externalista do problema. Por último, nós tratamos da crítica de John Pollock ao externalismo, que consiste justamente na ideia de que uma teoria de justificação naturalista adequada deve ser internalista. Nós analisamos se sua refutação realmente atinge toda forma de externalismo e, em particular, o *confiabilismo de processo*. Nós apresentamos a *teoria procedimental de normas epistêmicas* de Pollock e discutimos se as razões que ele apresenta podem realmente refutar o confiabilismo de processo. Nós defendemos que as razões que são apresentadas não colocam realmente o projeto de Pollock em vantagem.

Palavras-chave: análise do conhecimento, epistemologia naturalizada, confiabilismo.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to defend the position known in epistemic literature as *epistemic externalism*. This position essentially consists in the thesis that some of the features which determine when a belief is a case of *knowledge* or a case of *justified* belief are *external* to the epistemic agent, i.e., they are not *internal* states of the agent, nor need to be consciously accessed by him. We neither criticize any particular internalist theory, nor advocate a particular externalist theory. Instead, we discuss three different topics that work as a general motivation for adopting externalism. The option for these topics is guided by an interest in *naturalistic epistemology* and in recent discussions of epistemology. First, we discuss the use of cases – the description of *imaginary cases* with the intent to emphasize the *intuition* of a particular proposition or to show the counterintuitive consequence of a theory – in the debate between internalists and externalists. We try to provide a sort of psychological diagnosis of the use of this intuitive tool and argue that the literature on *concepts psychology* suggests an advantage for externalist theories. Second, we discuss the *contextualist* approach about the *skeptical paradox* and its relation to *conceptual analysis*. We argue that a semantic approach fails to solve the paradox and that the proper understanding of its origin, and also an *invariantist* rejection of the contextualist approach, provide a motivation to accept the externalist solution of the problem. At last, we deal with John Pollock's criticism against externalism – the idea that a proper naturalistic theory of justification has to be internalist. We analyze whether his refutation really affects all form of externalism, particularly, *process reliabilism*. We present Pollock's *procedural theory of epistemic norms*, and discuss if the reasons he presents can actually refute process reliabilism. We claim that the reasons presented do not really put Pollock's project in an advantage.

Key-words: analysis of knowledge, epistemology naturalized, reliabilism.

## Introdução

No trabalho que se segue, nossa proposta consiste essencialmente em defender a posição conhecida na epistemologia contemporânea como externalismo epistêmico. Nosso objetivo, particularmente, é fornecer motivações distintas a favor dessa posição. Em cada um dos três capítulos seguintes apresentamos uma defesa ou motivação a favor desta posição a partir de perspectivas variadas.

Historicamente, o externalismo surgiu exatamente no momento em que o *confiabilismo*, como uma abordagem epistemológica geral, despontava em reação ao cenário teórico da epistemologia nos anos 1960 e 1970 e fornecia uma alternativa distinta das abordagens tradicionais. Neste cenário, o tópico prioritário da agenda era o chamativo problema levantado por Edmund Gettier em “*Is justified true belief knowledge?*” (1963). Conhecidamente, neste pequeno artigo, Gettier levantou contraexemplos à *definição* milenar de conhecimento como *crença, verdadeira, justificada (CVJ)*, e o que é importante, ele fez isso através da descrição de dois simples casos imaginários (ver capítulo 1). Podemos resumir o cenário epistemológico daquele momento como o consenso de que ou (a) a definição tradicional do conhecimento como (CVJ) é inadequada, ou (b) precisamos de uma melhor teoria da justificação.

Os dois casos descritos por Gettier (1963) satisfazem todos os critérios colocados pela definição tradicional, no entanto, não parecem satisfazer *intuitivamente* nosso conceito de conhecimento, o que mostraria a inadequação da definição tradicional. O que se seguiu foram inúmeras tentativas de fornecer definições que não sofressem desse tipo de contraexemplo, popularizando o empreendimento que ficou conhecido como a *análise do conhecimento*, isto é, uma versão particular do método da *análise conceitual*. A partir destas tentativas, e de interpretações diferentes de como o problema deveria ser resolvido, se originou o que viria a ser o debate mais central da epistemologia contemporânea. Particularmente, discordâncias sobre qual deveria ser realmente o papel da *justificação* em uma definição de *conhecimento* e revisões sobre qual deveria ser a conexão entre conhecimento e crença verdadeira, aos poucos levaram à fomentação do debate entre *internalismo* e externalismo. Grosso modo, o internalismo defende que conhecimento e justificação dependem essencialmente de fatores internos ao sujeito epistêmico, e externalistas negam isto. O externalismo defende que alguns fatores que determinam quando uma crença constitui um caso de conhecimento,

ou que alguns fatores de *justificação* de uma crença, são externos ao agente epistêmico, i.e., não são estados internos ao sujeito, nem precisam ser acessados conscientemente por ele.

Este ainda é um dos debates mais persistentes da epistemologia. Muitos filósofos prontamente ainda se engajam em fazer análise conceitual do mesmo modo que originou a controvérsia entre externalistas e internalistas, ou tratar diretamente dos principais argumentos utilizados. Até muito recentemente, externalistas têm feito colaborações significativas ao debate (Comesaña 2005; Bergmann 2006; Goldman 2009). A abordagem que vamos adotar para este trabalho, no entanto, se distancia um pouco desta linha de discussão. Nós não vamos tentar defender conclusivamente nenhuma teoria externalista específica de *conhecimento* ou *justificação*, ou entrar em confronto direto com alguma teoria internalista específica. Duas motivações particulares guiam a escolha de temas desta dissertação. Primeiramente, epistemólogos têm se dedicado extensamente ao embate franco entre internalistas e externalistas. Nós vamos, ao contrário, tratar de tópicos que estão diretamente relacionados à defesa de teorias externalistas, mas que são *paralelos* ao debate contra o internalismo epistêmico, e.g., as razões metaepistemológicas que podem ser utilizadas a favor do externalismo. Nossa segunda motivação é também o pano de fundo que unifica parte dos temas tratados aqui, isto é, o interesse por uma abordagem *naturalista* da epistemologia.

A *Epistemologia Naturalizada* ou *Naturalística* (EN) pode ser resumida como um conjunto de posições filosóficas que defendem a conexão entre a epistemologia e as ciências naturais. O que torna a (EN) importante é o fato de que a partir do tipo de conexão defendido, as perspectivas da epistemologia podem passar a ser radicalmente diferentes em relação às da epistemologia clássica. Os projetos epistêmicos tradicionais, como a tentativa de responder a problemas céticos e a análise dos conceitos de conhecimento e justificação, pode, nas posições mais moderadas, passar a incluir resultados relevantes da ciência natural para seus objetivos, ou, nas posições mais radicais, ser criticada ao ponto de ser proposto o abandono definitivo de certos projetos.

Uma das posições mais radicais é atribuída justamente ao já familiar projeto de naturalização de Willard V. O. Quine (1969). Quine caracteriza a epistemologia apenas como um empreendimento fundacionalista, i.e., que procura fornecer fundamentos firmes para o conhecimento ordinário e científico e, convicto do fracasso desse projeto, propõe que a epistemologia assuma o novo projeto naturalista de investigar diretamente os processos psicológicos que relacionam nossos estímulos sensoriais e nossa produção teórica. Esta ideia é resumida por uma das passagens mais citadas da literatura naturalista:

A Epistemologia, ou coisa semelhante, simplesmente cai como um capítulo da psicologia, e portanto, da ciência natural. Ela estuda um fenômeno natural, viz., um sujeito humano físico. Este sujeito humano recebe certo *input* experimentalmente controlado (...) e no devido tempo (...) oferece como *output* uma descrição do mundo externo tridimensional. A relação entre o magro *input* e o torrencial *output* é uma relação que somos impelidos a estudar mais ou menos pela mesma razão que sempre impeliu a epistemologia; ou seja, para ver como a evidência se relaciona à teoria, e de que modos a teoria da natureza de uma pessoa transcende qualquer evidência disponível (...) *Uma diferença evidente entre a antiga epistemologia e o empreendimento epistemológico neste novo cenário psicológico é que agora nós podemos fazer livre uso da psicologia empírica.*<sup>1</sup> (1969, p. 82-83, grifo nosso)

Este projeto substitutivo foi pouco aceito por uma série de razões. No entanto, a principal delas talvez tenha sido o fato de poucos filósofos terem se sentido impelidos a abandonar questões que são simplesmente ignoradas em “Epistemology Naturalized”. Em outras palavras, a redução de tópicos implicadas por essa proposta obteve pouca simpatia simplesmente porque a maioria das questões e projetos de interesse da epistemologia tradicional parece perfeitamente boa para os filósofos. Epistemólogos, anteriores e posteriores à Quine, pouco se interessaram em investigar apenas as relações causais entre estímulos e teoria, mas sim uma série de questões sobre *racionalidade*, *justificação*, *conhecimento* e *ceticismo*, questões que muitas vezes não estão vinculadas a um projeto fundacionalista. E o que é importante, muitas dessas questões possuem um caráter *normativo*. Epistemólogos sempre realizaram uma atividade crítica, avaliativa, categórica. O que significa que suas afirmações têm, ou pretendem ter, *força normativa*. Um dos projetos mais tradicionais, por exemplo, é o de fornecer preceitos e procedimentos explícitos a serem seguidos para o alcance de conhecimento: normas *regulativas* sobre como nós devemos proceder no assunto

---

<sup>1</sup> Epistemology, or something like it, simply falls into place as a chapter of psychology and hence of natural science. It studies a natural phenomenon, viz., a physical human subject. This human subject is accorded a certain experimentally controlled input (...) and in the fullness of time (...) delivers as output a description of the three-dimensional external world and its history. The relation between the meager input and the torrential output is a relation that we are prompted to study for somewhat the same reasons that always prompted epistemology: namely, in order to see how evidence relates to theory, and in what ways one's theory of nature transcends any available evidence (...) But a conspicuous difference between old epistemology and the epistemological enterprise in this new psychological setting is that we can now make free use of empirical psychology.

de formação e revisão de nossas crenças. Alguns filósofos contemporâneos, por sua vez, estão interessados em *avaliar* se nossas crenças são mantidas e geradas de forma racional. Enquanto outros estão interessados em avaliar se e quando fontes de evidência como testemunho e memória, são adequadas para a aquisição de conhecimento. De fato, até hoje o interesse em questões e projetos normativos como esses, no geral, não foi suplantado por motivações naturalistas.

Embora o projeto quineano tenha sido pouco efetivo em direcionar os projetos epistemológicos, isso não implicou igualmente no abandono do naturalismo. O estreitamento de laços entre a epistemologia e a psicologia empírica, sugerido exatamente por Quine (1969), tem sido efetivado de maneira gradual ao longo dos anos, tornando o naturalismo na epistemologia uma abordagem extremamente aceita atualmente, uma abordagem que não significa mais obrigatoriamente o abandono de nenhum dos projetos ou metodologias tradicionais como a *análise conceitual*, mas apenas o livre uso de tópicos e resultados da ciência natural. O maior exemplo disso é o fato que Alvin I. Goldman, talvez o nome mais importante do naturalismo atualmente, é também conhecidamente um dos principais defensores do uso da análise conceitual na epistemologia (Goldman 1986, 2007).

Existe uma questão que naturalmente surge ao ser tornada explícita a pretensão normativa de projetos tradicionais e que constitui uma das questões mais fundamentais da (EN): Qual a origem da força normativa de recomendações e avaliações epistêmicas? Embora poucos filósofos tenham tentado responder explicitamente a esta questão, podemos afirmar que, de forma predominante, nas últimas quatro décadas, filósofos analíticos têm assumido que a resposta está nos próprios conceitos epistêmicos relevantes. Recomendações regulativas possuiriam força normativa não por sua forma lógica, mas porque quando analisamos nosso conceito de conhecimento constatamos que ele consiste em algo com valor intrínseco ou instrumental. De forma semelhante, quando afirmamos que tal crença não é justificada, ou não é realmente um caso de conhecimento, a força dessa afirmação se sustentaria no fato de que poderíamos determinar quais são as condições para que uma crença seja justificada, ou realmente seja um caso de conhecimento ao analisarmos nossos conceitos CONHECIMENTO<sup>2</sup> e JUSTIFICAÇÃO – o mesmo vale para outros conceitos epistêmicos como RACIONALIDADE. Em outras palavras, nossas afirmações de que tal crença não está justificada, não é conhecimento, ou não é racional, possuem força simplesmente porque nós sabe-

---

<sup>2</sup> Daqui em diante, quando nos referirmos a conceitos entendidos como entidades mentais, eles serão escritos em caixa alta.

ríamos em que consistem essas coisas. Hilary Kornblith (2002) resume esta ideia muito bem:

[É] na parte fundacional da epistemologia, na parte que é investigada pelo exame de nossos conceitos, que a normatividade epistêmica está localizada. Os termos de julgamento epistêmico são termos avaliativos: dizer que uma crença é justificada, ou que ela é um caso de conhecimento, é dizer que ela é boa em algum sentido (...) *Além disso, nós descobrimos através da análise conceitual que condições devem ser satisfeitas para que uma crença seja justificada, ou um caso de conhecimento, ou o que quer que seja.* É então uma questão de análise conceitual tanto que a classe de crenças justificadas é boa, correta, ou própria, e que elas são identificadas por certas condições empíricas.<sup>3</sup> (Kornblith 2002, p. 142, grifo nosso).

Obviamente, portanto, a análise conceitual possui um papel fundamental em abordagens naturalísticas que pretendem manter o aspecto normativo da epistemologia e alguns de seus projetos tradicionais. O uso da análise conceitual na epistemologia, i.e., o projeto da análise do conhecimento, é um tema importante deste trabalho. Por exemplo, um aspecto marcante da análise do conhecimento e do debate entre internalistas e externalistas, um reflexo do modo como foi gerado o problema de Gettier, diz respeito ao uso da *análise de casos* – a descrição de casos imaginários com a intenção de salientar a *intuição* de uma proposição particular ou mostrar a consequência anti-intuitiva de uma teoria. Particularmente, a discordância fundamental entre internalistas e externalistas é propriamente refletida no uso de casos imaginários. Internalistas apresentaram casos para mostrar que critérios externalistas não são nem suficientes, nem necessários para justificação ou posse de conhecimento, e vice-versa. Mesmo em tópicos mais recentes da epistemologia que não têm como objetivo primário fornecer definições para conceitos epistêmicos, e.g., o *contextualismo epistêmico*, filósofos ainda fazem uso de casos imaginários para salientar intuições que favorecem ou desfavorecem teses particulares.

---

<sup>3</sup> [I]t is in the foundational part of epistemology, in the part that is investigated by examining our concepts, that epistemic normativity is located. The terms of epistemic appraisal are evaluative terms: to say that a belief is justified, or that it is a case of knowledge, is to say that it is good in some sense (...) Moreover, we discover through conceptual analysis what conditions must be satisfied if a belief is to be justified, or a case of knowledge, or whatever. It is thus a matter of conceptual analysis both that the class of justified beliefs are good, right, or proper, and that they are identified by certain empirical conditions.

De um ponto de vista naturalista, entretanto, um problema sério para a análise do conhecimento é que sua adoção até recentemente foi feita praticamente sem questionamentos. Em particular, sua adoção foi acompanhada de uma significativa suposição empírica, i.e., a de que a estrutura psicológica de nossos conceitos é consistente o bastante para satisfazer as pretensões da análise do conhecimento. Filósofos supõem que a ferramenta intuitiva que os permite construir casos que favorecem suas teorias e contraexemplos a teorias rivais pode ser conclusiva. Grande parte do debate entre internalistas e externalistas, especialmente, se apoia na análise de casos. Recentemente, todavia, autores como William Ramsey, Hilary Kornblith, Stephen Laurence e Eric Margolis (Ramsey 1992; Kornblith 2007; Laurence & Margolis 1999) sugeriram que um projeto que utiliza a análise de casos na busca de definições explicativas sobre algum conceito ordinário pode estar fadado ao fracasso justamente devido ao modo como naturalmente representamos psicologicamente nossos conceitos. Uma sugestão importante, por exemplo, é a de que a estrutura de nossos conceitos sempre permite a construção de contraexemplos imaginários para qualquer teoria que definir um conceito em termos de condições separadamente necessárias e conjuntamente suficientes (Ramsey 1992). As conclusões que podem ser tiradas de uma investigação sobre a natureza de nossa metodologia intuitiva, portanto, são extremamente relevantes para as expectativas de internalistas e externalistas, e da análise do conhecimento de um modo geral. Este tipo de investigação, propriamente, faz jus ao propósito de naturalizar a epistemologia de um modo que mantenha seu aspecto normativo e alguns de seus projetos tradicionais.

No primeiro capítulo deste trabalho, portanto, nós trataremos da disputa intuitiva central entre internalistas e externalistas. Nossa proposta não é procurar favorecer o externalismo diretamente, i.e., via a apresentação de casos intuitivos ou refutação a contraexemplos, mas primeiramente fornecer uma espécie de diagnóstico psicológico da origem desta disputa. Para isso, além do uso da análise de casos no debate – nós apresentaremos as principais descrições de casos a favor e contra as duas posições –, nós revisamos parte da literatura em *psicologia de conceitos*, com alguma ênfase sobre o que é dito a respeito de *conceitos abstratos*. Com isso, nós tentamos explicar a existência da controvérsia intuitiva entre internalistas e externalistas, e argumentamos que a literatura em psicologia de conceitos, no que diz respeito ao aspecto intuitivo do debate, sugere um favorecimento a teorias externalistas.

Ainda relacionado ao tema da análise conceitual, no segundo capítulo nós vamos tratar de uma teoria atualmente bastante corrente, i.e., o *contextualismo epistêmico*. Nosso foco, particularmente, é a abordagem contemporânea do contextualismo epistêmico ao pro-



blema do *puzzle* ou *paradoxo cético* e sua relação com a metodologia da análise do conhecimento. O contextualismo tem sido apresentado por alguns de seus principais defensores como uma posição que, diferentemente de teorias propriamente epistemológicas, não trata do conhecimento em si, mas apenas de *asserções* de conhecimento, i.e., da semântica de sentenças do tipo “*S* sabe que *p*” e “*S* não sabe que *p*”. Nós apresentamos o problema do paradoxo cético e a abordagem contextualista para resolvê-lo. Nós argumentamos que a abordagem semântica falha em resolver o paradoxo e, por fim, que a compreensão adequada da origem deste, assim como uma rejeição *invariantista* da posição contextualista, fornece uma motivação para aceitarmos a solução externalista do problema. Esse capítulo gira em torno justamente de uma discussão sobre a relação do paradoxo cético e da abordagem contextualista com a análise do conceito de conhecimento.

A importância do segundo capítulo se deve ao fato de que algo que sempre serviu como a motivação para teorias externalistas é a convicção de que elas são mais bem sucedidas em lidar com problemas céticos, pelo menos alguns deles. Uma das intuições básicas do externalismo é a de que relações naturais entre a crença do sujeito epistêmico e seu ambiente são relevantes para o status epistêmico dessas crenças. Se, por exemplo, a crença de *S* de que ele possui duas mãos é *causado* pelo fato de ele possuir duas mãos, isto parece significativo para o status de sua crença, mesmo que este fato não possa ser acessado internalisticamente. Deste modo, teorias externalistas do conhecimento, ao contrário da maioria das abordagens tradicionais, aparentemente podem favorecer a forte impressão de que realmente conhecemos inúmeras proposições empíricas ordinárias. O contextualismo é também uma abordagem alternativa a um problema cético tradicional, e tem recebido uma grande atenção da literatura epistemológica recente. Nosso segundo capítulo levanta críticas para esta importante abordagem rival.

A questão da epistemologia naturalizada fica explícita novamente no terceiro capítulo. Diante da variedade de formas em que teorias de justificação epistêmica foram propostas na literatura, a preferência por uma posição naturalista tem servido como uma razão pré-teórica para que filósofos optem por um tipo de teoria. Alvin Goldman em “*What is justified belief?*” (1979), por exemplo, propõe um critério fundamental que deve ser respeitado por qualquer teoria de justificação para que ela possa ser realmente *substantiva*, i.e., teoricamente sistemática e esclarecedora: uma teoria só pode especificar quando uma crença é ou não justificada através de termos não-epistêmicos, i.e., termos não-avaliativos. Uma vez que “justificação”, por si mesmo, é um termo avaliativo, uma definição de justificação que utili-

ze outras noções avaliativas será pouco elucidativa. Para que uma teoria seja substantiva ela deve ser formulada em termos de propriedades e objetos que sejam *cientificamente aceitáveis*. Alguns termos epistêmicos são: ‘justificado’, ‘ter boas bases’, ‘permitido’, ‘*warranted*’, ‘ter razão (para acreditar)’, ‘conhecer que’, ‘ver que’, ‘apreender que’, ‘ser provável’ (em um sentido avaliativo), ‘mostrar que’, ‘estabelecido’, e ‘evidência’ (quando não definida em termos não-justificacionais, *e.g.*, “aquilo que justifica *S* em acreditar em *p*”). Alguns termos não-epistêmicos são: ‘acreditar que’, ‘ser verdadeiro’, ‘causar’, ‘ser necessário que’, ‘implicar’, ‘ser dedutível de’, ‘ser provável’ (em um sentido de frequência ou propensão). Tipicamente, esse critério impõe muito mais dificuldades a teorias internalistas do que externalistas.

No terceiro capítulo, entretanto, nós trataremos da crítica de John Pollock (1986, Pollock & Cruz 2004) ao externalismo, que consiste justamente na ideia de que uma teoria de justificação naturalista adequada – que pretende realmente ser substantiva, que pretende determinar as bases factuais que torna uma crença justificada ou não – deve ser internalista. Grosso modo, sua tese é a de que os *standards* epistêmicos de avaliação não podem ser diferentes das regras que *realmente* utilizamos em nossas formas de raciocínio, *i.e.*, as regras que determinam quando uma crença é ou não justificada são as próprias *normas regulativas* que regem nossa cognição. Normas regulativas, por definição, são internas ao sistema cognitivo, e não poderiam ser avaliadas de um ponto de vista externalista. Neste último capítulo, nós iremos analisar se a refutação de Pollock realmente atinge toda forma de externalismo e, em particular, o *confiabilismo de processo*. Para isso, vamos apresentar em que consiste a *teoria procedimental de normas epistêmicas* de Pollock e discutir se as razões que ele apresenta podem realmente refutar o confiabilismo de processo. Nós defendemos que seu principal argumento é o conhecido *problema da generalidade* para o confiabilismo, e então, por fim, argumentamos que este problema não coloca realmente o seu projeto naturalista em vantagem.

## 1. ANÁLISE DO CONHECIMENTO E PSICOLOGIA DE CONCEITOS

Um dos principais objetivos da epistemologia sempre foi tentar responder a questão de quais são as condições necessárias e suficientes para a posse de conhecimento – o empreendimento que ficou conhecido como a *análise do conhecimento* (AC). Um método que tem sido utilizado de forma central pelos epistemólogos interessados na (AC) é a *análise de casos*, i.e., a consulta a *intuições* a partir da descrição de casos imaginários. A ideia por trás deste método é que à medida que nossas intuições julgam certas situações como casos de conhecimento, ou como casos de crença justificada, elas elucidam o nosso *conceito* ordinário de conhecimento, e nosso conceito de justificação. Conhecidamente, entretanto, epistemólogos têm tido sérios problemas em alcançar o objetivo da (AC). De fato, a principal razão para que o método de descrições de casos tenha ganhado tanta proeminência na epistemologia foi a imensa repercussão do célebre artigo de Edmund Gettier (1963). Gettier notavelmente determinou a agenda da epistemologia pelos trinta anos seguintes ao levantar contraexemplos à *definição* milenar do conhecimento como *crença, verdadeira, justificada* (CVJ), através da descrição de dois simples casos imaginários. Tornou-se consensual que se a partir de uma definição de conhecimento é possível encontrar um caso  $x$  onde todas as condições são satisfeitas, mas  $x$  intuitivamente não é um caso de conhecimento, então essa definição falha em fornecer condições suficientes. Se for possível encontrar uma situação  $x$  que intuitivamente é um caso de conhecimento, mas que não satisfaz todas as condições da definição, então essa definição falha em fornecer condições necessárias. Até então, ainda não foi obtida nenhuma definição de conhecimento que não sofra de contraexemplos.

Uma das razões para a ausência de definições consensuais, tanto para conhecimento como justificação, foi o surgimento do debate mais central da epistemologia analítica, i.e., o debate entre o *internalismo* e o *externalismo epistêmico*. Na tentativa de solucionar o problema de Gettier, epistemólogos chegaram a significativas discordâncias sobre a natureza dos fatores que determinam a justificação e o estado de conhecimento. Grosso modo, enquanto internalistas defendem que conhecimento e justificação dependem essencialmente de fatores internos ao sujeito epistêmico, externalistas negam isso, e essa discordância é propriamente refletida no uso de casos imaginários. Internalistas apresentaram casos para mostrar que critérios externalistas não são nem suficientes, nem necessários para justificação ou posse de conhecimento, e vice-versa.

Recentemente, alguns autores como William Ramsey, Hilary Kornblith, Stephen Laurence e Eric Margolis (Ramsey 1992, Kornblith 2007, Laurence & Margolis 1999) sugeriram que um projeto que utiliza a análise de casos na busca de definições explicativas sobre algum conceito ordinário pode estar fadado ao fracasso devido ao modo como representamos psicologicamente nossos conceitos. A ideia é que a prática padrão da análise de casos está relacionada com suposições significativas sobre a natureza de nossos *julgamentos intuitivos de categorização*, os quais constituem um tópico de estudos da *psicologia de conceitos*. Particularmente, a prática comum da análise de casos parece pressupor a correção de uma teoria psicológica de conceitos bastante problemática, i.e., a *teoria clássica de conceitos*. Ramsey (1992), por exemplo, observa que comumente filósofos têm dois requerimentos para o tipo de definições que procuram através da análise conceitual. O primeiro é o de que (1) definições sejam relativamente diretas e simples, o que é ilustrado pela forma padrão de definir conceitos: “*c* é uma instância de *C*, se e somente se, *c* satisfaz...”, onde o outro lado da bi-implicação é uma conjunção *curta* de propriedades. O segundo requerimento é o de que (2) para uma definição contar como uma definição correta, ela não pode admitir nenhum contraexemplo intuitivo.

Ramsey (1992) então observa que definições bem sucedidas dependem de uma significativa concordância entre os julgamentos intuitivos de categorização que diferentes pessoas fazem. Sem esse consenso sobre o que conta como um contraexemplo intuitivo, nenhuma definição satisfatória pode realmente ser alcançada. Uma vez que filósofos utilizam intuições na busca de (1) definições conjuntivas curtas e que (2) não admitem contraexemplos, eles parecem fazer a forte suposição de que nossos julgamentos intuitivos de categorização são função justamente de pequenos conjuntos de propriedades. Ou seja, eles parecem assumir a correção da teoria clássica de conceitos. A crítica que se segue, é que a literatura empírica sobre representações<sup>4</sup> de conceitos mostra não só que a teoria clássica é um modelo incorreto sobre a maneira que representamos conceitos e fazemos categorizações, como ser provável que a estrutura psicológica de nossos conceitos não possa satisfazer (1) e (2) – e consequentemente, a (AC).

O propósito deste capítulo é justamente analisar o problema da estrutura conceitual quanto ao caso específico de nosso conceito CONHECIMENTO e, paralelamente, do conceito JUSTIFICAÇÃO. Nossa motivação, primeiro, é a percepção de que determinar a estrutura psicológica de nosso conceito de conhecimento pode ser muito útil para compreender a

---

<sup>4</sup> Neste capítulo nós vamos simplesmente assumir que a Teoria Representacional da Mente (TRM) é correta.

natureza das disputas intuitivas que ocorrem dentro da (AC), como o debate entre internalistas e externalistas e, conseqüentemente, a dificuldade em alcançar uma definição de conhecimento satisfatória. Obviamente, a partir disso, podemos tirar lições importantes sobre quais devem ser nossas perspectivas quanto à (AC) e o seu principal debate. Se alguém, por exemplo, chegar à conclusão de que a estrutura de CONHECIMENTO implica que as bases intuitivas de internalistas e externalistas estão em ponto de igualdade, epistemólogos engajados neste debate teriam boas razões para mudar suas posturas quanto a ele. Nosso *objetivo geral*, portanto, é analisar a plausibilidade de hipóteses particulares sobre a estrutura de CONHECIMENTO a partir das principais teorias de conceitos da literatura psicológica, e com isso explicar a natureza do debate entre internalistas e externalistas.

Uma segunda motivação para este capítulo é a ideia de que é necessário bastante cuidado ao postular conclusões gerais e categóricas sobre a análise conceitual a partir da psicologia de conceitos, como fazem autores como Ramsey (1992). É provável que a grande maioria dos conceitos de fato não permita definições da maneira idealizada por muitos filósofos analíticos, mas *prima facie* ainda é possível que a estrutura de alguns conceitos permita que o uso de intuições tenha um papel fundamental. Nós vamos defender que no caso de CONHECIMENTO sua estrutura é determinante para tomarmos lado no debate entre internalistas e externalistas. Nosso *objetivo específico*, portanto, é defender que há algo na estrutura de nosso conceito de conhecimento que favorece, de uma forma geral, o externalismo epistemológico, e que essa tese é fortemente sustentada pela literatura epistemológica.

A proposta deste capítulo é metaepistemológico, i.e., estamos interessados em tirar conclusões epistemológicas a partir de pontos especialmente relacionados à metodologia da (AC). Para isso, no entanto, uma grande parte do trabalho se dedica a tópicos da psicologia de conceitos. Procederemos da seguinte forma. Na seção 1.1. nós iremos introduzir a (AC) enquanto ela se sustenta na análise de casos e no uso de intuições. Nós vamos apresentar brevemente em que consistem algumas posições internalistas e externalistas, e apresentar alguns dos casos mais célebres que intuitivamente favorecem ou servem como contraexemplos para essas posições. Nós não estamos interessados em analisar as diversas motivações teóricas encontradas na literatura a favor de uma ou outra posição, mas em analisar apenas o quanto uma base intuitiva pode ser usada a favor ou contra cada uma dessas. Na segunda seção do capítulo (1.2.), nós vamos analisar o que a teoria de conceitos pode dizer especificamente sobre a (AC). No tópico 1.2.1., nós vamos introduzir noções gerais sobre a teoria clássica e a teoria prototípica de conceitos. No tópico 1.2.2., vamos analisar a hipótese de

que a categorização intuitiva de CONHECIMENTO decorre de julgamentos de similaridade. Para isso, vamos também discutir algumas coisas que a literatura psicológica tem a dizer sobre conceitos abstratos. No tópico 1.2.3., argumentaremos que esta hipótese é compatível com a noção psicológica de *núcleo conceitual*, e vamos mostrar que a literatura epistemológica sustenta fortemente a existência desse núcleo. Finalmente, argumentaremos em 1.2.4. que sua existência favorece de um modo geral o externalismo epistêmico.

### 1.1. A ANÁLISE DO CONHECIMENTO

A história da análise do conhecimento é marcada por sucessivas propostas de definições de conceitos epistêmicos e a postulação de contraexemplos intuitivos a essas definições. Notoriamente, uma das primeiras definições de conhecimento se tornou praticamente consensual por mais de dois milênios. A história da chamada definição tradicional se inicia a partir da afirmação de Sócrates no *Meno* de que conhecimento não pode ser apenas uma crença que é de fato verdadeira. Sócrates exemplifica que uma crença supersticiosa que por acaso é verdadeira, não é realmente conhecimento. No *Teeteto*, onde Sócrates volta a discutir o que seria o conhecimento, a argumentação dos diálogos é marcada pela tentativa de fornecer uma definição que seja necessária e suficiente para o conhecimento. A repercussão de *Teeteto* foi a popularização da chamada definição tradicional do conhecimento como *crença verdadeira justificada (CVJ)*. Algo que é falso não pode ser conhecido, portanto, conhecimento requer verdade. O sujeito que não acredita em uma proposição verdadeira tampouco pode conhecê-la, portanto, conhecimento requer crença. Embora seja possível questionar o critério da crença e o critério da verdade, esses questionamentos são muito pouco comuns, e dentre a grande maioria dos epistemólogos não há maiores dúvidas sobre sua validade. Por último, como Sócrates observou, conhecimento também requer algo mais do que uma crença verdadeira. Tradicionalmente, a resposta a este terceiro requerimento é a de que crenças verdadeiras precisam de justificação.

O critério de justificação, é claro, possui um caráter vago. Filósofos já o formularam de formas específicas muito diferentes como “acreditar em *p* com base em *razões* adequadas”, “ter o *direito* de ter certeza” ou “ter *evidência* adequada”. Todavia, mesmo que a caracterização da justificação epistêmica envolva concepções muito distintas como “evidência”, “permissão”, “razões”, etc., parece ser o caso que elas estão relacionadas um único conceito abrangente. Esqueçamos de uma caracterização específica para justificação. Para

um exemplo intuitivo, suponha o seguinte caso. Jean e Fernando estão pensando em ir ao cinema e Fernando comenta: “Bom, eu sei que quarta-feira os ingressos vão estar mais baratos do que hoje”. Jean questiona por que Fernando acredita nisto, e este responde: “Minha mãe trabalha nos cinemas, e ela me garantiu que quarta-feira os ingressos estarão mais baratos”. A intuição comum neste caso, nós acreditamos, é a de que Fernando está justificado em manter sua crença. Fernando pode até mesmo estar errado – sua mãe talvez tenha trocado os dias – e dessa forma não possuir conhecimento, mas mesmo assim temos uma espécie de julgamento positivo sobre o status de sua *crença*. Esse e inúmeros outros julgamentos sugerem fortemente a existência de um conceito epistêmico distinto de CONHECIMENTO, *viz.*, JUSTIFICAÇÃO.

É muito importante observar que a definição de conhecimento como crença verdadeira justificada abrange muito dos casos que intuitivamente julgamos ser conhecimento. A definição tradicional, todavia, foi seriamente abalada com a publicação do artigo de Gettier (1963). Em seu pequeno artigo, Gettier apresentou dois casos que colocam em dúvida a correção da definição tradicional de conhecimento como (CVJ), ao menos nesta forma básica. Podemos resumir os casos de Gettier da seguinte forma.

**Caso Gettier 1:** Suponhamos que Smith e Jones tenham se candidatado para certo emprego. Uma vez que ouviu do presidente da empresa que Jones seria selecionado e por acaso constatou por si mesmo que Jones tinha dez moedas no bolso, Smith tem forte evidência para acreditar que *a*: “o homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas em seu bolso”. Smith passa a acreditar em *a* com base em sua evidência. Neste sentido, Smith está claramente justificado em acreditar em *a*. Imaginemos, todavia, que por alguma razão seja Smith, e não Jones, que consegue o emprego e que por acaso Smith, desconhecido a ele, também tem dez moedas no bolso. A crença de Smith em *a* é um caso de conhecimento?

**Caso Gettier 2:** Suponhamos que Smith desconhece completamente o paradeiro de seu amigo Brown, mas tem forte evidência para acreditar que Jones possui um Ford (todos os carros que ele lembra que Jones possuiu eram da Ford, e Jones recentemente lhe ofereceu carona dirigindo um Ford) e que a partir desta crença infere *b*: “Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona”. Suponhamos também que apesar de toda evidência para acreditar que Jones possui um Ford, Jones não possui de fato um

Ford (o vendeu há poucas horas), e que Brown por pura coincidência está de fato em Barcelona. A crença de Smith em  $b$  é um caso de conhecimento?

O impacto desses casos se deve ao fato de que a grande maioria dos epistemólogos compartilha a intuição de que esses casos não constituem conhecimento. Claramente, em ambas as situações descritas, o sujeito  $S$  acredita na proposição  $p$ ,  $S$  está justificado em acreditar em  $p$ , e  $p$  é de fato verdadeira. Casos deste tipo, portanto, servem como poderosos contraexemplos para a definição tradicional. Podemos resumir o cenário epistemológico a partir do artigo de Gettier como a conclusão de que ou (a) a definição tradicional do conhecimento como (CVJ) é inadequada, ou (b) precisamos de uma melhor teoria da justificação. O que se seguiu foram inúmeras tentativas de fornecer definições que não sofressem desse tipo de contraexemplo. A partir destas tentativas, e de interpretações diferentes de como o problema deveria ser resolvido, se originou também o que viria a ser o debate mais central da epistemologia contemporânea. Particularmente, discordâncias sobre qual deveria ser realmente o papel da justificação em uma definição de conhecimento e revisões sobre qual deveria ser a conexão entre conhecimento e crença verdadeira, aos poucos levaram ao amadurecimento do debate entre internalismo e externalismo. Devido à variedade de teorias e motivações envolvidas no debate, não é possível detalhar as minúcias que movem essas posições. No entanto, é possível definir de uma forma geral em que elas se constituem e, principalmente, mostrar como o debate é movido por bases intuitivas.

### *1.1.1. Intuições Internalistas e Externalistas*

Algo que unia as teorias de justificação anteriores à Gettier era o uso de concepções internalistas. Termos como “ter boas bases”, “estar permitido”, “ter o direito”, “possuir razões”, ou “possuir evidência” dizem respeito a fatores internos ao sujeito epistêmico e tipicamente estavam presentes na postulação de critérios para a posse de conhecimento. O *Internalismo*, entendido em sua *forma mais geral*, é a posição de que a justificação é necessária para a posse de conhecimento e que o status da justificação é puramente uma função dos estados internos do sujeito epistêmico. O *Externalismo em sua forma mais geral*, por sua vez, é a negação de pelo menos uma dessas ideias. Um externalista pode negar que a justificação seja necessária para a posse de conhecimento. E um externalista pode admitir que ela seja necessária para a posse de conhecimento, mas também defender que a justificação epis-



têmica deve ser formulada em termos externalistas, ou que nem todos os fatores de justificação sejam internalistas.

O internalismo pode ser entendido de duas formas principais. Internalistas como Roderick Chisholm (1989) e Richard Fumerton (1996) tomam estados internos como estados *reflexivamente acessíveis*. Uma passagem que ilustra essa ideia é dada por Chisholm (1989): “Nós pressupomos (...) que as coisas que nós conhecemos são justificadas por nós no seguinte sentido: nós podemos conhecer o que é isto que, em qualquer ocasião, constitui nossas bases, ou razões, ou evidência para achar que conhecemos”<sup>5</sup> (1977, p. 17). Podemos chamar esse tipo de internalismo de *internalismo de acessibilidade*. Alguém é um internalista de acessibilidade se defende que se *S* conhece que *p*, então *S* pode em qualquer ocasião se tornar consciente que *p* possui a propriedade de ser justificada, ou consciente dos fatores de justificação de *p*, somente acessando seus estados internos. Acessibilistas, por assim dizer, às vezes pressupõem que a justificação é algo que alguém possa defender ou explicitar verbalmente. Filósofos como Earl Conee, Richard Feldman (Conee & Feldman 2001) e Mathias Steup (1999), por sua vez, definem o internalismo como a posição de que a justificação epistêmica é função apenas dos *estados mentais* do sujeito epistêmico. Essa posição é chamada de *mentalismo* (Conee & Feldman 2001). É controverso se o internalismo de acessibilidade pode ser reduzido ao mentalismo, ou vice-versa. Diferenças podem surgir a partir da discordância sobre se todos os estados internos que seriam fatores de justificação são mesmo “acessíveis”, ou da ideia por parte dos mentalistas de que “acessível” é uma concepção muito problemática. De qualquer forma, internalistas concordam que a justificação epistêmica seria uma função dos estados internos do sujeito epistêmico, e negam que fatos objetivos externos ao sujeito sejam necessários para a justificação<sup>6</sup>. Externalistas, é claro, negam ambas as formas de internalismo.

O que é importante para nós é salientar o fato de que é possível defender ou atacar teorias específicas de justificação ou conhecimento, ou mesmo o internalismo e o externalismo em suas formas gerais, a partir de uma base intuitiva. Contra o internalismo de acessibilidade, por exemplo, alguém pode observar que muitas vezes não é possível acessar cons-

<sup>5</sup> We presuppose (...) that the things we know are justified for us in the following sense: we can know what it is, on any occasion, that constitutes our grounds, or reasons, or evidence for thinking that we know.

<sup>6</sup> Um outro tipo bastante corrente de internalismo, sequer mencionado, é uma teoria *deontológica* ou da *ética da crença*. Um aspecto da linguagem de justificação, como “ter o direito de ter certeza”, “estar certo”, ou “injustificado”, é claramente normativo ou deontico. Uma teoria deontológica da justificação, portanto, defende que a justificação é uma função das obrigações e deveres epistêmicos do sujeito. Para os nossos propósitos, nós vamos simplesmente assumir que uma teoria deontológica pode ser reduzida ao internalismo de acessibilidade ou ao mentalismo.

cientemente as bases da justificação de uma crença. Idosos podem não conseguir argumentar ou mesmo tornar consciente estados internos que justifiquem sua crença de que eles possuem duas mãos, e dificilmente alguém diria, ao menos não ordinariamente, que eles não sabem que possuem duas mãos. Jean, por exemplo, pode responder corretamente um exame de conhecimento específico com várias perguntas e não lembrar como adquiriu aquelas informações. Além disso, muitos filósofos acham importante defender um tipo de teoria de conhecimento que não exclui as inúmeras atribuições de conhecimento que fazemos a *animais*. Dretske (1985) defende explicitamente essa intenção: “Eu quis uma caracterização que iria permitir ao menos a possibilidade que animais (...) pudessem conhecer coisas sem que tenha que supor que eles sejam capazes das operações intelectuais mais sofisticadas envolvidas nas análises tradicionais do conhecimento”<sup>7</sup> (p. 177). Se um internalista de acessibilidade defender uma teoria que atribui posse de conhecimento apenas a crenças que são sustentadas por processos cognitivos de ordem elevada ou sustentadas por um grande número de outras crenças, é provável que sua teoria exclua parte do escopo de casos que intuitivamente categorizamos como conhecimento. Não apenas comumente fazemos atribuições de conhecimento a animais, como muitas de nossas próprias crenças parecem se originar simplesmente de processos cognitivamente mais simples do que muitas vezes é implicitamente exigido por um critério reflexivo, *e.g.*, processos perceptuais e de acesso direto à memória. A partir dessas considerações, alguém pode negar que a justificação, nos moldes do internalismo de acessibilidade, seja realmente necessária para a posse de conhecimento.

Uma teoria que sustentaria nossas intuições nos casos dos idosos, animais, e do sujeito que é bem sucedido no exame, é uma forma de *confiabilismo simples*: *S* conhece que *p* se e somente se *p* foi formado por um processo cognitivo confiável, ou seja, um processo que, grosso modo, gere um número de crenças verdadeiras significativamente superior ao número de crenças falsas. O confiabilismo simples é uma teoria externalista porque nega a necessidade de justificação internalista e defende a relevância de um fator objetivo externo ao sujeito para a posse de conhecimento, ou seja, a confiabilidade dos processos formadores de crença. Internalistas, no entanto, podem responder imediatamente a esses casos. Internalistas podem assumir o mentalismo e afirmar que na verdade animais, idosos ou Jean possuem sim justificação. Embora eles não possam acessar conscientemente seus fatores de justificação,

---

<sup>7</sup> “I wanted a characterization that would at least allow for the possibility that animals (...) could know things without my having to suppose them capable of the more sophisticated intellectual operations involved in traditional analyses of knowledge”.

são suas memórias, experiências perceptuais, e crenças que a geram, ou seja, seus estados mentais. Além disso, internalistas contam com alguns dos casos mais célebres da epistemologia para defender que um critério confiabilista não é suficiente para a posse de conhecimento, e que a justificação é necessária. Considere os casos de Norman (Bonjour 1980) e do Sr. Truetemp (Lehrer 1990) abaixo.

**O caso de Norman:** Suponha que Norman possui um poder de clarividência completamente confiável com relação a certos assuntos. Ele não possui nenhuma evidência a favor ou contra a possibilidade de existir tal poder cognitivo, e tampouco de possuí-lo. Um dia, de repente Norman passa a acreditar que o presidente está em Nova York. Ele não possui qualquer evidência a favor ou contra essa crença. De fato sua crença é verdadeira, sendo causada por um poder clarividente completamente confiável. Norman tem conhecimento que o presidente está em Nova York?

**O caso do Sr. Truetemp:** Suponha que um sujeito chamado Sr. Truetemp tenha sido submetido a uma cirurgia cerebral onde lhe foi implantado um mecanismo completamente confiável. Esse mecanismo faz com que o Sr. Truetemp aceite irrefletidamente pensamentos espontâneos sobre qual a temperatura do ambiente. As crenças que este mecanismo gera, por ser completamente confiável, são sempre verdadeiras. Suponha também que o Sr. Truetemp não tenha qualquer conhecimento sobre o fato de ter sido submetido a essa cirurgia e que não possua maiores razões para achar que suas crenças sobre a temperatura do ambiente estão corretas. Em certo momento este sujeito passa a acreditar que “está fazendo 30 graus Celsius aqui”. O Sr. Truetemp sabe a temperatura do ambiente?

Esses dois casos desafiam fortemente a suficiência do critério confiabilista. Esse é o caso porque há uma forte concordância de intuições de que nem o Sr. Truetemp nem Norman possuem conhecimento nesses casos. É possível alguém afirmar que suas intuições sobre eles são confusas, mas certamente é difícil alguém afirmar que este é um caso *claro* de conhecimento. Uma prova desta concordância é o fato de que a resposta de Goldman – um dos principais nomes defensores do confiabilismo – ao caso não foi negar a suposta intuição do caso de Norman, mas explicar porque tendemos a intuir que Norman não possui conhecimento via clarividência. Nós veremos detalhes da resposta de Goldman no tópico 1.2.2.

Além disso, internalistas podem interpretar a intuição desses casos como evidência de que a justificação é necessária para a posse de conhecimento. Em resposta, externalistas podem afirmar que a satisfação de uma teoria do conhecimento nos moldes tradicionais de (CVJ) com uma teoria de justificação internalista não é suficiente para a posse de conhecimento. Para isto, os externalistas contam com um caso muito conhecido da literatura, i.e., o caso dos falsos celeiros de Carl Ginet e Goldman (1976)<sup>8</sup>. Podemos resumi-lo da seguinte forma:

**O caso dos falsos celeiros:** Henry, um sujeito com boa visão, está dirigindo no interior com seu filho pequeno. Com a pretensão de educá-lo, Henry identifica vários objetos bem visíveis que surgem ao longo do passeio – “aquilo é uma vaca”, “aquilo é um silo”, “aquilo é um celeiro” – e adquire as crenças correspondentes. A crença *p* de Henry (“aquilo é um celeiro”) é verdadeira. No entanto, desconhecido a Henry, o distrito em que entrou está cheio de cópias falsas de celeiros feitas de papel machê, projetadas para parecer exatamente como celeiros verdadeiros. Sua crença *p* é verdadeira, ele está diante do único ou um dos poucos celeiros verdadeiros, mas caso o objeto diante dele fosse apenas uma cópia de papel machê, Henry ainda formaria a crença *p*. Henry sabe que *p*?

Uma moral intuitiva dos casos dos falsos celeiros é que uma teoria de conhecimento não pode excluir fatores externos em sua formulação. Se a descrição do caso se limitasse à sua primeira parte, isto é, se não tivesse sido descrito a existência de falsos celeiros, ou sido salientado a possibilidade de isso ocorrer, nós tenderíamos a atribuir conhecimento à crença *p* de Henry. No entanto, o fato externo objetivo de que existem celeiros falsos onde Henry está normalmente leva ao julgamento de que Henry não sabe que *p*. Muitos externalistas explicam a motivação de suas teorias afirmando que o tipo de conexão que há entre conhecimento e crença verdadeira, e que a solução para os tipos de contraexemplos levantados por Gettier, necessariamente envolvem fatores externos. Ao mesmo tempo em que alguém pode não estar ciente da existência de alguns fatos externos que tornam seus processos de formação de crença não-confiáveis, a confiabilidade de nossos processos *depende* de que certas configurações favoráveis se dêem no mundo, *e.g.*, não existir realmente um demônio maligno como retratado pela hipótese cética cartesiana. Levados por isso, alguns externalistas

---

<sup>8</sup> Apesar de Goldman (1976) ter sido o primeiro a apresentar em um artigo o caso dos falsos celeiros, ele é originalmente atribuído a Carl Ginet.

propõem definir justificação de uma maneira externalista. Um exemplo de *externalismo de justificação* seria: *S* está justificado em manter a crença *p* na medida em que o processo que forma a crença *p* é confiável. Todavia, além desta teoria permitir contraexemplos nos moldes dos casos de Norman e do Sr. Truetemp, e por isso não parecer ser suficiente para a posse de conhecimento, alguns epistemólogos têm utilizado outro tipo de caso imaginário para mostrar que a satisfação deste critério tampouco é necessária para justificação (Cohen, 1984; Pollock, 1984; Feldman, 1985; Foley, 1985).

**O novo demônio maligno:** Suponha um mundo onde há pessoas como nós, mas que também é habitado por um poderoso demônio. Este demônio age de tal forma que todas as pessoas nesse mundo possuem percepções não-verídicas do mundo. Todos seus processos *perceptuais* de formação de crença, portanto, são não-confiáveis. No entanto, apesar de todas as crenças dessas pessoas serem falsas, todas suas experiências perceptuais são exatamente idênticas as nossas.

Os autores que utilizam o caso do novo demônio maligno querem salientar a intuição de que as crenças perceptuais das pessoas desse mundo estariam justificadas, afinal, as experiências perceptuais dessas pessoas seriam iguais às nossas e nós consideramos a maioria de nossas crenças perceptuais justificadas, *e.g.*, “eu sei que está fazendo sol lá fora”. Assim, é possível que uma crença seja formada por um processo não-confiável, mas *intuitivamente* a julgemos justificada. Alguém pode também interpretar este caso como evidência de que nosso conceito de justificação é simplesmente algo distinto de um critério confiabilista.

## 1.2. PSICOLOGIA DE CONCEITOS E ANÁLISE DO CONHECIMENTO

Antes de discutirmos diretamente as principais hipóteses sobre a estrutura de CONHECIMENTO, vamos introduzir algumas noções básicas sobre a teoria clássica e a teoria prototípica de conceitos, e como a questão da estrutura conceitual está relacionada com o modo com que fazemos categorizações intuitivas.

### 1.2.1. A Teoria Clássica e a Teoria Prototípica de Conceitos

A teoria clássica de conceitos é o nome dado historicamente a um grupo de teorias que compartilham a ideia central de que conceitos possuem *estrutura definicional*. Filósofos como Laurence & Margolis (1999) defendem que a teoria clássica é, de fato, assumida desde a origem da análise conceitual entre os filósofos. Na psicologia, ela foi discutida de maneira explícita a partir da década de 70, e aparentemente assumida anteriormente por figuras históricas como Sigmund Freud, Jean Piaget e B. F. Skinner (Smith 1988). Em suma, de acordo com a teoria clássica, a maioria dos conceitos são *representações mentais* complexas compostas por representações estruturalmente mais simples<sup>9</sup>. O exemplo mais recorrente da concepção tradicional é dado pelo conceito SOLTEIRO (*BACHELOR*). Para muitos, este conceito é constituído por três outras propriedades definicionais: (a) HOMEM, (b), ADULTO, e (c) NÃO-CASADO. Cada uma dessas propriedades é necessária – um garoto de 10 anos não-casado não é realmente um solteiro – e elas são conjuntamente suficientes – qualquer coisa que as satisfaça é um solteiro.

A partir dos influentes trabalhos de Eleanor Rosch (1973, 1975, 1978; Rosch & Mervis 1975) se tornou crescente a opinião de que a teoria clássica é um modelo incorreto sobre a maneira como organizamos nossos conceitos. Esses trabalhos, e de demais psicólogos como Michael McCloskey, Sam Glucksberg e Lance J. Rips, tornaram claro a existência de um aspecto de nossos processos de categorização que contradiz fortemente o que seria de se esperar caso a teoria clássica fosse correta. Esse aspecto é o que é chamado de *efeitos de tipicidade* ou *prototípicos*. Uma série de experimentos tem apontado para a conclusão de que a categorização conceitual não é uma questão tão simples ou direta como desenhado pelo modelo definicional. Grosso modo, esses dados sugerem que nossos julgamentos intuitivos refletem um sistema *taxonômico* de propriedades, um sistema em que atribuímos valores gradativos de uma maneira *consistente* para os membros de um conceito, ao invés de simplesmente fazermos dois tipos de julgamentos: “*x* é um membro de *C*” ou “*x* não é um membro de *C*”. A consistência desse sistema se deve à tipicidade dos membros de um conceito.

Uma descoberta inicial muito significativa foi a de que sujeitos podem facilmente gerar uma classificação intuitiva sobre o quanto instâncias<sup>10</sup> de um conceito são “típicas”,

<sup>9</sup> Alguns constituintes de conceitos podem ser eles mesmos representações complexas, no entanto, todos seriam reduzíveis a um nível mais primitivo de representação – esse nível primitivo tradicionalmente é assumido ser sensorial (Laurence & Margolis 1999, p. 9).

<sup>10</sup> Nós estamos utilizando “instância” aqui apenas com o sentido de “ilustração” ou “caso” individual de uma categoria.

“representativas” ou um “bom exemplo” do conceito em questão. Essas classificações possuem considerável concordância interpessoal. Em uma classificação do conceito FRUTA, por exemplo, maçã e pêssago são intuitivamente julgadas como instâncias típicas, uva passa e figo menos típicas, azeitona e abóbora atípicas (Rosch 1973). Rosch & Mervis (1975) também descobriram que esses julgamentos de tipicidade refletem um padrão importante. Experimentos mostraram que quando sujeitos são pedidos para listar as propriedades de diferentes instâncias de um conceito, as instâncias classificadas com maior tipicidade compartilham um número maior de propriedades comuns às outras instâncias do que as instâncias menos típicas. Ou seja, existe uma função entre o número de propriedades compartilhadas e julgamentos de tipicidade. Algo muito significativo sobre esta relação entre julgamentos e números de propriedades comuns é o fato de que ela permite prever as performances de sujeitos em uma série de experimentos. Por exemplo, quando pedidos simplesmente para listar instâncias de um conceito, sujeitos tendem a listar primeiramente as instâncias típicas, e as menos típicas posteriormente (Rosch 1975; Rosch et al. 1976). Quando sujeitos são pedidos para categorizar o mais rápido possível algum item, eles são mais rápidos em categorizar instâncias típicas do que atípicas (Rosch 1973; McCloskey & Glucksberg 1979). Além disso, instâncias típicas também são aprendidas mais facilmente como sendo membros de um conceito (Rosch 1973; Rosch et al. 1976).

Os efeitos de tipicidade levantam problemas para a teoria clássica de conceitos. Em primeiro lugar, se nossos conceitos fossem estruturados em forma de definições, seria de se esperar que todas as instâncias de um conceito fossem intuitivamente julgadas como igualmente bons exemplos deste conceito, e não que a tipicidade de certas instâncias tivesse efeito sobre nossas intuições. De forma semelhante, se o critério para ser membro de um conceito fosse igual para todas suas instâncias – uma conjunção curta de propriedades necessárias e conjuntamente suficientes – seria de se esperar que não houvesse disparidade no tempo de categorização para instâncias diferentes do mesmo conceito. Em terceiro lugar, e muito importante, as propriedades responsáveis para que uma instância seja mais típica do que outra não têm a menor obrigatoriedade de serem propriedades necessárias (Rosch & Mervis 1975). Considere o conceito PÁSSARO, por exemplo. Uma lista de propriedades que prevê os julgamentos de tipicidade para este conceito inclui propriedades como “voa”, “canta”, “põe ovos”, “é pequeno”, “come insetos” e “faz ninhos em árvores” (Rosch 1973), no entanto, nenhuma dessas propriedades é realmente necessária para que algo seja um pássaro (vale lembrar que pássaros machos não põem ovos e que pinguins não comem insetos).

A necessidade de explicar os efeitos de tipicidade naturalmente levou ao desenvolvimento de uma série de modelos alternativos à teoria clássica. Uma classe desses modelos que tem se tornado bastante corrente na psicologia é a chamada *teoria prototípica de conceitos*. A ideia geral desta teoria é a de que o conteúdo principal de um conceito é um *protótipo*, i.e., um conjunto abstrato de propriedades típicas das instâncias do conceito, e que algo vai ser categorizado como uma instância de *c* se ele for suficientemente similar ao protótipo de *C*. Existem muitos modelos diferentes para explicar o funcionamento da teoria prototípica e tentar responder questões como: Quantas propriedades o protótipo e a instância devem compartilhar para haver um julgamento de categorização positivo? O que determina quais propriedades que pertencerão ao protótipo? Uma proposta corrente defende que sujeitos podem atribuir valores diferentes às propriedades típicas de conceitos, o que por sua vez levanta a questão: O que determina os valores que são atribuídos a cada propriedade? Não é necessário entrar em detalhes sobre as tentativas de resposta a essas questões. É útil observar, no entanto, que todas elas seguem um tipo de abordagem geral que por si só já é radicalmente distinta da teoria clássica, i.e., uma abordagem *probabilística*. Um bom resumo desta abordagem é feito por Medin & Smith:

A visão probabilística assume que conceitos são abstrações, ou representações sumárias, mas sustenta que para uma propriedade ser inclusa no sumário ela precisa ter somente uma probabilidade substancial de ocorrer nas instâncias do conceito, i.e., ela somente precisa ser característica do conceito, não definidora. Um objeto será então categorizado como uma instância de algum conceito *A* se, por exemplo, ele possui um determinado número de propriedades, ou soma dos valores de propriedades, incluídas na representação sumária de *A*. Categorização então é antes uma questão de *avaliar similaridade* do que aplicar uma definição.<sup>11</sup> (1985, p. 117, grifo nosso)

É fácil perceber que toda essa discussão afeta seriamente as expectativas dos filósofos quanto à análise de casos. Mas como exatamente? Segundo Ramsey (1992), se algo co-

---

<sup>11</sup> The probabilistic view assumes that concepts are abstractions, or summary representations, but argues that for a property to be included in the summary it need have only a substantial probability of occurring in instances of the concept, i.e. it need only be characteristic of the concept, not defining. An object will then be categorized as an instance of some concept *A* if, for example, it possesses some criterial number of properties, or sum of weighted properties, included in the summary representation of *A*. Categorization is thus a matter of assessing similarity rather than applying a definition.



mo a teoria prototípica estiver correta, então os dois critérios atribuídos à análise de casos não podem ser simultaneamente satisfeitos. Se é verdade que nossos julgamentos intuitivos de categorização estão ligados à tipicidade das instâncias de um conceito, e que um julgamento de categorização pode ser feito por conjuntos diferentes de propriedades, filósofos devem perder a esperança de (1) alcançar definições conjuntivamente simples e (2) que não possuem contraexemplos intuitivos. O problema é que um conceito pode possuir muitas propriedades a serem listadas de acordo com sua tipicidade e, portanto, diversos conjuntos dessa lista poderiam gerar um julgamento de categorização. Dada essa estrutura cognitiva, qualquer formulação de uma definição curta simplesmente estará tratando arbitrariamente um *subconjunto* dessas propriedades como necessárias e suficientes. Inevitavelmente essa definição sofrerá com um contraexemplo intuitivo. Vejamos, por exemplo, como se daria a tentativa de fornecer a definição de um conceito cotidiano como MOBÍLIA. Digamos que o conceito MOBÍLIA possua as propriedades  $\{f_1, f_2, f_3, f_4, f_5, f_6, f_7, f_8, f_9, f_{10}\}$  listadas em ordem decrescente de tipicidade, e que muitas dessas propriedades não sejam realmente necessárias. Para que haja um julgamento intuitivo de categorização, é necessário apenas que uma instância seja o suficientemente semelhante ao protótipo de MOBÍLIA ou, de acordo com alguns modelos, que a soma dos valores atribuídos a cada propriedade a partir de sua tipicidade ultrapassem certo valor. Se procurássemos uma definição intuitiva de mobília, naturalmente uma série de conjuntos seria gerada. Dessa forma, qualquer definição de mobília não poderia ser dada por um conjunto simples de propriedades, mas por uma disjunção minimamente extensa, algo como: “ $x$  é uma mobília se e somente se  $x$  satisfaz  $\{f_1, f_2, f_3\}$  ou  $\{f_1, f_2, f_{10}\}$  ou  $\{f_6, f_7, f_8, f_9, f_{10}\}$  ou...”. Além disto, é provável que algumas instâncias sejam como casos limites e tenhamos intuições confusas quanto sua categorização, é o que é chamado de “*conceptual fuzziness*”. Um exemplo de intuição confusa é dado pelo conceito CARPETE (Laurence & Margolis 1999): carpete é uma instância de mobília? Por um lado, pode parecer confuso categorizar carpete como mobília, uma vez que é muito diferente do que tipicamente consideramos mobília, como cadeiras e estantes. Por outro lado, uma vez que carpetes são normalmente comprados e instalados junto à mobília, pode ser natural categorizar carpete como mobília. Estas mesmas propriedades de categorização e “confusão” conceitual também estariam presentes em conceitos filosóficos como CONHECIMENTO e JUSTIÇA.

Um outro fator observado por Ramsey (1992) que torna a análise de casos ainda menos promissora a partir de uma teoria prototípica é o fato de filósofos gerarem casos imaginários de uma maneira muito livre. Se a teoria prototípica estiver correta, não importa o

quanto bizarro ou inverossímil seja um caso descrito, um filósofo pode sempre gerar contra-exemplos intuitivos simplesmente fazendo com que seu caso exclua algumas propriedades colocadas como necessárias na definição proposta, mas possua propriedades cuja soma de valores seja suficiente para produzir um julgamento de categorização.

### 1.2.2. *Protótipos e Conceitos Abstratos*

Uma primeira questão que vamos nos focar é: há razões para afirmar que o conteúdo de nosso conceito de conhecimento, especificamente, é prototípico? Nós vamos chamar a hipótese de que o conteúdo de CONHECIMENTO é prototípico de ( $H_1$ ). Algo que devemos observar para tentar responder a esta questão é o fato de que para caracterizar a teoria prototípica, até então, falamos sobre a categorização de *membros* de um conceito, *e.g.*, um indivíduo  $x$  é uma instância de GATO. Isso aconteceu simplesmente porque a grande maioria dos experimentos sobre categorização que favorecem a teoria prototípica é sobre a categorização de *conceitos concretos*. Obviamente, CONHECIMENTO, assim como o tipo predominante de conceito no qual a filosofia possui interesse, é um conceito *abstrato*. Em outras palavras, filósofos estão principalmente interessados em conceitos que se referem a entidades que não são nem puramente físicas nem espacialmente construídas. Isto pode gerar dúvidas iniciais com relação à aplicabilidade da teoria prototípica a conceitos epistêmicos. Os psicólogos Lawrence W. Barsalou e Katjia Wiemer-Hastings, por exemplo, enfatizam que muitos poucos psicólogos que possuem modelos de estrutura para conceitos concretos tentaram especificar o conteúdo de conceitos abstratos através desses mesmos modelos (Barsalou & Wiemer-Hastings 2005). Assim, uma questão eminente é a de como a teoria prototípica poderia explicar a categorização de conceitos abstratos.

Existem diferenças entre o que ocorre com conceitos concretos e o que ocorre com abstratos que tornam difícil responder com precisão se a teoria prototípica é igualmente válida para conceitos abstratos. Uma diferença óbvia diz respeito ao objeto de julgamento. No caso de conceitos concretos como FRUTA ou PÁSSARO, por exemplo, instâncias desses conceitos são *membros* dessas categorias. No caso de abstratos, o que ocorre no tipo de análise conceitual que estamos interessados é a categorização de *casos* ou *situações*, *e.g.*, que tipo de situações corresponde a casos de conhecimento. Dessa forma, devemos tratar dos efeitos de tipicidade explicados pela teoria prototípica – um dos principais fatores a seu favor – enquanto eles se aplicam a situações que são instâncias de conceitos abstratos. Com

relação ao conceito de conhecimento, especificamente, há duas questões que devem ser levantadas. Primeiro, sujeitos normalmente são capazes de julgar sem dificuldades o quanto membros de um conceito como FRUTA ou PÁSSARO, por exemplo, são instâncias mais ou menos típicas desse conceito. ( $Q_1$ ) É possível, de maneira igualmente fácil, listar instâncias do conceito de conhecimento em ordem de tipicidade? Nós julgamos algumas situações de conhecimento como mais típicas do que outras? Segundo, sujeitos também podem sem dificuldades gerar uma lista de propriedades de diferentes membros de um conceito, a qual permite previsões sobre os julgamentos dos sujeitos sobre a tipicidade dos membros da categoria. ( $Q_2$ ) Isso é válido para o caso de CONHECIMENTO? Seria uma evidência a favor de ( $H_1$ ) que as respostas a ( $Q_1$ ) e ( $Q_2$ ) fossem positivas.

Para conceitos abstratos de uma forma geral, alguns experimentos de Paula J. Schwanenflugel, Edward J. Shoben, entre outros, mostraram que em contraste com conceitos concretos, é muito mais difícil para sujeitos comuns lembrarem de uma situação na qual ocorre uma instância de um conceito abstrato (Schwanenflugel 1991). Além disso, eles mostraram que existem diferenças significativas entre a compreensão linguística de termos concretos e abstratos. Uma delas é que a compreensão de termos concretos é mais rápida do que a de termos abstratos. E o que é importante, eles mostraram que a disponibilidade de situações relevantes no momento dos experimentos afeta essas diferenças. Em particular, quando situações relevantes são previamente apresentadas para os sujeitos, *e.g.*, a descrição de um caso no qual VERDADE é instanciado, termos abstratos são processados por eles tão bem quanto termos concretos (Schwanenflugel 1991). Esses dados demonstram certa *dependência situacional* por parte dos conceitos abstratos. Uma explicação dessa dependência situacional se daria pelo fato de que em contextos reais comumente uma situação relevante já está em jogo, e por isso o sistema conceitual pode ficar orientado a recuperar informações sobre conceitos abstratos apenas quando situações relevantes estão presentes. Sobre ( $Q_1$ ), portanto, é ao menos provável que se fosse pedido para sujeitos elegerem um caso típico de conhecimento, eles teriam bem mais dificuldade do que têm para lembrar um membro típico de um conceito concreto. Contudo, isso obviamente não implica que não possamos julgar alguns casos de conhecimento como mais típicos do que outros se situações prévias forem apresentadas.

Pensando nessa possibilidade, considere o caso do exame novamente. Suponha agora que além de Jean, Fernando também tenha sido chamado para fazer o exame, mas que nenhum dos dois sabia sobre o que era o teste. Digamos que o exame testasse os conhecimen-

tos avançados dos dois em geologia e que ambos se saíram muito bem no teste e, portanto, conhecem as respostas certas. Quando perguntados sobre como conheciam o conteúdo, Fernando explicou que era formado em geologia, mas Jean sequer conseguia lembrar de já ter estudado alguma vez geologia. Apesar de julgarmos que ambos conhecem as respostas certas – a partir da literatura confiabilista nós vamos assumir isto – nossas intuições sobre a situação de cada um dos sujeitos são idênticas? Acreditamos que não. Uma vez que não é comum que alguém não faça ideia da origem de informações tão específicas, isso pode fazer com que muitos de nós intuitivamente julguemos o caso de Fernando como mais típico do que o de Jean, um melhor exemplo de CONHECIMENTO apesar de Jean conhecer as respostas certas. Se este é mesmo o caso de nossas intuições sobre estes sujeitos, então isto favorece uma resposta positiva à  $(Q_1)$ . E quanto à  $(Q_2)$ ? À primeira vista também parece possível que sujeitos possam gerar uma lista de propriedades que constituem diferentes casos de conhecimento previamente descritos. Epistemólogos, pelo menos, fazem isso o tempo todo. Assim, caso sujeitos fossem pedidos para listar as propriedades de diferentes situações em que  $S$  conhece que  $p$ , supondo que as descrições dos casos já deixam clara a existência das propriedades tradicionais de “acreditar que  $p$ ” e “ser verdade que  $p$ ” – os casos da epistemologia normalmente deixam claro –, e supondo que eles fossem bem sucedidos na tarefa, seria de se esperar que essa lista possuisse algumas propriedades já familiares à literatura como “ter boas razões”, “possuir evidência favorável”, “capaz de justificação verbal”, “possuir sentimento de certeza”, “a crença ter sido produzida por um processo confiável”, etc. Se este é o caso, em princípio também seria possível que o número de vezes que cada propriedade aparecesse na lista fornecesse uma explicação para os julgamentos de tipicidade sobre os casos de conhecimento. Talvez seja comum que em muitos casos de conhecimento alguém potencialmente possa, por exemplo, oferecer uma justificativa verbal, e que isso nos leve a intuitivamente julgar os casos que possuem esta propriedade como mais típicos, *e.g.*, o caso do exame de Fernando. Nós imaginamos que propriedades como “possuir sentimento de certeza” e “possuir boas razões” são algumas das mais comuns em casos de categorização de conhecimento.

É confuso dizer o quanto essas aparências iniciais favorecem  $(H_1)$ . No fim das contas,  $(Q_1)$  e  $(Q_2)$  são questões empíricas, e se realmente é possível que possamos fazer isto com relação ao conceito de conhecimento é algo a ser mostrado. O problema, todavia, é que alguns fatores podem tornar difícil determinar isso. Um deles é o já citado fato de ser naturalmente difícil recuperar informações na memória a respeito de conceitos abstratos. Além

disso, um problema mais complicado pode surgir com a escolha do grupo de sujeitos a realizarem um experimento sobre o conceito de CONHECIMENTO. Parece implausível que qualquer grupo de pessoas possa facilmente eleger propriedades que envolvem outros conceitos abstratos como EVIDÊNCIA, JUSTIFICAÇÃO, ou PROCESSO, mesmo em casos previamente descritos de conhecimento. Ao mesmo tempo, parece correto dizer que epistemólogos, assim como outros tipos de pessoas com um aparato conceitual mais complexo, são mais aptos a listar estas propriedades abstratas. Assim, é provável que algumas propriedades tratadas por epistemólogos pouco ou sequer apareçam em uma lista gerada por sujeitos ordinários. O ponto é que uma vez que estamos interessados no conceito “*folk*” de conhecimento, pode ser interpretado que o trabalho empírico adequado em relação a ( $Q_1$ ) e ( $Q_2$ ) deve envolver o maior número de pessoas, e que se a maioria das pessoas tem dificuldades em listar propriedades abstratas relacionados ao conceito, isso diz algo importante sobre CONHECIMENTO.

Nós acreditamos, entretanto, que estas observações tampouco desfavorecem ( $H_1$ ). Primeiro, não há motivos para defender que qualquer grupo de pessoas seja adequado para analisar nossos conceitos ordinários. Não é claro como deveríamos determinar a que tipos de pessoas essas tarefas deveriam ser dirigidas, porém algumas pessoas podem muito bem não ter um conceito minimamente coerente de conhecimento ou mesmo possuírem algum. Então por que haveríamos de considerar as intuições de qualquer pessoa? Segundo, dificuldades em eleger propriedades abstratas não implicam na ausência dos conceitos correspondentes. A capacidade de *listar* propriedades como “evidência adequada” ou “processo confiável” supõe a capacidade de lidar com esses conceitos linguisticamente, mas não ser capaz disto não significa que esses conceitos não estejam representados de alguma forma ainda não “traduzida” para uma representação linguística. Barsalou & Wiemer-Hastings (2005), por exemplo, tentam explicar a representação de conceitos abstratos até mesmo via modelos de representações *modulares* (*modality-specific systems*). Assim, é possível em princípio que um conceito abstrato esteja representado de uma forma distinta de, por exemplo, uma lista de propriedades ou uma rede semântica e, portanto, que sujeitos o possuam apesar de não serem capazes de listá-lo linguisticamente. Terceiro, parece claro que algumas propriedades muito comuns em situações de conhecimento podem ser bastante familiares ao senso comum, como “ter um sentimento de certeza” ou “possuir boas razões”. Essas propriedades por si só já poderiam explicar alguns julgamentos de tipicidade e, portanto, favorecer ( $H_1$ ).

Todas essas observações começam a sugerir que pode ser algo precipitado simplesmente assumir que os conceitos filosóficos abstratos são prototípicos, além da ideia significativa de que uma investigação propriamente empírica pode não ser tão esclarecedora quanto desejável. Deixando essas questões de lado, entretanto, devemos lembrar que uma das principais motivações do argumento de Ramsey (1992) é a possibilidade de explicar os problemas que ocorrem na literatura da análise conceitual. ( $H_I$ ) poderia explicar o que ocorre no debate entre internalismo e externalismo?

Uma tentativa de explicação prototípica pode ser dada da seguinte maneira. Um protótipo é um conjunto de propriedades abstratas estatisticamente proeminentes. Para que uma situação seja intuitivamente categorizada como um caso de conhecimento ela deve possuir propriedades que satisfaçam um determinado valor de similaridade com o protótipo. Essas propriedades por si só não são necessárias, e a soma de diferentes conjuntos de propriedades pode satisfazer esse valor. Isso certamente explicaria parte do debate entre internalistas e externalistas. Se um internalista gera uma definição de conhecimento na qual coloca como condição necessária uma propriedade não-necessária como “S é capaz de justificação verbal”, então esta teoria sofre de contraexemplos intuitivos porque ainda é possível gerar categorizações intuitivas de CONHECIMENTO com casos nos quais não há essa propriedade, ou seja, com casos nos quais há a soma de outras propriedades que atingem um valor de similaridade suficiente com relação ao protótipo. A explicação, portanto, é que internalistas de um lado estariam gerando teorias que colocam como condições necessárias propriedades internalistas que não são necessárias para toda categorização intuitiva de conhecimento, e que externalistas, do outro lado, estariam fazendo o mesmo com relação a propriedades externalistas.

Essa explicação, entretanto, é insatisfatória. Um problema significativo é o fato que ela nada diz sobre a possibilidade de se gerar contraexemplos quanto à suficiência de certas definições. Relembre os casos de Norman e do Sr. Truetemp, por exemplo. Ambos não possuem propriedades de justificação internalistas, contudo, eles compartilham com inúmeros outros casos de conhecimento perceptual a posse de propriedades confiabilistas. Além disso, em ambos os casos os sujeitos epistêmicos possuem uma propriedade que nos parece bastante típica de casos de conhecimento, *viz.*, “possuir sentimento de certeza”. Por que estas propriedades não são suficientes para uma categorização intuitiva de conhecimento? De uma forma geral, a teoria prototípica explica com muito mais facilidade a existência de contraexemplos para condições necessárias do que para condições suficientes. Além disso, mesmo

que alguém venha a explicar a existência de contraexemplos para critérios suficientes em termos prototípicos, existem outros pontos que desfavorecem ( $H_I$ ). Um deles é o de que a hipótese da estrutura prototípica não parece realmente fornecer uma imagem acurada de CONHECIMENTO.

Vários psicólogos salientam que a teoria prototípica não é uma teoria geral sobre conceitos, mas uma teoria sobre uma classe de conceitos (Laurence & Margolis 1999, p. 36). Em outras palavras, alguns conceitos não possuem estrutura prototípica. Muitos conceitos não-instanciados, por exemplo, não possuem qualquer tendência a julgamentos de tipicidade, *e.g.*, O PRIMEIRO BRASILEIRO A PISAR NA LUA. Outro tipo de conceito parece não possuir estrutura prototípica porque as instâncias de sua extensão são simplesmente muito heterogêneas. Considere o conceito LUZ, por exemplo. A extensão desse conceito possui coisas como uma lâmpada comum, um lampião a gás, faróis de carro, a luz do sol, ou uma tocha. Mesmo que a primeira coisa que venha na mente da maioria das pessoas quando acessam LUZ seja uma lâmpada comum, a questão é que todos os membros acima são igualmente bons casos de LUZ, e isso não condiz com a teoria prototípica. Nós defendemos que o mesmo ocorre com CONHECIMENTO. Ou seja, nós defendemos a tese que (i) nosso conceito de CONHECIMENTO abrange tipos de situações bastante distintas entre si.

Nós categorizamos como casos de conhecimento vários tipos de situações bastante diferentes entre si. Nós já mencionamos algumas delas quando caracterizamos o debate entre internalistas e externalistas. Nós categorizamos tanto casos de conhecimento reflexivo, que envolvem um grande número de outras crenças, como situações cognitivamente menos complexas, o que nos leva a categorizar também casos de conhecimento animal. Além desses, outros tipos de casos bastante distintos poderiam ser inclusos no escopo de CONHECIMENTO, como conhecimento originário por testemunho, conhecimento dedutivo, etc. E esses casos, mesmo sendo muito diferentes entre si – pertencendo a diferentes tipos de casos de conhecimento – são igualmente bons casos de CONHECIMENTO. De fato, Schwanenflugel (1991) defende que uma possível razão para que seja difícil recuperar informações de conceitos abstratos seja o fato de que eles comumente abrangem um número muito grande de casos diferentes. Isto é algo que reforça a tese (i).

Ausência de estrutura prototípica, é claro, não implica em estrutura definicional. Uma outra teoria de conceitos que também sustenta modelos de categorização por similaridade e que melhor acomoda esse aspecto heterogêneo do conteúdo de CONHECIMENTO é uma *teoria de exemplares*. Importaneamente, talvez a única teoria de conceitos específica

para CONHECIMENTO encontrada na literatura epistemológica é exatamente uma teoria de exemplares, sugerida por Alvin Goldman (1992). Basicamente, uma teoria de exemplares diz que o conteúdo de um conceito não é um protótipo, mas um exemplar ou um conjunto de exemplares de instâncias desse conceito, e que julgamentos de categorização de uma instância ocorrem em função da similaridade desta instância com relação a esses exemplares. Goldman coloca:

A hipótese que eu quero desenvolver é a de que o avaliador epistêmico tem um conjunto um conjunto, ou lista, mentalmente armazenado de virtudes e vícios cognitivos. Quando pedido para avaliar um caso de crença real ou hipotético, o avaliador considera os processos pelos quais a crença foi produzida, e combina estes com sua lista de virtudes e vícios. Se os processos são combinados parcialmente com vícios, a crença é categorizada como injustificada. Se um cenário de formação de crença é descrito de uma forma que não caracteriza um processo nem na lista de virtudes ou de vícios do avaliador, a crença pode ser categorizada como nem justificada nem injustificada, mas simplesmente não-justificada.<sup>12</sup> (1992, p. 157)

Uma lista de processos virtuosos<sup>13</sup> pode perfeitamente conter casos bastante diferentes entre si, como crenças formadas a partir da visão, audição, memória, e uma série de formas de raciocínio aprovadas. Processos viciosos incluiriam coisas como “*wishful thinking*”, “palpite”, e “ignorar evidência contrária”. Além disto, a proposta de Goldman pretende explicar nossas intuições sobre alguns casos célebres usados contra o confiabilismo de processo, e com isso trata não só de contraexemplos a critérios necessários, mas consegue explicar a possibilidade de contraexemplos intuitivos sobre a suficiência de condições específicas – diferentemente da teoria prototípica. No caso do novo demônio maligno, a tese de Goldman prevê que se as experiências perceptuais dos sujeitos desse mundo se assemelham aos nossos, e se nós julgamos nossas experiências perceptuais como justificadas, então naturalmen-

---

<sup>12</sup> The hypothesis I wish to advance is that the epistemic evaluator has a mentally stored set, or list, of cognitive virtues and vices. When asked to evaluate an actual or hypothetical case of belief, the evaluator considers the processes by which the belief was produced, and matches these against his list of virtues and vices. If the processes are matched partly with vices, the belief is categorized as unjustified. If a belief-forming scenario is described that features a process not on the evaluator's list of either virtues or vices, the belief may be categorized as neither justified nor unjustified, but simply nonjustified.

<sup>13</sup> Existe toda uma literatura específica que trata da noção de virtudes e vícios epistêmicos. Aqui, no entanto, nós estamos assumindo apenas o uso corrente e vago destes termos.



te julgaremos as crenças perceptuais dos sujeitos no mundo do demônio maligno como também justificadas. Confiabilidade, portanto, não seria necessária para *categorizações intuitivas* de justificação. A explicação no caso de Norman, que também pode ser estendida ao caso do Sr. Truetemp, pode tanto ser em termos neutros como negativos. Uma vez que “clarividência” pode não estar presente em nenhum das listas de alguém, é possível alguém simplesmente não julgar positivamente nem negativamente o caso de Norman. Caso alguém tenha impressões negativas com a relação a poderes normalmente duvidosos como clarividência, telepatia ou telecinese, é provável que julgue negativamente uma crença baseada em um desses poderes. Podemos sugerir ainda, que a maneira com que o caso de Norman é descrito – na qual Norman não possui qualquer evidência a favor ou contra a crença da posse de seu poder de clarividência – pode fazer com que alguns o julguem semelhante a processos viciosos ordinários já presentes na lista, como “palpite”. Confiabilidade por si só, portanto, não seria sempre suficiente para a *categorização intuitiva* de conhecimento.

O poder explicativo da teoria de exemplares sugerida por Goldman a torna uma melhor candidata teórica para o caso específico de CONHECIMENTO. Vamos chamar a hipótese de que uma lista de exemplares faz parte do conteúdo de CONHECIMENTO de  $(H_2)$ . Embora  $(H_2)$  seja obviamente distinta de  $(H_1)$ , ela também não favorece as expectativas tradicionais da  $(AC)$ . A tese essencial suportada por  $(H_2)$  é a de que  $(ii)$  a similaridade de casos descritos de conhecimento ou justificação quanto a uma lista de vícios e virtudes epistêmicas tem relação causal com os julgamentos intuitivos que ocorrem na  $(AC)$ . Se as teses  $(ii)$  e  $(i)$  – que o conceito ordinário de conhecimento abrange uma série de situações bastante distintas entre si – são corretas, então é razoável acreditar que a proposta de definições na maneira em que é comumente feita está mesmo fadada ao fracasso. Sempre que epistemólogos (1) elegerem como necessárias e conjuntamente suficientes um pequeno conjunto das propriedades que podem ser listadas a partir da descrição de vários casos diferentes de conhecimento, essa teoria apresentará contraexemplos. Qualquer epistemólogo que pretende gerar teorias que (2) não sofra de contraexemplos intuitivos, deve começar a pensar em gerar teorias minimamente conjuntivas e mesmo assim não alimentar muita esperança de conseguir este objetivo. Afinal, enquanto for rotineiro considerar situações hipotéticas inverossímeis relevantes para definições, é provável que possamos construir casos que intuitivamente contradizem a necessidade ou suficiência dessas definições em função das relações de similaridade entre os casos descritos e nossas listas de vícios e virtudes epistêmicas.

### 1.2.3. Núcleo conceitual e Categorizações Refletidas

Nós estamos bastante convencidos com relação à (i) e (ii). Nós também acreditamos que a dificuldade em recuperar da memória casos de conhecimento tenha algum papel explicativo para a existência do debate. Uma vez que não é simples manter em mente a heterogeneidade das situações de conhecimento, é possível que epistemólogos desenvolvam tendências teóricas na medida em que se concentram em alguns poucos tipos de casos. O que internalistas e externalistas fariam inicialmente é *salientar* propriedades internalistas e propriedades confiabilistas, respectivamente, e eventualmente tomá-las como essenciais. Desta forma, nós chegamos a um ponto negativo com relação à perspectiva da (AC) da maneira como é comumente feita. Contudo, nós vamos agora enfatizar que este não é o ponto final com relação à estrutura de nosso conceito de conhecimento ou à (AC) e, consequentemente, com relação ao uso de intuições no debate entre internalistas e externalistas.

Embora na literatura em psicologia de conceitos a teoria clássica, a teoria de protótipos, a teoria de exemplares, para não mencionar outras, sejam muitas vezes caracterizadas como teorias concorrentes, não é correto meramente interpretar o aspecto de incompatibilidade entre essas teorias de uma forma excludente. É um fato que cada uma das principais teorias de conceitos é motivada pela capacidade de explicar fenômenos particulares, *e.g.*, protótipos e exemplares para explicar os efeitos de tipicidade, assim como uma série de capacidades cognitivas, como categorização, raciocínio indutivo, compreensão da linguagem, criação de analogias, etc. Além disso, os tipos de estrutura de conceitos propostos também estão relacionados a *funções* cognitivas específicas. No caso de protótipos particularmente, uma tese corrente é a de que uma vez que são principalmente constituídos por propriedades mais salientes, por propriedades perceptualmente salientes no caso de conceitos concretos, sua função essencial com respeito à categorização é realizar um tipo de categorização rápida. Esta tese também é válida para a teoria de exemplares. Se for pedido a sujeitos que digam rapidamente a que categoria pertence um objeto *x*, o modo mais rápido de fazer esse julgamento é em função da similaridade desse objeto com um protótipo ou um exemplar. Algo que é enfatizado, no entanto, é que uma teoria prototípica ou de exemplares tem pouco a dizer sobre fenômenos de julgamentos mais refletidos. Alguns experimentos mostram que se for perguntado a sujeitos se, por exemplo, um cachorro que foi modificado até parecer um gato ainda é um cachorro, ou se vacas modificadas para parecer cavalos ainda são vacas, a resposta, inclusive de crianças, tende a ser positiva (Keil 1989). A coerência

dessas respostas, assim como os resultados de vários outros experimentos, mostra claramente que similaridade não é o único fator que guia nossos julgamentos de categorização.

O que é importante para nós é o fato de que vem sendo defendido há algum tempo – desde o início da década de 1980 pelo menos – a possibilidade de haver mais de uma estrutura de representação em um único conceito. Protótipos ou exemplares às vezes podem ser os únicos conteúdos acessíveis para a categorização de um conceito, *e.g.*, PASSÁRO, mas isto obviamente não implica que um outro tipo de conteúdo é mais *adequado* para a categorização das instâncias desse conceito, *e.g.*, concepções biológicas relevantes sobre pássaros. Dada a função específica de cada um desses conteúdos, vários psicólogos têm defendido que é perfeitamente possível que um sujeito tenha a posse simultânea de ambos. Teorias desse tipo podem ser chamadas de *teorias duais* (Laurence & Margolis 1999). Uma teoria dual defende basicamente que um conceito possui dois componentes, um componente responsável por categorizações rápidas ou *heurísticas*, *e.g.*, exemplares e protótipos, e um componente responsável por categorizações mais refletidas, que é muitas vezes caracterizado como um *núcleo conceitual* (*conceptual core*). Algo que em princípio favorece novamente a análise conceitual é a ideia de que um núcleo conceitual pode de fato ter uma estrutura definicional ou ter algo muito próximo a isso. Um exemplo retirado do estudo de Keil & Batterman (1984) é o do conceito LADRÃO. O núcleo conceitual de LADRÃO é uma definição como: “uma pessoa que leva algo seu sem lhe pedir permissão ou ter intenção de devolvê-lo”. Uma descrição que satisfaz o protótipo de LADRÃO mas não seu núcleo conceitual é “um homem velho, mau, mal-cheiroso, com uma arma em seu bolso, que vai à sua casa e pega sua TV porque seus pais disseram que não a queriam mais e que ele podia levá-la”. Uma descrição que satisfaz o núcleo conceitual de LADRÃO mas não seu protótipo é “uma mulher muito amigável e muito alegre que lhe dá um abraço, desconecta seu vaso sanitário do chão, e o leva embora sem sua permissão e sem intenção de devolvê-lo”. É particularmente importante observar, no entanto, que um núcleo conceitual pode também ser muito mais vago do que no caso de LADRÃO, e mesmo assim ser decisivo em julgamentos de categorização mais refletidos. Por exemplo, nos casos dos cachorros-gatos e das vacas-cavalos acima, o núcleo conceitual que gera os julgamentos em questão é uma espécie de teoria biológica vaga sobre cães e vacas, do tipo que sabe que os filhotes de cães e vacas que se parecem com gatos e cavalos serão cães e vacas, respectivamente, mas que não possui concepções avançadas sobre genética.

Teorias duais, na verdade, são a forma mais simples de uma teoria *pluralista* quanto à estrutura de conceitos. Recentemente tem se tornado mais corrente a ideia de que um conceito pode possuir mais do que duas estruturas diferentes, cada uma relacionada a funções ou processos cognitivos distintos<sup>14</sup>. É realmente muito comprometedor assumir que os fenômenos de tipicidade estão presentes de igual modo em todos os conceitos filosoficamente relevantes. Como vimos, no mínimo não é claro se eles estão presentes no caso de CONHECIMENTO – se estiverem, claramente não ocorrem da mesma forma em que ocorrem em muitos conceitos concretos. Isto muda drasticamente nossas perspectivas quanto ( $H_1$ ) e ( $H_2$ ). A existência de um protótipo – o que não nos parece o caso – ou de exemplares ilustra apenas *um tipo* de categorização intuitiva para CONHECIMENTO. Tudo isto gera um tom normativo de cautela com relação a qualquer generalização sobre a estrutura de conceitos – como a que é implicitamente feita por Ramsey (1992) e Kornblith (2007). Agora, é o momento de analisar se há outros aspectos do conceito de CONHECIMENTO que revelam algo mais sobre sua estrutura e a origem de nossas intuições epistêmicas. Nós acreditamos que sim, e que não é difícil concordar com o que vamos defender.

Algo que deve ser notado é o fato de que embora possa explicar nossas intuições sobre alguns dos casos tradicionais da literatura epistemológica e a falta de consenso no debate entre internalistas e externalistas, somente a adoção de ( $H_2$ ) – ou ( $H_1$ ), ou mesmo ambas – deixa algumas lacunas explicativas muito importantes. Em primeiro lugar, ela não explica nossas intuições nem sobre os casos Gettier, nem sobre o caso dos falsos-celeiros de Ginet-Goldman. Não parece ser uma questão de similaridade, ausência dela, ou dissimilaridade com virtudes ou vícios epistêmicos que gera a categorização negativa destes casos para CONHECIMENTO. Alguém pode tentar argumentar que “a existência de fatores externos desfavoráveis” ou “evidência inadequada” são propriedades que podem estar presentes em uma lista de vícios epistêmicos (do avaliador), mas isso nos parece realmente forçoso. O fato é que as crenças verdadeiras destes casos são geradas por processos que já estariam presentes em uma lista de virtudes, como “crenças justificadas” e “crenças geradas pela visão e acesso à memória”. Estes casos, portanto, ilustram exatamente um tipo de julgamento de categorização que não é feito através de similaridade. Se alguém pretende insistir que as intuições destes casos podem ser explicadas pela existência de certas propriedades no conteúdo de exemplares do conceito do avaliador epistêmico, ele vai cair justamente na segunda

---

<sup>14</sup> Alguns psicólogos também têm salientado a possibilidade destas funções e processos distintos poderem interagir entre si. Sobre isto, ver Machery (2009).

lacuna explicativa gerada pela simples adoção de uma teoria de exemplares – ou prototípica, ou de ambas.

Para que uma teoria de conceitos seja completa ela precisa fornecer também uma teoria de *aquisição* de conceitos, i.e., ela deve explicar como o conteúdo de um conceito é adquirido. Existem teorias simples de aquisição para protótipos ou exemplares. Grosso modo, no caso de conceitos concretos, um sujeito vem a adquirir um exemplar de GATO, por exemplo, a partir das experiências desse sujeito com algumas instâncias particulares de gato. Um sujeito adquire um protótipo de GATO a partir de um número de experiências com instâncias de gato que o leva a detectar as propriedades mais salientes desta categoria. Em ambos os casos, os sujeitos então utilizam esse conteúdo para fazer julgamentos de categorização baseados em semelhança. O problema é que no caso de CONHECIMENTO claramente nem toda aquisição se dá ostensivamente. Sujeitos não formam uma lista de virtudes e vícios epistêmicos simplesmente por vivenciar diversas situações bem diferentes entre si nas quais *outra* pessoa categoriza essas situações como instâncias de conhecimento. Nossa ideia é que se alguém assumir que o conteúdo de CONHECIMENTO é somente de exemplares, sua teoria não poderá explicar, em primeiro lugar, porque os processos que compõem a lista de virtudes e vícios estão presentes nesta lista – o mesmo vale para uma teoria prototípica. Veja que no caso de muitos conceitos concretos existe uma explicação simples para a presença de exemplares e das propriedades que compõem um protótipo. Uma vez que gatos, por exemplo, compõem um tipo natural, a explicação por que a forma, o tamanho, e o comportamento  $\{x,y,z\}$  fazem parte do conteúdo de GATO, se dá exatamente em termos dos fatos naturais relativos a este tipo. Por exemplo, é um fato que a imensa maioria dos gatos possui as propriedades  $\{x,y,z\}$ , por isso elas estão presentes nos exemplares ou no protótipo de GATO. Isto não se aplica ao caso de CONHECIMENTO. Mesmo que um sujeito viesse a formar uma lista de virtudes e vícios epistêmicos de forma puramente ostensiva, dificilmente poderíamos dizer que ele possui de fato um conceito de conhecimento. Pois existe algo no conteúdo de CONHECIMENTO que permite aos sujeitos que o possuem adicionar ou retirar processos dessa lista, e que não pode ser explicado através apenas de uma teoria de exemplares ou de protótipos. Estas duas lacunas explicativas apontam para a existência de um núcleo conceitual em CONHECIMENTO.

É evidente que se CONHECIMENTO possui um núcleo conceitual, esse núcleo não possui estrutura definicional, do contrário, isso contradiria todas as dificuldades encontradas na literatura da (AC). O que seria, então, o núcleo conceitual de CONHECIMENTO? Nós

propomos que o núcleo conceitual é justamente o conteúdo responsável por nossas intuições nos casos de Gettier e dos falsos-celeiros, além de ser capaz de explicar a dinâmica de julgamentos que permitem o acréscimo ou eliminação de um processo na suposta lista de virtudes e vícios epistêmicos. É difícil sintetizar em que consiste esse núcleo e, por isso, nós não vamos tentar defender uma teoria de conhecimento específica a partir dele. Ao contrário, nós defendemos que seu conteúdo não possui a forma delimitada de uma definição, i.e., ele é vago em alguns aspectos, ao mesmo tempo em que é responsável por uma quantidade muito grande do que ocorre em nossos julgamentos epistêmicos intuitivos. Apesar da dificuldade em definir esse conteúdo com precisão, a tese de que CONHECIMENTO possui realmente um núcleo conceitual e que o conteúdo em particular que vamos tratar abaixo faz parte dele é fortemente sustentada pela literatura epistemológica.

Algo corrente à epistemologia desde Platão é a ideia que conhecimento não é compatível com mera *sorte*, ou *acidente*. Se, por exemplo, alguém está correto através de um mero palpite sortudo, então esse não é um caso de conhecimento. A maioria dos epistemólogos toma essa ideia como consensual. Assim, seguindo Mark Heller (1999), vamos chamar essa concepção genericamente de “*anti-sorte-epistêmica*”. Nossa tese, portanto, é a de que (iii) CONHECIMENTO possui um núcleo conceitual, e que uma condição de anti-sorte-epistêmica faz parte desse núcleo. É difícil determinar com precisão em que consiste essa concepção de anti-sorte, ou anti-acidentalidade epistêmica. Claramente, não é todo tipo de sorte ou accidentalidade que é epistemicamente relevante. Digamos que Jean está caminhando na rua e não é atingindo na cabeça por um cofre que caiu do décimo andar somente porque parou subitamente para apanhar uma nota de cinquenta reais que apareceu aos seus pés. Jean forma a crença verdadeira *p*: “esta é uma nota de cinquenta reais”. É uma questão de sorte Jean estar vivo para formar esta crença, mas claramente este não é o tipo de sorte que é determinante para sua posse ou falta de conhecimento de *p*. É fácil perceber, no entanto, que alguns fatores são relevantes para esta concepção, e que ela é realmente vaga em certos aspectos.

Claramente esta condição está relacionada com nossa intuição sobre os casos de Gettier. Há algo de sorte no fato de Smith ter dez moedas em seu bolso conjuntamente com o fato de ser a pessoa que afinal vai conseguir o emprego. Da mesma forma, há algo de sorte no fato de Brown estar em Barcelona e a crença de Smith ser correta – afinal, ele pensava que a primeira parte da disjunção, e não a segunda, era correta. Esta interpretação dos casos é bastante comum. Peter Unger (1968), por exemplo, tendo em vista exatamente os contrae-

xemplos levantados por Gettier, propôs o critério de que  $S$  conhece que  $p$  somente quando “*não é de nenhuma forma accidental* que  $S$  esteja certo sobre ser o caso que  $p$ ” (p. 158). É fácil perceber que esta condição também está relacionada com a nossa intuição sobre o caso dos falsos-celeiros. Há algo de sorte ou acidente no fato de Henry estar diante de um dos poucos celeiros verdadeiros da região e que sua crença seja correta, afinal, caso Henry estivesse diante de um celeiro falso ele ainda formaria exatamente a mesma crença, que neste caso seria falsa. A ideia, portanto, é que todos esses casos não são intuitivamente categorizados como casos de conhecimento porque de acordo com o núcleo conceitual de CONHECIMENTO, conhecimento é incompatível com esse tipo de accidentalidade.

Alguém pode achar duvidoso que conceitos como “sorte” ou “accidentalidade” façam realmente parte do núcleo conceitual de CONHECIMENTO, mas nós não queremos dizer, é claro, que o conteúdo deste núcleo é realmente representado nestes termos. Esta é simplesmente a forma com que esta concepção a que estamos chamando atenção é comumente tratada na literatura da (AC). De fato, nas descrições de casos que declaradamente têm como propósito fornecer contraexemplos para teorias específicas é muito comum o uso de termos como “por pura coincidência”, “por acaso”, ou “mera sorte”. Alguém pode interpretar o extenso uso desses termos na literatura como uma razão para duvidar da existência de um núcleo conceitual – seriam os filósofos que estariam explicitamente impondo uma condição de anti-accidentalidade no nosso conceito ordinário de conhecimento – mas isto é um erro. É verdade que a própria epistemologia tem sido responsável em *estabelecer explicitamente* esta condição para CONHECIMENTO, pelo menos entre filósofos. Mas o que estamos chamando de núcleo conceitual de CONHECIMENTO é mais abrangente do que pode ser inicialmente capturado por termos como “sorte” e “accidentalidade” e é familiar ao senso comum. Este núcleo conceitual não precisa obrigatoriamente ser entendido nestes termos, ou sequer ser colocado de uma forma negativa: “não ser accidental”, “não ser um caso de sorte”. Grosso modo, dizer que não é sorte ou acidente que uma crença é verdadeira equivale a dizer que há *algo que efetivamente promove* que a crença em questão seja verdadeira, ou ao menos torna isto muito provável. O núcleo de CONHECIMENTO é justamente essa exigência de uma fonte *segura* ou *confiável* para nossas crenças verdadeiras, que é familiar e pode ser compreendida mesmo caracterizada de uma maneira vaga como esta.

Ao contrário da adoção somente de ( $H_2$ ), a tese (iii) explica por que, em primeiro lugar, incluímos certos processos em uma lista de virtudes e outros em uma lista de vícios. Muito do que guia nossas atribuições de conhecimento são nossos julgamentos sobre o que é

seguro ou não acreditar. Considere o seguinte caso: “Suponha que você trabalha em um departamento da faculdade e um projeto lhe obrigará a ficar o máximo de tempo possível em sua sala de trabalho, inclusive à noite. Para evitar ficar trancado no prédio do departamento você pergunta justamente ao porteiro que é responsável por trancar o prédio de que horas ele o tranca. Ele lhe responde: ‘Eu fecho o prédio todo dia às 22 horas em ponto’”. Estando nessa situação alguém normalmente julgaria que *sabe* de que horas o departamento irá fechar, portanto, este é um caso ordinário de conhecimento – assumindo, é claro, que a crença em particular é correta. Observe, no entanto, que se adicionássemos ao caso a informação de que ultimamente este porteiro além de ter apresentado alguns sinais de loucura, passou a pregar várias peças em outros funcionários da faculdade, *e.g.*, ele trocou a placa dos banheiros e trancou um funcionário no banheiro feminino, isso poderia afetar significativamente nossa intuição desse caso. Isto sugere que, grosso modo, adicionamos fontes de conhecimento à nossa lista epistêmica a partir de quando passamos a julgar certas fontes como seguras – “informação oriunda do sujeito *S*”, “crença oriunda da visão”, “crença oriunda da audição”, “crença justificada”, “forma de raciocínio *r*”, etc. – e retiramos fontes dessa lista a partir do momento que passamos a julgá-las inseguras – “informação oriunda do sujeito *S*”, “palpite”, “*wishful thinking*”, “generalização apressada”, etc.<sup>15</sup>

#### 1.2.4. Núcleo conceitual e Externalismo

Da maneira como a caracterizamos, a tese (iii) não encontra resistência na literatura epistemológica ou no senso comum. Agora, o que este núcleo conceitual tem a dizer sobre o debate entre internalismo e externalismo epistêmico? Somente com (i) e (ii), a situação entre internalistas e externalistas, no que diz respeito à sua base intuitiva, estaria em pé de igualdade. O conteúdo de CONHECIMENTO possuiria um conjunto de exemplares no qual estariam representados vários tipos de processos que remetem a casos de conhecimento bem

---

<sup>15</sup> Uma pergunta que surge imediatamente é: E o que guia nossos julgamentos sobre o que é seguro e o que não é? A resposta a esta pergunta não é um dos objetivos deste trabalho. Parece óbvio, entretanto, que os julgamentos de “segurança” ou “confiabilidade” são pelo menos parcialmente realizados por processos cognitivos como “raciocínio condicional”, “raciocínio causal”, além de “indução” a partir de experiência. Ou seja, processos que podem avaliar a tendência de um tipo de fonte em gerar proposições verdadeiras (ou aparentemente verdadeiras). Além disto, parece claro que situações subjetivamente relevantes podem afetar psicologicamente esses julgamentos, de formas diferentes para o sujeito e para o avaliador epistêmico. Por exemplo, se é o caso que se *S* ficar trancado no prédio de seu departamento ele perderá a formatura de seu filho na faculdade, então *S* pode passar a não mais confiar na palavra do porteiro, mesmo sem nunca ter ouvido falar nada sobre suas insanidades e brincadeiras, por outro lado, essa situação pode não afetar significativamente a intuição de um avaliador externo sobre a posse de conhecimento de *S*.



distintos entre si, assim como casos de vícios epistêmicos, e nossas intuições seriam uma função da similaridade e dissimilaridade dos casos com esses exemplares. Internalistas e externalistas focam suas teorias respectivamente em propriedades internalistas e propriedades externalistas relacionadas a alguns elementos desse conjunto, tomando-as como necessárias e suficientes para a posse de conhecimento. A existência de contraexemplos quanto à necessidade de critérios internalistas ou externalistas se dá devido à heterogeneidade dos casos que são abarcados pelos exemplares: tanto critérios internalistas quanto externalistas excluiriam alguns tipos de casos que ordinariamente chamamos de conhecimento ou consideramos justificados, *e.g.*, o caso do novo demônio maligno para o externalismo de justificação. Contraexemplos intuitivos quanto à suficiência de uma teoria podem surgir devido à liberdade de construir casos imaginários, o que permite que esses casos possuam as propriedades específicas propostas na teoria, mas não se assemelhem a qualquer virtude epistêmica ou sejam semelhantes à algum vício epistêmico, *e.g.*, o caso de Norman e do Sr. Truetemp. Desta forma, externalistas e internalistas sustentariam suas teorias em intuições conflitantes que surgem naturalmente a partir da estrutura de nosso conceito ordinário de conhecimento.

A tese (iii), entretanto, nos faz rever esta conclusão. Mesmo que exista um conteúdo de exemplares em CONHECIMENTO, há razões para acreditar que existe um núcleo conceitual responsável por julgamentos intuitivos não realizados via similaridade. Teorias pluralistas sobre a estrutura de conceitos sugerem que cada tipo de conteúdo está relacionado a um tipo de função cognitiva diferente, estando o núcleo conceitual, nos casos em que ocorre, relacionado a julgamentos da categorização mais refletidos. Nós propomos não só que o mesmo ocorre com o caso de CONHECIMENTO, mas que isto, de um ponto de vista intuitivo, fornece uma vantagem considerável ao externalismo epistêmico. Uma das teses centrais do externalismo é a de que a posse de conhecimento por parte de um sujeito é, pelos menos em parte, *sempre* função de alguns fatores externos. Isto equivale a dizer que qualquer que seja a definição adequada de conhecimento – se é que ela existe, podemos acrescentar – fatores externos fazem parte dos critérios *necessários* dessa definição. O núcleo conceitual de CONHECIMENTO favorece esta afirmação.

Esta tese externalista pode ser entendida como uma condição bastante geral, ilustrada pela famosa citação de Wittgenstein: “É sempre por um favor da Natureza que alguém conhece alguma coisa”<sup>16</sup> (1969, seção 505). Se nós possuímos um aparato cognitivo e perceptual adequado, se existe um demônio maligno iludindo constantemente nossos sentidos neste

---

<sup>16</sup> It is always by favour of Nature that one knows something.

mundo, ou se o mundo possui uma constituição que permite muitas proposições serem conhecidas, são todos fatores objetivos que favorecem ou desfavorecem nossa posse de conhecimento e que são externos aos sujeitos epistêmicos. Muitos internalistas não teriam dificuldade em concordar com a relevância dessas condições gerais para a posse de conhecimento<sup>17</sup>. O que é mais relevante para o externalismo, entretanto, é o fato que outros tipos de fatores externos que não condições gerais do mundo são muito significativos para nosso conceito ordinário de conhecimento. Particularmente, fatores externos são intuitivamente relevantes na constituição de situações epistêmicas comuns. Parece ser o caso que a adição de fatores externos em situações triviais pode alterar drasticamente a categorização intuitiva do caso, de um modo que sugere relação com o núcleo conceitual de conhecimento, i.e., com o conteúdo de CONHECIMENTO responsável por categorizações mais refletidas. Considere o caso dos falsos celeiros novamente. A primeira descrição do caso constitui uma situação típica de conhecimento perceptual. Quando a presença de celeiros falsos na região em que Henry está dirigindo é descrita, no entanto, a categorização intuitiva do caso muda. O mesmo acontece no caso do sujeito que não quer ficar preso no departamento. Isto sugere que o que ocorre nesses casos é justamente a predominância intuitiva dos julgamentos mais refletidos sobre os julgamentos de similaridade. Nossas categorizações intuitivas de conhecimento podem ser “disparadas” a partir de julgamentos de que tal processo ou fonte de informação é seguro, confiável, mas isto não implica que essas são nossas intuições finais sobre as situações epistêmicas em questão. Externalistas podem, portanto, construir um argumento a seu favor da seguinte forma. Uma vez que esse ponto pode ser generalizado, i.e., alguém, *prima facie*, pode sempre imaginar fatores externos que desfavorecem a posse de conhecimento do sujeito epistêmico em situações particulares, e que nossos julgamentos a partir dessas novas circunstâncias tendem a predominar sobre julgamentos de similaridade, é o caso que fatores externos *sempre* são relevantes para a posse de conhecimento, em qualquer situação particular<sup>18</sup>.

Este argumento, é claro, é uma generalização sustentada pelas intuições oriundas do núcleo conceitual de CONHECIMENTO, e não a proposta de um critério específico para a

---

<sup>17</sup> Alguns internalistas de tradição cartesiana, por exemplo, defendem que para *S* possuir conhecimento de *p*, *S* deve ser capaz de afastar as possibilidades céticas que tornariam *p* falsa, como a existência de um demônio maligno, ou a de estar sendo enganado pelos seus sentidos.

<sup>18</sup> Uma série de casos existentes na literatura pode tornar mais convincente a possibilidade de fatores externos relevantes desfavorecer um caso particular de conhecimento. A possibilidade de existência de irmãos gêmeos, de pessoas pintando mulas de zebras, ou de uma espécie de pássaro começar a fazer uma migração diferente, por mais que soe inverossímil, é suficiente para modificar nossas intuições sobre os casos epistêmicos mais ordinários – pelo menos isso é o que mostra a literatura epistemológica.

posse de conhecimento. Existem razões, aliás, para acreditar que a tentativa de fornecer um critério necessário específico sobre fatores externalistas deve manter um caráter vago. Tentativas de fornecer um critério deste tipo foram feitas por epistemólogos interessados em teorias de *alternativas relevantes*. Em suma, uma teoria deste tipo defende que *S* conhece que *p* se e somente se não há alternativas relevantes que tornariam a crença de *S* em *p* falsa caso a situação tivesse sido diferente, *e.g.*, caso Henry tivesse parado diante de um celeiro falso em lugar de um dos poucos verdadeiros. Primeiramente, é uma questão difícil se para cada situação específica existe um conjunto *determinado* de alternativas relevantes, *i.e.*, um conjunto de fatores externos que poderiam alterar a intuição sobre o caso. Algo observado por Goldman, entretanto, reforça a tese do núcleo conceitual (1976, p. 90). Quando alguém atribui conhecimento a *S*, ele não precisa ter um conjunto específico de fatores em mente, mas alguém pode *negar* a posse de conhecimento a *S* justamente porque tem em mente alguns fatores externos específicos que desfavorecem a posse de conhecimento. Além disto, é difícil determinar precisamente o que conta e o que não conta como fator externo relevante. Goldman, por exemplo, quando apresenta o caso de Henry questiona: “Nós devemos dizer que a possibilidade de haver uma cópia diante dele é uma possibilidade séria ou relevante caso não hajam cópias no distrito de Henry, mas somente na Suécia? Ou se uma única cópia já existiu na Suécia, mas não existe nenhuma agora?”<sup>19</sup> (1976, p. 89). Isto aponta para o que alguns filósofos como o próprio Goldman (1986) já afirmaram: nosso conceito de conhecimento é vago em vários aspectos. É neste ponto de vagueza que intuições podem divergir ou não existir e que teorias precisas são impossibilitadas. Por essa razão, deveria ser razoável esperar que um critério necessário externalista seja postulado em termos vagos. Algo como: “*S* conhece que *p* se e somente se não existem fatores externos que nos fariam considerar a crença verdadeira de *p* um caso de sorte epistêmica”. Vale lembrar que estamos justamente defendendo que CONHECIMENTO possui um núcleo conceitual decisivo para a categorização de várias situações, mas vago em certos aspectos.

Por fim, ao longo de todo este capítulo estivemos descrevendo quais seriam as intuições de cada caso de acordo com o que nos parece ser a concordância na literatura. Alguém poderia, no entanto, acusar nossa descrição de ser inadequada. Alguém pode afirmar, por exemplo, que ordinariamente fatores externos não alteram realmente nossas intuições da

---

<sup>19</sup> Should we say that the possibility of a facsimile before him is a serious or relevant possibility if there are no facsimiles in Henry's district, but only in Sweden? Or if a single such facsimile once existed in Sweden, but none exist now?

maneira descrita. Nós duvidamos disso simplesmente pela notoriedade que teorias externalistas possuem na epistemologia. É justamente a concordância de intuições entre um grande número de filósofos que torna a posição atrativa e uma séria adversária do internalismo. Externalistas não estão apenas testando a intuições de filósofos, mas também defendendo suas teorias através da descrição de casos ordinários nos quais fatores externos são relevantes<sup>20</sup>. De qualquer forma, não há muito o que argumentar se alguém de fato afirma que não possui a mesma intuição sobre o caso, i.e., que a adição de fatores externos não altera seu julgamento intuitivo.

Além da óbvia possibilidade de influência teórica, e da carência de um conceito de conhecimento, duas outras respostas iniciais podem ser dadas. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que julgamentos positivos de justificação são compatíveis com intuições negativas sobre a posse de conhecimento e, portanto, que é possível alguém confundir a intuição de JUSTIFICAÇÃO de um caso com sua categorização de CONHECIMENTO. É opinião comum que JUSTIFICAÇÃO é compatível até mesmo com a posse de crenças falsas. Isso pode ocorrer quando uma crença é oriunda de um processo *julgado* seguro ou confiável, mas que não o é de fato, *e.g.*, o testemunho do presidente da empresa no caso de Gettier. Tudo isso sugere que intuições sobre JUSTIFICAÇÃO ocorrem em função de julgamentos de similaridade<sup>21</sup>. Em segundo lugar, uma vez que julgamentos baseados no núcleo conceitual podem estar relacionados com *competências* cognitivas específicas, *e.g.*, “raciocínio causal”, “raciocínio condicional”, “indução”, etc., *prima facie* é possível que alguém falhe em intuir o aspecto accidental de uma crença<sup>22</sup>. Algumas pessoas, por exemplo, podem atribuir conhecimento a Henry no caso dos falsos celeiros porque *falham* em perceber que há algo na situação descrita que torna a crença de Henry verdadeira de uma forma accidental, *viz.*, o fato de que se a situação tivesse sido ligeiramente diferente, os processos de Henry inevitavelmente o levariam a formar uma crença falsa<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Nós não estamos aqui confundindo “a descrição de casos ordinários” com “a intuição de sujeitos ordinários”. Nós simplesmente estamos assumindo que a maioria dos epistemólogos é competente o suficiente para perceber corretamente qual é a intuição de sujeitos ordinários nessas situações ordinárias.

<sup>21</sup> Esta é uma tese importante e que precisaria ser melhor trabalhada. Entretanto, uma vez que o foco deste capítulo é sobre o conceito de CONHECIMENTO, vamos apenas mencioná-la.

<sup>22</sup> Essa resposta segue a tradição chomskiana que afirma que algumas intuições gramaticais de fato refletem regras linguísticas internalizadas, enquanto outras são apenas “erros de performance” causados por falhas de atenção, limitações de memória, interferência de outros sistemas cognitivos, etc.

<sup>23</sup> Em um estudo recente, por exemplo, John Stermann e alguns colegas mostraram que uma grande porcentagem de um grupo de estudantes do MIT treinados em cálculo falha em possuir uma compreensão intuitiva da metáfora da banheira para o aquecimento global (Stermann et. al. 2009). Imagine uma banheira com a torneira e o ralo aberto. Agora tome a água da banheira como a quantidade de carbono na atmosfera do planeta, o ralo como a vazão de carbono absorvido pelas plantas, rochas, etc., e a água da torneira como a quantidade de car-

Nós fornecemos, portanto, uma contribuição metaepistemológica para a (AC) e o debate entre internalismo e externalismo. Nós propusemos uma explicação sobre a natureza do conflito intuitivo entre estas posições, e mostramos que existem razões para acreditar que há algo no conteúdo de CONHECIMENTO que dá vantagem aos externalistas nesta disputa intuitiva. Embora as teses (i), (ii), e (iii) que defendemos neste capítulo sejam em última instância teses empíricas, nós acreditamos que tanto a literatura epistemológica quanto o que podemos observar por nós mesmos sobre nossas categorizações epistêmicas ordinárias fornecem uma boa base para defendê-las. Uma vez que elas são empíricas, no entanto, é razoável esperar que novos dados – a partir de experimentos feitos com relação à estrutura de CONHECIMENTO especificamente – falsifiquem alguma dessas teses. Nós esperamos ter deixado claro, contudo, que pesquisas deste tipo podem não ser tão esclarecedoras quanto desejável, pois existem controvérsias sobre qual seria o grupo de pessoas adequadas a realizarem tais experimentos, e a recuperação de informações sobre um conceito abstrato como CONHECIMENTO poderia ser difícil.

---

bono que produzimos. Sterman et. al. (2009) descobriram que em descrições de metáforas como essa, a maioria dos estudantes falha em perceber que com um fluxo de entrada maior que a vazão, a banheira encherá. No lugar disto, os estudantes tendem a *intuir* uma falsa relação entre o fluxo e a vazão, o que eles chamam de “*correlation heuristics*”, e.g., se mantivermos contínua a entrada de carbono no planeta, mas diminuirmos seu fluxo, então isto é suficiente para acabar com o aquecimento global. Isto, é claro, depende da quantidade de vazão da banheira, pois mesmo um baixo fluxo de água pode ser suficiente para fazê-la transbordar. A ideia, portanto, é que da mesma forma que estudantes do MIT competentes em cálculo não têm uma compreensão intuitiva da dinâmica de uma banheira, é possível que filósofos bem treinados também tenham dificuldade em entender como fatores externalistas influem no status epistêmico de crenças.

## 2. CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO, ANÁLISE DO CONHECIMENTO E EXTERNALISMO

### 2.1. O CONTEXTUALISMO SEMÂNTICO

Em sua versão mais corrente, a versão na qual estamos interessados, o contextualismo epistêmico é uma posição sobre as condições de verdade de *asserções de conhecimento*, i.e., sentenças da forma “*S* sabe que *p*” e “*S* não sabe que *p*”. O contextualista defende basicamente que as condições de verdade de sentenças deste tipo *variam* em função do *contexto* em que são proferidas. A ideia, grosso modo, é que da mesma forma em que *o que conta como* “alto”, “vazio”, ou “pesado” é determinado por um contexto conversacional, o valor de verdade de uma asserção de conhecimento depende do que conta como “conhecimento” no contexto em que está em jogo. Embora seja um aspecto fundamental de sua posição, contextualistas não estão em claro acordo sobre a natureza contextual de “conhecer”. Um contextualista pode defender que “conhecer” (ou “saber”) é um termo sensível ao contexto da mesma forma em que o termo “careca” o é, i.e., devido à sua *vaguidade* (Heller 1999), defender que “conhecer” é contextual porque seria uma espécie de *indexical* (Cohen 1988), ou mesmo não se comprometer com uma teoria específica sobre a contextualidade de sentenças – este, de qualquer maneira, não é o foco deste capítulo. De uma forma ou de outra, no entanto, contextualistas estão comprometidos com a tese de que o *conteúdo* de uma atribuição (ou negação) de conhecimento e, conseqüentemente, seu valor de verdade, varia de contexto para contexto. O contextualismo é, neste sentido, uma tese *semântica* sobre asserções de conhecimento (Keith DeRose 1992, 1995; Stewart Cohen 1988, 1995). Vamos chamar esta posição de *contextualismo semântico* (CS).

Esta variação de contextualismo epistêmico não é, portanto, uma teoria sobre o conhecimento *per se*. Jason Stanley (2005) coloca bem o ponto: “Contextualismo não é uma teoria de conhecimento, ou mesmo de ‘conhecimento’, não mais que a afirmação de que a palavra ‘cão’ é sensível ao contexto é uma teoria de cães ou mesmo de ‘cão’”<sup>24</sup> (p. 17). Sua tese central diz respeito ao que ocorre com asserções de conhecimento, mas é silenciosa, ou ao menos pretende ser, quanto a assuntos propriamente epistemológicos. Não é correto afirmar, por exemplo, que o “(...) contextualismo mantém que os critérios para conhecimento mudam com o contexto. Antes, ele mantém que os critérios para a aplicação da *palavra* ‘co-

<sup>24</sup> Contextualism is not a theory of knowledge, or even of ‘knowledge’, any more than the claim that the word ‘dog’ is context-sensitive is a theory of dogs or even of ‘dog’.

nhecimento' mudam"<sup>25</sup> (Feldman 2004, p. 24, grifo nosso). Deste modo, o contextualista semântico se distingue dos epistemólogos que estão interessados no tradicional projeto de desenvolver teorias específicas sobre o conhecimento e a justificação epistêmica. Conhecidamente, epistemólogos sempre estiveram interessados em determinar os critérios necessários e suficientes para a *posse* de conhecimento, e o objeto primário de sua investigação são os nossos *conceitos* epistêmicos. Dentro deste projeto, asserções de conhecimento tipicamente estão comprometidas com teorias propriamente epistemológicas, enquanto o (CS) pretende ser teoricamente neutro neste ponto.

Contextualistas admitem prontamente que não é simples responder com precisão como o contexto do atribuidor altera condições de verdade de asserções de conhecimento ou o que exatamente define um contexto conversacional, mas em seu favor se apoiam em concepções e analogias cuja compreensão é bastante intuitiva. A resposta padrão e um tanto vaga do contextualismo, entendido de uma forma geral, é em termos de “*standards*” (Gail Stine 1976; David Lewis 1979; DeRose 1992;). A ideia é que de um contexto para outro, os *standards* ou critérios para o que conta como conhecimento variam “(...) através de uma função complicada entre intenções do falante, expectativas do ouvinte, pressuposições da conversação, relações de saliência, etc. – através do que David Lewis chama de placar conversacional”<sup>26</sup> (Cohen 1999, p. 61). Seria possível, então, que mesmo não havendo qualquer alteração na situação propriamente epistêmica do sujeito a quem está sendo atribuído conhecimento, uma mesma asserção de conhecimento satisfaça os *standards* estabelecidos em um contexto, mas não os de um contexto conversacional no qual outros critérios para conhecimento estão em jogo.

A tese fundamental do (CS), portanto, é que (i) asserções de conhecimento estão relacionadas a requerimentos variáveis estabelecidos conversacionalmente. Embora (i) seja essencialmente uma tese semântica, a principal motivação dos contextualistas é a possibilidade de solucionar, através dela, um dos principais problemas da epistemologia tradicional. Considere a forma padrão de um *puzzle* ou *paradoxo cético*:

( $P_I$ ) Eu não sei que  $\sim H$  (um hipótese cética como ser um cérebro em uma cuba recebendo falsas sensações, estar alucinando, estar sendo enganado por um demônio maligno, etc.).

<sup>25</sup> (...) contextualism holds that the standards for knowledge change with context. Rather, it holds that the standards for the application of the word ‘knowledge’ change.

<sup>26</sup> (...) by some complicated function of speaker intentions, listener expectations, presuppositions of the conversation, salience relations, etc. – by what David Lewis calls the conversational score.

( $P_2$ ) Se eu não sei que  $\sim H$ , então eu também não sei que  $p$  (uma proposição ordinária como “eu estou usando tênis”, “minha namorada tem cabelos longos”, etc.).

---

(C) Eu não sei que  $p$ .

O que faz de argumentos desta forma um *puzzle*, é o fato de cada uma de suas premissas soar bastante plausível, e sua conclusão parecer paradoxalmente ao mesmo tempo plausível e incrivelmente absurda. Parece claro que se alguém se dedica honestamente ao exercício de se imaginar dentro de uma hipótese cética, ela irá concordar com a plausibilidade de ( $P_1$ ). Como coloca DeRose, “por mais improvável ou mesmo bizarro que possa parecer supor que eu sou um CEC [cérebro em uma cuba], também parece que eu não sei se eu não sou. Como eu poderia saber tal coisa?”<sup>27</sup> (1995, p. 2). De maneira semelhante, se eu for mesmo um cérebro em uma cuba, ou estiver alucinando, estarei terrivelmente enganado em crer que “eu possuo um emprego” ou “eu não estou doente”. A partir dessas premissas, portanto, parece razoável concluir que, para usar o chavão mooreano, “eu não sei se tenho duas mãos”. Todavia, embora levados por um argumento cético deste tipo possamos nos convencer que “eu não sei se tenho duas mãos”, esta conclusão obviamente se choca com nossa intuição ordinária muito forte de que sabemos sim que possuímos duas mãos (quando este é o caso, é claro).

A resposta do (CS) é que a conclusão e as premissas do argumento cético não ameaçam realmente nossas atribuições ordinárias de conhecimento e, portanto, nossas intuições anti-céticas. Assumindo a correção da tese (*i*), contextualistas, grosso modo, afirmam que há algo na argumentação cética que implica na *elevação* dos requerimentos sobre o que conta como conhecimento, de tal forma que nossas atribuições ordinárias de conhecimento não satisfazem os requerimentos em jogo nesse contexto. A falsidade dessas sentenças, no entanto, é *compatível* com a verdade delas quando ditas em um contexto com requerimentos mais baixos para “conhecimento”, como os que tipicamente ocorrem em situações cotidianas. DeRose escreve: “O fato de que o cético pode invocar critérios muito altos aos quais nós não estamos à altura não tem qualquer tendência em mostrar que nós não satisfazemos os critérios mais relaxados que são colocados em conversações e debates mais ordinários”<sup>28</sup> (1995, p. 5). O ceticismo então, como rival do contextualismo, é uma tese *invariantista* sobre asser-

---

<sup>27</sup> For however improbable or even bizarre it may seem to suppose that I am a BIV, it also seems that I don’t know that I’m not one. How could I know such a thing?

<sup>28</sup> For the fact that the skeptic can invoke very high standards that we don’t live up to has no tendency to show that we don’t satisfy the more relaxed standards that are in place in more ordinary conversations and debates.



ções de conhecimento, a posição de que as condições de verdade de nossas asserções de conhecimento não variam em função de contextos conversacionais. De acordo com o (CS), ao afirmar que as nossas atribuições epistêmicas ordinárias são sempre, ou quase sempre, falsas, o cético está assumindo que os requerimentos para conhecimento são os mesmos em qualquer contexto. Por fim, a estratégia contextualista importantemente envolve a assunção de uma *teoria do erro*. Cohen (1999) resume a ideia:

De acordo com o tratamento contextualista do paradoxo cético, falantes competentes podem falhar em estar cientes destes *standards* sensíveis ao contexto, ao menos explicitamente, e então falhar em distinguir entre os *standards* que se aplicam em contextos céticos, e os *standards* que se aplicam em contextos ordinários. Isto os engana a pensar que certas asserções de conhecimento conflitam, quando elas de fato são compatíveis. O contextualismo então combina uma semântica contextualista para asserções de conhecimento com um tipo de teoria do erro – uma afirmação de que falantes competentes são sistematicamente enganados pela semântica contextualista.<sup>29</sup> (p. 77).

A eficácia da abordagem semântica do contextualismo epistêmico vem sendo questionada há algum tempo. Existem basicamente dois tipos principais de preocupações com relação a ela (Greco 2008). O primeiro deles engloba as preocupações que surgem sobre a relação entre esta abordagem semântica e os projetos tradicionais da epistemologia. Um exemplo é a insistente objeção de que o “(...) contextualismo não é uma teoria sobre conhecimento de forma alguma; é somente uma teoria sobre atribuições de conhecimento. Como tal, não é parte da epistemologia de forma alguma, mas da filosofia da linguagem”<sup>30</sup> (DeRose 1999, p. 188). Contextualistas devem esclarecer quais as implicações de sua tese semântica com relação aos interesses gerais dos epistemólogos. Isto se torna especialmente necessário quando sua principal motivação é lidar com um problema tradicional e quando há fatores

<sup>29</sup> According to the contextualist treatment of the skeptical paradox, competent speakers can fail to be aware of these context-sensitive standards, at least explicitly, and so fail to distinguish between the standards that apply in skeptical contexts, and the standards that apply in everyday contexts. This misleads them into thinking that certain knowledge ascriptions conflict, when they are in fact compatible. Contextualism thus combines a contextualist semantics for knowledge ascriptions with a kind of error theory – a claim that competent speakers are systematically misled by the contextualist semantics.

<sup>30</sup> (...) contextualism isn't a theory about knowledge at all; it's just a theory about knowledge attributions. As such, it's not a piece of epistemology at all, but of the philosophy of language.

que tornam confusa a pretensa neutralidade do (CS) quanto a uma teoria do conhecimento – apresentaremos alguns desses fatores em breve. O segundo tipo de preocupações diz respeito à própria base linguística do contextualismo. Em trabalhos recentes, John Hawthorne (2004) e Jason Stanley (2005), especialmente, têm argumentado fortemente que a análise linguística não sustenta de fato a tese contextualista sobre asserções de conhecimento. Essas objeções fornecem razões para rejeitarmos o (CS) independentemente de qual seja sua relação com projetos epistemológicos.

Neste capítulo, nosso interesse diz respeito ao primeiro grupo de preocupações, ou seja, a relação do (CS) com os projetos e pressupostos teóricos da epistemologia tradicional. Nosso interesse, especialmente, é analisar sua eficácia em solucionar o paradoxo céptico. Para isso, no que se segue vamos analisar duas possibilidades de interpretação da abordagem contextualista: (1) o objeto de análise do (CS) é distinto do objeto próprio da epistemologia tradicional, e é isso que constitui sua neutralidade epistemológica; (2) a tese semântica do (CS) diz respeito ao objeto de análise da epistemologia tradicional. Nós defenderemos que o contextualismo como (1), apenas como uma tese semântica, falha em fornecer uma resposta adequada ao paradoxo céptico e que existem fortes razões para o rejeitarmos quando entendido como (2). Por fim, nosso objetivo específico é mostrar que a rejeição do (CS) e uma compreensão adequada da natureza do paradoxo céptico fornecem uma boa motivação para uma resposta externalista ao problema.

## 2.2. O CONTEXTUALISMO E A EPISTEMOLOGIA

Apesar do modo como define sua posição, pode ser muito difícil determinar o quanto o contextualista semântico é ou não neutro com relação a assuntos propriamente epistemológicos. Isto fica mais claro quando caracterizamos em que consiste a metodologia e os pressupostos da abordagem dos epistemólogos tradicionais – entendidos de uma forma geral –, e os da abordagem semântica do contextualismo. Uma distinção entre as duas abordagens ocorre quanto às suas posturas diante do que se acredita ser o objeto próprio da epistemologia, i.e., o conhecimento *per se*. Epistemólogos tipicamente assumem que sua disciplina possui um objeto próprio de análise e que seu trabalho é essencialmente investigar e tratar desse objeto. Contextualistas semânticos, por sua vez, se esforçam para deixar claro não estarem tratando desse objeto, ao menos não diretamente. É isso que eles que têm em mente quando salientam não ser correto interpretar o contextualismo como afirmando que em cer-

tos contextos conhecemos, mas em outros não. O (CS), portanto, se distinguiria por não tratar do conhecimento *per se*.

Essa aparente distinção entre abordagens, entretanto, pouco esclarece o status epistemológico do (CS). Em primeiro lugar, autores como os próprios DeRose e Cohen, que supostamente compõem o (CS), muitas vezes geram dúvidas sobre qual exatamente é o objeto de suas análises. Apesar de explicitamente declararem não tratar do conhecimento em si, muitas passagens podem confundir o leitor. Cohen, por exemplo, escreve que “os critérios que determinam o quanto as razões de alguém precisam ser boas para que *conheça* são determinados pelo contexto de atribuição”<sup>31</sup> (1999, p. 59, grifo nosso). Uma vez que seu objeto de análise seriam asserções de conhecimento, seria mais adequado escrever sobre quão boas as razões de alguém devem ser para que ele “conheça”. A questão é que passagens desse tipo, que momentaneamente desprezam a metalinguagem, podem ser alvo de confusão justamente porque apesar da crítica primária aos contextualistas – de que suas considerações pertencem exclusivamente à filosofia da linguagem –, a relevância epistemológica de sua tese não foi satisfatoriamente esclarecida.

Outro possível motivo de confusão é fornecido por DeRose (1999). Quando escreve sobre a posição de Peter Unger (1975), DeRose a caracteriza como a principal rival do contextualismo: “Esta posição, invariantismo sobre condições de verdade (...) é a grande rival do contextualismo”<sup>32</sup> (1999, p. 192). Todavia, como o próprio DeRose esclarece, Unger (1975) defendia explicitamente que os *standards* mais frouxos que governam nossas atribuições ordinárias de conhecimento são apenas *standards* para quando é *apropriado* dizer que “S sabe que *p*”. Os *standards* para o conhecimento propriamente dito são muito altos, altos ao ponto de gerar a conclusão cética de que nossas atribuições ordinárias de conhecimento são quase sempre falsas. Entretanto, se a posição que consiste no rival imediato do (CS) é invariantista quanto aos requerimentos para conhecimento – o objeto próprio da epistemologia – e faz uma distinção clara entre este objeto e os requerimentos para asserção de conhecimento, então é difícil imaginar como o contextualista semântico, como oponente desta posição, não tenha nada a dizer sobre o objeto próprio da epistemologia. Como exatamente o contextualismo é uma tese contrária ao invariantismo? Como ele pode ser uma tese rival

---

<sup>31</sup> The standards that determine how good one’s reasons have to be in order to know are determined by the context of ascription.

<sup>32</sup> This position, invariantism about truth conditions (...) is the great rival to contextualism.

rejeitando apenas a invariância de requerimentos para “conhecimento”? O (CS), afinal, é contra a distinção de Unger? Sua tese diz algo sobre o objeto da epistemologia?

Esta questão se torna mais séria quando pensamos melhor no que está envolvido nas duas abordagens. Até então, falamos do pressuposto muito comum entre filósofos de que a epistemologia possui um objeto próprio de análise, mas não questionamos que objeto é esse. A resposta a essa pergunta se tornou padrão a partir do momento que epistemólogos se tornaram mais cientes sobre o que consiste a metodologia da *análise de conhecimento*, o empreendimento que se popularizou na imensa repercussão do célebre artigo de Edmund Gettier (1963). Filósofos empreendendo a análise do conhecimento tipicamente descrevem alguns tipos de casos e consultam suas *intuições* sobre se um determinado sujeito possui conhecimento ou está justificado na situação em questão. A ideia é que essas intuições refletem justamente nossos *conceitos de conhecimento* e de *justificação*. Esta, portanto, se tornou a resposta sobre qual o nosso objeto de estudo na epistemologia: nossos conceitos epistêmicos – vamos nos focar neste capítulo apenas no conceito de conhecimento. A partir do momento que explicitamos qual o objeto próprio da epistemologia, se torna mais fácil perceber que a relação entre a abordagem semântica do contextualismo e a *abordagem conceitual* da epistemologia, por assim dizer, pode talvez ser mais estreita do que às vezes é alegado e, consequentemente, que o peso epistemológico do (CS) é proporcionalmente maior.

Parece ser pressuposto pelo (CS) e é explicitamente defendido por Unger (1975) que asserções de conhecimento e nosso conceito de conhecimento são objetos significativamente diferentes, mas esta separação não é de forma alguma óbvia. Em primeiro lugar, exige uma semelhança importante que aproxima os dois objetos de estudo. Tanto nosso conceito de conhecimento quanto nossas asserções de conhecimento estão ligados a práticas ordinárias. O julgamento de inúmeros casos ordinários como casos de conhecimento são aplicações de nosso conceito de conhecimento e refletem propriedades importantes sobre esse conceito. Da mesma forma, contextualistas querem mostrar propriedades importantes de nossas asserções de conhecimento que seriam determinadas conversacionalmente, portanto, em situações ordinárias. Eles estão tratando de objetos distintos? Esta é uma questão difícil. Na análise de conhecimento filósofos lidam com *intuições de categorização*: “este é um caso de conhecimento”, “este não é um caso de conhecimento”, ou “sim, *S* sabe que *p*”, “*S* não sabe que *p*”. Contextualistas supostamente estão interessados apenas em intuições semânticas, querem mostrar diferenças nas condições de verdades de asserções e que elas estão ligadas a contextos específicos. No entanto, como veremos, contextualistas também utilizam a descri-

ção de casos para defender sua ideia fundamental de que uma mesma sentença pode ser verdadeira em um contexto, e falsa em outro. É difícil afirmar que as intuições “*S* sabe que *p* em *C*<sub>1</sub> é verdadeiro”, “*S* sabe que *p* é falso em *C*<sub>2</sub>”, não refletem algo sobre conceitos epistêmicos da mesma forma que uma intuição de categorização típica da análise do conhecimento. Intuir que uma determinada sentença de conhecimento é verdadeira ou falsa, afinal, não parece muito diferente de uma categorização conceitual.

Outro fator que torna confuso determinar se há separação entre estes objetos é o fato do (CS) tentar explicar a variação de condições de verdades de asserções de conhecimento em termos de variações de *standards* para “conhecimento”<sup>33</sup>. DeRose (1999) afirma à grosso modo que em certos contextos para que uma asserção seja verdadeira é necessário que alguém esteja em uma posição epistêmica muito forte com relação a *p*, e que em outros não é necessário que sua posição epistêmica seja igualmente forte. Filósofos realizando análise conceitual tipicamente propõem teorias específicas em termos de critérios necessários e suficientes. O problema é que se explicitarmos os requerimentos em jogo em um contexto, isto soará muito próximo à postulação de uma teoria do conhecimento, e contextualistas devem defender que estes requerimentos não tratam de conhecimento *per se*. Por exemplo, suponha que *standards* extremamente rigorosos estão em jogo em um contexto cético, e que eles podem ser colocados da seguinte forma: “‘*S* sabe que *p*’ é correto *sse* a evidência que *S* possui pode afastar todas as possibilidades lógicas em que não-*p*”. Esses requerimentos não dizem respeito ao nosso conceito de conhecimento? Mesmo que o contextualista responda negativamente, eles estão comprometidos com a tese de que são fatores conversacionais que determinam esses requerimentos, e epistemólogos prontamente admitem que as atribuições e negações de conhecimento que fazemos em situações ordinárias refletem propriedades de nosso conceito de conhecimento. Por acaso essa variação contextual de *standards* reflete propriedades contextuais de nosso conceito de conhecimento? Ou implicam a existência de vários conceitos do conhecimento? A resposta positiva para qualquer uma dessas questões significaria que o (CS) realmente não é teoricamente neutro com relação ao objeto próprio da epistemologia. Afinal, o (CS) trata, diretamente ou indiretamente, de nosso conceito de conhecimento?

---

<sup>33</sup> Contextualistas diferem sobre se “*standards*” são uma questão de grau de justificação, extensão de mundos possíveis nos quais a verdade é rastreada (*track*), extensão de alternativas relevantes, entre outros. Nós não precisamos entrar em detalhes sobre cada uma dessas teorias uma vez que nossa discussão diz respeito à ideia de que *standards* para “conhecimento”, de um modo geral, variam.

Nós não vamos nos esforçar para responder esta última questão. Nosso interesse, na verdade, é investigar como a sua resposta é determinante para o sucesso da abordagem semântica em solucionar o paradoxo cético. No que se segue, vamos analisar duas possíveis respostas: (1) o (CS), e seu método, não trata do conceito de conhecimento em si; (2) o (CS) defende com sua tese central que os *standards* que variam contextualmente dizem respeito exatamente ao nosso conceito de conhecimento, ou a vários conceitos de conhecimento. No tópico seguinte, vamos mostrar porque (1) torna a abordagem do (CS) inadequada para solucionar o problema.

### 2.2.1. A Natureza do Paradoxo Cético

Embora tenda a ser difícil, talvez seja possível mostrar que quando utilizam intuições a partir da descrição de casos ordinários para defender sua tese, (1) contextualistas não estão lidando com o conceito de conhecimento. Alguém pode, por exemplo, remeter ao fato que diante de uma atribuição “*S* sabe que *p*”, ainda é possível questionar algo como: “mas *S realmente* possui conhecimento de que *p*?”. Esse tipo de questão talvez só possa ser respondido com um tipo específico de análise, a qual distinguiria as intuições que guiam essas atribuições e as intuições que dizem respeito a conceitos epistêmicos. Diante dessas questões, teríamos que analisar coisas como a quantidade de evidência que *S* possui, se sua evidência é adequada, a situação objetiva de *S* no mundo, etc. Assim, alguém pode tentar construir uma distinção entre as condições de verdade de uma mera atribuição de conhecimento – algo determinado conversacionalmente – e as condições para que *S* realmente tenha conhecimento de que *p* – algo que independe de fatores contextuais de um atribuidor e que de fato envolve análise conceitual. Contextualistas semânticos, afinal de contas, não pretendem afirmar que em certos contextos conversacionais conhecemos, e em outros não. O problema, entretanto, é que críticos do (CS) estão predispostos a aceitar (1) justamente por julgarem que essa distinção o torna epistemologicamente irrelevante. Nós acreditamos, particularmente, que se o (CS) opta por tentar defender (1), ele falha em fornecer uma resposta adequada ao problema que lhe serve como maior motivação filosófica.

Alguns autores já atacaram a abordagem semântica porque acreditam que ela não faz justiça aos problemas levantados pelos céticos (Bach 2005; Feldman 1999, 2001; Kornblith 2000; Sosa 2000). Críticas desse tipo, no entanto, falham caso caracterizem a abordagem contextualista como uma tentativa geral de fornecer respostas a argumentos céticos. Isto é

precipitado. Contextualistas não estão interessados em tratar da racionalidade de nossas crenças de que não somos um cérebro em uma cuba, defender a qualidade de nossas evidências a favor da existência do mundo externo, etc. “Nós devemos estar esclarecidos sobre a natureza do projeto. O que nós estamos confrontando é um paradoxo (...) O que nós procuramos é uma saída do paradoxo, uma resolução de nossas inclinações inconsistentes”<sup>34</sup> (Cohen 1999, p. 69). Então, por que (1) falha em solucionar o paradoxo? Nosso ponto é que se o contextualista puder mesmo defender que sua análise não diz respeito ao nosso conceito de conhecimento, mas a alguma coisa diferente, sua tentativa de resposta se afasta ilegítimamente da natureza do problema.

Se da forma como é apresentada pelos seus defensores não está claro se a análise semântica de asserções de conhecimento diz algo sobre nossos conceitos epistêmicos, está muito claro que o cético diz. O contextualista acusa o cético de elevar os requerimentos para “conhecimento” de uma forma que torna nossas atribuições ordinárias falsas, e pretende explicar a atração de uma conclusão cética como “eu não sei se possuo duas mãos”, assim como salvar nossas atribuições ordinárias, através da engenhosidade do cético em elevar esses requerimentos. Essa caracterização, todavia, deve ser rejeitada. O cético está afirmando sim que nossas atribuições ordinárias de conhecimento são em sua grande maioria falsas, mas ele não está meramente dizendo que nós não podemos satisfazer requerimentos muito altos. Como Richard Feldman (1999) coloca, “(...) os argumentos céticos mais desafiadores não afirmam simplesmente que nós falhamos em satisfazer alguns critérios extremamente altos para conhecimento. Antes, eles afirmam que nós falhamos em satisfazer *critérios ordinários*”<sup>35</sup> (p. 107, grifo nosso).

O que torna os argumentos céticos tão robustos é exatamente a ideia que nossas práticas ordinárias de atribuição não satisfazem nossos próprios *requerimentos ordinários*. Nós acreditamos possuir conhecimento sobre inúmeras proposições. Entretanto, quando possibilidades céticas são levantadas e nos convencemos de que seríamos incapazes de perceber a falsidade de nossas crenças caso estivéssemos nessas situações, nós nos sentimos impelidos a duvidar que realmente possuímos conhecimento dessas proposições ordinárias. Isso acontece porque o cético chama a atenção para possibilidades de engano que não consideramos antes, ou que ignoramos a maior parte do tempo, e ficamos com a sensação de que apenas

---

<sup>34</sup> We have to be clear about the nature of the project. What we are confronting is paradox (...) What we seek is a way out of paradox, a resolution of our inconsistent inclinations.

<sup>35</sup> (...) the most challenging skeptical arguments don't simply claim that we fail to meet some extraordinarily high standards for knowledge. Rather, they claim that we fail to meet ordinary standards.

nos *iludimos* quando fazemos atribuições ordinárias. Nós concordamos, ao menos temporariamente, de que não temos o que é necessário para conhecer a maior parte do tempo. Em outras palavras, isso significa que parecemos não satisfazer os critérios de nosso próprio conceito de conhecimento. É isso que verdadeiramente torna considerações céticas, assim como o conflito de intuições presentes no paradoxo, tão atrativas. Há algo no nosso aparato conceitual que gera a intuição de que não sabemos se somos um cérebro em uma cuba, e que se não sabemos isso talvez também não saibamos inúmeras proposições sobre o mundo externo, ao mesmo tempo em que temos a forte impressão de conhecer inúmeras coisas.

Dentro da própria literatura contextualista, este ponto é bem ilustrado pelo modo como Lewis (1996) introduz a motivação de sua teoria. Por um lado, “falar de conhecimento falível, de conhecimento apesar de possibilidades de erro não eliminadas, simplesmente soa contraditório”<sup>36</sup> (p. 549). Por outro lado, quando fazemos epistemologia e pensamos em possibilidades céticas, nós percebemos que “nós nunca temos conhecimento infalível”<sup>37</sup> (p. 549). É por isso que o desafio do *puzzle* cético consiste em “(...) traçar um curso entre a rocha do falibilismo e o redemoinho do ceticismo”<sup>38</sup> (p. 566). Nós simplesmente precisamos arranjar um modo de solucionar nossas tendências intuitivas inconsistentes. Não é a toa que Stephen Schiffer (1996) defende explicitamente que a origem do paradoxo cético se deve a um aspecto problemático de nosso *conceito* de conhecimento: “O problema é que nosso conceito de conhecimento possui uma profunda incoerência”<sup>39</sup> (p. 330). O paradoxo cético, portanto, (*I*) surge exatamente devido a algo que faz parte de nosso conceito de conhecimento. Se o (CS) negar que sua abordagem diz algo sobre esse conceito, claramente ela falha em propor uma resposta com a força normativa adequada. A adequação de qualquer resposta ao paradoxo, sua explicação e/ou um consolo às suas aparentes consequências céticas, depende de algo que remeta à sua natureza conceitual.

### 2.2.2. Contextualismo de Standards e o Conceito de Conhecimento

Para o (CS) resta, assim, a opção de assumir a tese mais substantiva de que (2) sua análise realmente diz respeito ao nosso conceito de conhecimento. De fato, a estratégia con-

<sup>36</sup> To speak of fallible knowledge, of knowledge despite uneliminated possibilities of error, just sounds contradictory.

<sup>37</sup> We never have infallible knowledge.

<sup>38</sup> (...) to thread a course between the rock of fallibilism and the whirlpool of skepticism.

<sup>39</sup> The trouble is that our concept of knowledge has a deep-seated incoherence.



textualista *prima facie* soa muito mais razoável quando interpretada desta forma. Se sua estratégia é defender que argumentos céticos não afetam a verdade de nossas atribuições ordinárias de conhecimento porque estamos afirmando coisas diferentes em contextos ordinários e contextos céticos, *e.g.*, “*S* sabe que *p* (relativo aos requerimentos de  $C_1$ )”, “Não, *S* não sabe que *p* (relativo aos requerimentos de  $C_2$ )”, o contextualista estará defendendo algo muito estranho se afirmar que essas condições de verdade não dizem respeito a requerimentos relativos a nosso conceito de conhecimento. É uma interpretação muito mais natural a de que essa mudança de assunto ocorre porque sujeitos estão expressando conceitos diferentes, ou um mesmo conceito que sofre alterações contextuais<sup>40</sup>, que exigem requerimentos diferentes para que uma situação seja categorizada como uma instância desse conceito. Isso torna o (CS) mais próximo das abordagens contextualistas de alternativas relevantes que não fazem distinção entre conhecimento e “conhecimento” (Stine 1976, Cohen 1988, Heller 1999). Ao optar por (2), portanto, o (CS) está comprometido ou com a tese de que os requerimentos para satisfazer o conceito de conhecimento variam contextualmente, ou com a tese de que esses requerimentos variam porque expressamos diferentes conceitos em contextos diferentes. Nós vamos defender agora, entretanto, que é bastante duvidoso se as implicações da tese contextualista são mesmo suportadas por nossas intuições epistêmicas.

O primeiro grande problema em assumir (2) é que isto implica em uma versão da conhecida crítica de que a teoria do erro defendida pelo contextualista é implausível. Stephen Schiffer (1996), por exemplo, argumenta que o modelo indexical do contextualismo adotado por muitos, para ser correto teria que adotar uma teoria extrema do erro. Falantes competentes geralmente estão bem cientes do que ocorre em uma conversação. Quando utilizamos expressões indexicais como “está chovendo” ou uma expressão com um adjetivo gradativo como “ele é alto”, estamos cientes que essas sentenças expressam coisas como “está chovendo (em Santa Catarina)” e “ele (Lucas) é alto (para os padrões dos brasileiros)”, ou podemos facilmente explicitar este conteúdo ao longo de uma conversação. Se alterarmos os requerimentos em jogo, e passarmos a avaliar “Lucas é alto” segundo os padrões de jogadores da NBA, por exemplo, nós também não temos dificuldades em perceber a diferença entre o que dizemos antes e o que estamos dizendo agora. Isso não ocorre no caso de asserções de conhecimento. Particularmente, isso claramente não ocorre em argumentos que ilustram o

---

<sup>40</sup> É possível, por exemplo, que alterações na saliência de algum aspecto da situação descrita gerem intuições diferentes sobre a mesma situação em contextos diferentes, onde diferentes aspectos são salientados (ver Barsalou 1985; Rosch 1978).

paradoxo cético. A conclusão do cético de que nossas atribuições ordinárias são falsas parece *contradizer* nossas atribuições ordinárias. Assim, nós teríamos que possuir uma séria incompetência semântica quanto à “conhecer”, uma falha necessária para explicar por que, em primeiro lugar, existe um paradoxo.

O problema, neste caso, é que agora estamos falando do nosso conceito de conhecimento. Quando concordamos que não sabemos se somos um cérebro em uma cuba e que por isso não sabemos se realmente possuímos duas mãos, nossa intuição é muito clara: “é, eu não sabia realmente se possuo duas mãos”. Da mesma forma, se estando em um zoológico sou informado que funcionários de zoológicos no país estão pintando mulas para que pareçam com zebras e digo “eu não sei se esse animal é mesmo uma zebra”, esta asserção parece fortemente contradizer atribuições anteriores que “eu sei que esse animal é uma zebra”. A teoria do erro contextualista, portanto, agora (II) implica que nós na verdade dizemos coisas muito diferentes quando estamos pensando sobre os requerimentos para conhecimento propriamente dito, ao mesmo tempo em que nossa tendência intuitiva é a de que nós apenas iludidamente fizemos tais atribuições em situações ordinárias. Em argumentos céticos, nós não meramente nos enganamos com nossas palavras, nós ignoramos seriamente que o que entendíamos ordinariamente por conhecimento é bastante diferente do que agora entendemos por conhecimento. Essa teoria do erro é muito controversa.

Nós precisamos mesmo assumir que o que entendemos como conhecimento varia contextualmente? O contextualismo não tem outra opção caso seja entendido como (2). Uma forma de tentar defender esta tese é através da descrição de casos. Um dos exemplos mais utilizados a favor da intuição contextualista é o caso dos bancos descrito por DeRose (1992):

Caso A. Suponha que um casal esteja dirigindo para a sua casa em uma tarde de sexta-feira. Eles planejam parar no banco para depositar seus salários. Mas quando eles cheguem ao banco percebem que as filas estão muito longas, como geralmente acontece nas tarde de sexta. Embora normalmente depositem seus salários o mais rápido possível, desta vez não é especialmente importante que eles o façam, então o marido sugere irem direto para casa, e depositarem seus pagamentos apenas no sábado pela manhã. A esposa então coloca: “Talvez o banco não abra amanhã. Vários bancos fecham nos sábados”. E o marido responde: “Não, eu sei que ele abrirá. Há duas semanas atrás, eu estive justamente no banco no sábado. Ele ficou aberto até ao meio dia”.

Caso B. Suponha de novo que este casal esteja dirigindo para casa em uma sexta à tarde com a intenção de passa no banco, e percebem as longas filas dentro dele. Novamente, o marido sugere para fazerem o depósito de seus pagamentos apenas no sábado pela manhã explicando que esteve no banco em um sábado pela manhã há poucas semanas. Neste caso, porém, eles passaram um cheque muito importante e muito alto. Se seus pagamentos não forem depositados antes da manhã de segunda-feira, o cheque não irá descontar e eles irão se deparar com uma situação muito problemática. E, é claro, os bancos não abrem aos domingos. A esposa lembra seu marido de todos estes fatos, e coloca: “Bancos mudam seus horários. Você sabe se o banco abrirá amanhã?”. Continuando tão confiante quanto antes que o banco estará aberto amanhã, no entanto, o marido responde: “Bem, não. É melhor eu ir logo fazer o depósito”.

Suponha também que em ambos os casos o banco estará aberto no sábado. DeRose defende que nossas intuições neste caso são as de que o marido está dizendo algo verdadeiro quando afirma no primeiro caso “eu sei que o banco abrirá amanhã”, e que ele está dizendo algo falso quando afirma no segundo caso “eu não sei se o banco abrirá amanhã”, apesar de sua evidência a favor da crença em questão ser exatamente a mesma em ambos. Desta forma, as duas asserções não estariam em conflito. Esse caso ilustra uma alteração de requerimentos para conhecimento? É duvidoso. Não está claro se as intuições a que apela DeRose refletem realmente intuições epistêmicas. Mesmo que exista uma adequação em pronunciar essas asserções, não há razões para concluir que essa adequação reflete alterações nos requerimentos para conhecimento. É muito fácil duvidar que o sujeito em questão possa saber que o banco abrirá no sábado em qualquer um dos casos. Afinal, o mero fato de ter ido ao banco no sábado há duas semanas atrás é evidência suficiente para alguém saber que ele estará aberto neste sábado? Muitos podem, por exemplo, não ter intuições claras sobre o caso até que aspectos sobre o funcionamento dos bancos nessa região sejam satisfatoriamente descritos<sup>41</sup>.

Além disso, (III) não é difícil construir uma interpretação invariantista desses casos. DeRose aponta três possíveis fatores contextuais que poderiam alterar os requerimentos em

---

<sup>41</sup> Em outras palavras, nós duvidamos da interpretação de que a nossa intuição do segundo caso é a de que o sujeito diz algo *verdadeiro* quando afirma “eu sei que o banco abrirá amanhã”. Uma forma de construir essa objeção é através da conhecida distinção entre condições de verdade e condições para assertabilidade justificada. Uma vez que nosso foco são intuições epistêmicas propriamente ditas, no entanto, nós não vamos tentar defender diretamente tal distinção. Para isso, ver Stroud (1984).

jogo nos casos (1992, p. 914-915). Primeiro, a *importância de estar certo*. Na segunda situação obviamente é extremamente importante que o sujeito saiba se o banco estará ou não aberto no sábado, do contrário, os *custos* envolvidos em uma crença errada podem ser muito altos. Já na primeira, não é nem um pouco importante que o sujeito esteja realmente certo. Segundo, a *menção de uma possibilidade*. No primeiro caso, uma vez que a possibilidade de que os bancos mudam seus horários não foi mencionada, não é necessário que o sujeito afaste essa possibilidade, e o fato de ter ido ao banco no sábado duas semanas atrás é evidência suficiente para satisfazer os critérios de conhecimento. No segundo, ainda é necessário afastar essa possibilidade. Terceiro, a *consideração de uma possibilidade*. Uma vez que o sujeito não pode deixar de ignorar a possibilidade que foi levantada, então ele não satisfaz os requerimentos mais rigorosos do segundo contexto. Estes fatores, no entanto, estão longe de fornecer um caso convincente para a tese de variação de *standards* para o conceito de conhecimento – ou existência de vários conceitos.

Na primeira situação, não precisamos interpretar que o fato de uma possibilidade não ser mencionada – portanto, não considerada – e não haver custos elevados relacionados à crença em questão, significam requerimentos baixos para o que conta como conhecimento. Podemos dizer em lugar disto, e essa parece uma interpretação razoável, que justamente porque não há nada de importante na crença “o banco vai abrir amanhã”, sua auto-atribuição de conhecimento não diz realmente respeito ao conceito de conhecimento. Houvesse razão para o sujeito avaliar de uma forma minimamente séria se ele sabe mesmo se o banco abrirá amanhã, talvez duvidasse da suficiência de sua evidência. Um contextualista talvez objete que essa réplica também não é convincente. Afinal, como podemos garantir que a intuição não diz respeito aos nossos conceitos epistêmicos? O ponto, no entanto, é justamente que não há nada que favoreça a interpretação contextualista em detrimento da nossa. Ao contrário, a literatura epistemológica tende a concordar que a análise do conhecimento envolve julgamentos de categorização mais cuidadosos.

Também não precisamos concordar que esses fatores contextuais estejam elevando os requerimentos para conhecimento na segunda situação. Podemos, ao contrário, intuir que sempre foi necessário afastar a possibilidade em jogo. Afinal, se a situação evidencial no primeiro caso pode gerar dúvidas sobre o estado de conhecimento do sujeito, é bem menos controverso que checar no próprio banco se ele abrirá um dia depois fornece evidência suficiente para saber se ele abrirá ou não. Podemos, particularmente, também negar que os custos envolvidos aumentam o que é preciso para conhecer a proposição. Nesta situação, eles

apenas fizeram com que o sujeito pensasse seriamente sobre se conhecia a proposição. De fato, é muito duvidoso que o sujeito tenha permanecido “tão confiante quanto eu estava antes”<sup>42</sup> (1992 p. 913) após considerar a possibilidade dos bancos mudarem seus horários. Se ele continuou acreditando com a mesma convicção que o banco abriria no sábado, por que ele checaria a informação? Mesmo que os custos fossem ainda mais altos – digamos que o dinheiro fosse para pagar o sequestro de um ente querido, e o não pagamento implicaria que a vítima fosse machucada –, isso não significaria um aumento nos requerimentos para conhecimento. Eles poderiam talvez fazer com que o sujeito, por exemplo, exigisse falar com o próprio gerente do banco e mesmo assim ainda considerasse a possibilidade de estar sendo enganado por ele. O fato de fatores psicológicos levarem um sujeito a demandar muita evidência, no entanto, não significa que ele já não tenha alcançado evidência suficiente para possuir conhecimento<sup>43</sup>. Talvez, é claro, o sujeito não venha a realmente possuir conhecimento porque tantas preocupações o impedem de alcançar um estado doxástico adequado<sup>44</sup>.

Até aqui nós procuramos mostrar que a questão sobre qual a posição do contextualismo com relação ao objeto próprio da epistemologia, por conseguinte, a questão sobre sua neutralidade epistemológica, o coloca em uma situação complicada. Por um lado, se o entendermos como (1) apenas uma posição semântica, cujo objeto de análise não diz respeito a nossos conceitos epistêmicos, então é difícil imaginar como o (*CS*) pode fornecer uma resposta ao paradoxo cético, uma vez que esse (*I*) claramente surge de um aspecto de nosso conceito de conhecimento. Por outro lado, se (2) a análise contextualista diz mesmo respeito aos nossos conceitos epistêmicos, é duvidoso se sua tese de variação de requerimentos pode ser sustentada. Primeiro, (*II*) sua tese implica na teoria do erro comprometedora de que nós ignoramos seriamente que o que nós entendemos por conhecimento varia contextualmente. Em segundo lugar, (*III*) podemos fazer interpretações invariantistas sobre um dos casos mais influentes a favor da tese de variação de *standards*. A estratégia contextualista para responder o paradoxo cético, portanto, ou comprometedoramente ignora (*I*), ou leva a (*II*) e (*III*). Iremos defender agora uma alternativa de resposta ao paradoxo que faz jus à natureza con-

<sup>42</sup> (...) as confident as I was before.

<sup>43</sup> Kent Bach (2005) desenvolve uma teoria nessa linha, a qual chama de “*invariantismo moderado*”. Sua posição é diferente do que DeRose (1999) chama de invariantismo cético porque manteria, ao contrário, que os requerimentos para conhecimento geralmente são baixos. No entanto, o índice de *confiança* exigido para que os sujeitos atribuam conhecimento para si mesmos e para outros pode variar de acordo com o que está em jogo com relação às crenças.

<sup>44</sup> Para uma teoria que defende que conhecimento, propriamente dito, depende de fatores relacionados aos interesses práticos do sujeito epistêmico, ver Stanley (2005).

ceitual do paradoxo e não está comprometida com a tese problemática de variação de requerimentos para conhecimento.

### 2.3. UMA RESPOSTA EXTERNALISTA

É perfeitamente possível compreender a intuição contextualista com relação ao paradoxo cético. Nós fazemos inúmeras atribuições de conhecimento cotidianamente, e estamos muito confortáveis com isso. De repente, em salas de aula, ou em conversação com um amigo muito eloquente, pensamos sobre cérebros em cubas, estados alucinatorios, estados oníricos, a possibilidade de estarmos constantemente enganados, e nossas crenças não mais parecem assim tão certas. Nós deixamos de atribuir conhecimento a nós mesmos, ao menos momentaneamente. Certamente algo aconteceu. Particularmente, alguma coisa aconteceu durante uma conversação. Mas o que? O que nós entendíamos como conhecimento mudou? Nós não precisamos assumir isto. Embora ao longo da história da análise do conhecimento temos sido constantemente nutridos de exemplos sobre o quão difícil é definir consensualmente nossos conceitos epistêmicos, isto não significa que nós ignoremos no que consiste basicamente nosso conceito de conhecimento, ou o que estamos expressando quando fazemos tais atribuições.

Adotar a tese contextualista implica na suposição que nós nos confundimos sobre quais são as nossas intenções, propósitos, suposições, etc., quando fazemos atribuições de conhecimentos ordinariamente e em contextos céticos. Mas nós não nos confundimos. Uma explicação muito mais simples para o que ocorre nessas conversações, e que dispensa as complicações de (II), é o que podemos chamar de, seguindo Ram Neta (2003), *contextualismo de evidência*. Basicamente, em contextos ordinários nós estamos *assumindo* que nossas crenças sobre o mundo são corretas. Nestas situações, todas nossas experiências sensíveis e nossas crenças acumuladas *contam* como evidência. É uma convenção compartilhada por todos os falantes em situações cotidianas, ou quase todos. Em contextos céticos, quando sinceramente nos empenhamos em nos colocar em situações céticas, nossas experiências sensíveis não contam mais como conhecimento, e nós temos a sensação de que estávamos apenas nos iludindo na maior parte de tempo. Isso explica a angústia que um argumento cético pode gerar<sup>45</sup>. Isto também, ao contrário do (CS), não requer qualquer teoria do erro

---

<sup>45</sup> Jonathan Schaffer (2004) afirma especificamente que o modelo indexical dos contextualistas não pode explicar por que argumentos céticos parecem tão aterrorizantes “porque erros com indexicais não ocorrem.” (p. 93).

para explicar a origem do paradoxo. Nós encontramos uma situação em que achamos razões para duvidar da veracidade de nossas crenças empíricas, mas nós também não jogamos nossas convicções, acumuladas por anos de experiência – pelos menos, essa é a impressão –, pela janela.

Embora pressuposições sobre nossas experiências variem nos dois contextos, o que queremos dizer com “conhecer” não. Quando fazemos a atribuição “eu sei que tenho duas mãos” ordinariamente, e declaramos “eu não sei se tenho duas mãos” em um contexto cético, nós expressamos exatamente a mesma relação entre um sujeito e uma proposição, algo que pode ser grosseiramente traduzido como “é o caso que  $p$ , e  $S$  ‘captura cognitivamente’ este fato”. Nós podemos, portanto, assumir que a razão por que as duas sentenças parecem tão contraditórias é porque elas realmente são. Também é por isso que tendemos a concordar, a favor de  $(P_1)$ , que não podemos saber se somos ou não um cérebro em uma cuba. Este não parece ser o tipo de proposição que pode ser conhecida. Da mesma forma, é por isso que tendemos a concordar com  $(P_2)$  e a conclusão que se segue de um argumento cético – se não eu tenho como saber que não é caso de  $H$ , como eu posso saber, por exemplo, que realmente é o caso que eu tenho duas mãos? Agora, alguém pode objetar que essa explicação do paradoxo nos leva obrigatoriamente a assumir o ceticismo. Esse é o caso? Não.

O que nós queremos defender não envolve assumir o que os contextualistas chamam de invariantismo cético. Nós não defendemos que os requerimentos para conhecimento são sempre muito altos, e que por isso nossas atribuições de conhecimento ordinárias são geralmente falsas. Como argumentamos em 2.2.1.,  $(I)$  o paradoxo se origina de algo vindo de nossos conceitos epistêmicos, e uma resposta adequada a ele não pode ignorar sua natureza. Especificamente, a estrutura do argumento cético nos coloca em uma armadilha. A plausibilidade individual de cada uma de suas premissas gera a interpretação de que para possuímos conhecimento de qualquer proposição empírica, nós precisamos antes saber se não estamos em um mundo descrito pelos céticos. Assumir o invariantismo cético significa exatamente defender que esses são os requerimentos para conhecimento. Neste caso, nossas atribuições seriam mesmo falsas de acordo com nossos próprios critérios. Mas esta conclusão pode ser evitada com uma resposta conceitual ao paradoxo.

Apesar de permitir o paradoxo, nosso conceito de conhecimento também autoriza categorizações de conhecimento mesmo em situações onde não temos como afastar possibi-

---

Aqui, ao contrário, não é nem um pouco discordável que a maioria de nós assume que é correto pensar que o mundo é realmente tal como nós supomos.

lidades céticas. Tendo em mente que o que queremos dizer com conhecer significa algo como capturar cognitivamente um fato do mundo, não é difícil perceber a possibilidade de possuímos conhecimento sobre proposições empíricas. Um estado de conhecimento pode ser basicamente entendido como uma relação adequada entre o sujeito e o mundo externo. Isso é o que os *externalistas* têm dito há algum tempo sobre a posse de conhecimento. Para que alguém saiba, por exemplo, onde guardou as chaves de sua casa, é preciso apenas que ele seja bem sucedido em lembrar onde as guardou. Isto é suficiente para que ele tenha a relação com  $p$  (“minhas chaves estão na escrivaninha”) que expressamos quando lhe atribuímos conhecimento<sup>46</sup>. Para saber onde suas chaves *estão*, no entanto, pode ser mais complicado. Pode ser que alguém que more com ele as pegou sem avisar, ou que uma gralha que gosta de objetos brilhantes entrou voando pela janela e as levou embora. Enfim, o fato de ele lembrar perfeitamente onde as guardou pode não parecer suficiente para que ele conheça o fato de onde estão suas chaves agora. O ponto é que as categorizações intuitivas desses casos não dependem da eliminação de hipóteses céticas típicas. Nossa intuição do caso de que uma boa memória é suficiente para que sujeito saiba que  $p$ , particularmente, implicitamente envolve a pressuposição que o mundo é como imaginamos – não existem demônios malignos, nem estamos em um cérebro em uma cuba, etc. O mesmo ponto pode ser dito com relação a proposições empíricas no geral. Para que nós estejamos em uma relação adequada com o mundo, uma relação que permite estarmos certos sobre inúmeras proposições empíricas, é necessário apenas que estejamos certos sobre o modo como mundo é<sup>47</sup>. Uma passagem de Dretske (2004) resume bem essa ideia:

Se há, desconhecido a nós, um demônio cartesiano em serviço no universo, nos iludindo de uma maneira fortuita, imprevisível, nós não conhecemos muito, se é que qualquer coisa, sobre o mundo. Mesmo quando nós estamos certos (o demônio não nos engana a todo momento), nós não sa-

---

<sup>46</sup> Alvin Goldman (1979, 1986) argumentou convincentemente que a *confiabilidade* de um processo afeta nossas intuições sobre o status epistêmico de uma crença que resulta dele. Se, por exemplo, a memória desse sujeito constantemente o engana, isto poderia afetar nossas intuições sobre o caso. Mas podemos aqui ignorar estas complicações.

<sup>47</sup> Isto não é o mesmo que simplesmente dizer que alguém possuir conhecimento empírico é uma questão de sorte. De fato, é necessário que seja o caso do mundo ser como supomos. Mas não é uma questão de sorte que nós possuamos conhecimento sobre proposições particulares. Para isto, é necessária uma série de coisas, como utilizar processos cognitivos confiáveis, adquirir evidência adequada, possuir ou não justificção, etc. Se o mundo ser mesmo como assumimos é uma questão de sorte epistêmica, muitos estão dispostos a assumir *este* tipo de sorte para a posse de conhecimento, mas cada proposição específica requer uma série de propriedades epistêmicas particulares para ser conhecida.



bemos. O ceticismo é verdadeiro. O externalismo nos diz que se o ceticismo é verdadeiro ou não, se nós conhecemos ou não, depende não de sabermos se há tal demônio, mas dele não existir. Isto é algo que talvez nós não possamos saber de forma alguma.<sup>48</sup> (p. 174)

Na maior parte do tempo, portanto, quando não temos razões para duvidar da validade de nossas evidências empíricas, nosso conhecimento depende apenas que certos fatores externos favoráveis realmente ocorram. Nosso conceito de conhecimento está de acordo com isso. Muitos podem achar que essa solução não é realmente satisfatória. Ela pode ser interpretada, por exemplo, como uma versão do *falibilismo*, uma posição que no geral poucos consideram realmente satisfatória. No entanto, talvez não seja mesmo possível satisfazer todos os nossos almejos epistêmicos. Nós não temos como garantir que o mundo é exatamente como supomos. Uma resposta externalista, todavia, pode ser consoladora o bastante ao nos conciliar novamente com a possibilidade de conhecimento. Além disto, dada a natureza conceitual do paradoxo cético, e a falha do (CS) em resolvê-lo, nós esperamos ter reforçado a motivação para aceitar uma resposta externalista.

---

<sup>48</sup> If there is, unknown to us, a Cartesian demon at work in the universe, deceiving us in random, unpredictable ways, we do not know much, if anything, about the world. Even when we are right (the demon doesn't fool us all the time), we don't know. Skepticism is true. Externalism tells us that whether or not skepticism is true, whether or not we know, depends not on our knowing there is no such demon, but on there not being one. That is something we may not know at all.

### 3. POLLOCK, O EXTERNALISMO, E A NATURALIZAÇÃO DA JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA

A literatura epistemológica disponibiliza uma variedade de abordagens distintas para o desenvolvimento de uma teoria de justificação epistêmica. Teorias já foram propostas em termos de “posse de evidência”, “boas razões”, “deveres epistêmicos”, “bases reflexivamente acessíveis”, “processos cognitivos confiáveis”, etc. Diante desta variedade de interpretações, uma motivação de ordem superior tem sido determinante para muitos filósofos decidirem que tipo de abordagem deve ser favorecido. Especificamente, filósofos com tendências *naturalistas* favorecem teorias que possam ser naturalisticamente aceitáveis. Em “What is justified true belief?” (1979), Alvin Goldman influentemente estabeleceu um critério fundamental que deve ser respeitado por qualquer teoria de justificação para que ela possa ser realmente *substantiva*, i.e., teoricamente sistemática e esclarecedora: (CS) uma teoria só pode especificar quando uma crença é ou não justificada através de termos não-epistêmicos, i.e., termos não-avaliativos. Uma vez que “justificação”, por si mesmo, é um termo avaliativo, uma definição de justificação que utilize outras noções avaliativas será pouco elucidativa. Para que uma teoria seja substantiva ela deve ser formulada em termos de propriedades e objetos que sejam *cientificamente aceitáveis*, e.g., estados de coisas, estados mentais, atitudes psicológicas, “ser verdadeiro”, “causar”, “ser necessário que”, “implicar”, etc. Satisfazer este critério foi uma prioridade no desenvolvimento da teoria de justificação de Goldman (1979, 1986), i.e., o *confiabilismo de processo*.

A grande repercussão do projeto de Goldman e de suas críticas a outras posições não apenas associou o naturalismo ao confiabilismo, mas também, de um modo mais geral, o naturalismo a teorias externalistas de justificação. Obviamente, entretanto, o naturalismo não implica o *externalismo epistêmico*. Certamente algumas teorias internalistas, como abordagens *deontológicas* de justificação, realmente não podem gerar teorias naturalistas na medida em que sua proposta é essencialmente tentar definir justificação em termos normativos, e.g., em termos de “obrigações epistêmicas”, viz., através de outros termos avaliativos. Outras variações do internalismo, entretanto, podem ser consideradas naturalisticamente mais promissoras dependendo da maneira como definam os fatores de justificação. O *mentalismo* (Conee & Feldman 2001), por exemplo, defende basicamente que justificação é função apenas de *estados mentais* do sujeito cognitivo, e pode gerar uma teoria substantiva caso consiga definir justificação exclusivamente em termos de “estados mentais”, “atitudes psico-

lógicas”, e outras relações e propriedades não-epistêmicas como “causar”, “ser dedutível”, “ser provável” (em um sentido de frequência ou propensidade) – até então, o mentalismo não foi defendido desta forma. De qualquer maneira, o confiabilismo de processo parece ser a teoria naturalista de justificação mais discutida na literatura.

Outro favor responsável pela repercussão do confiabilismo é a relação que estabelece entre justificação e crença verdadeira. Consensualmente a justificação epistêmica tem sido tratada em estreita relação com o conceito de conhecimento. Por essa razão, uma teoria que define justificação de um modo que a relaciona diretamente com a produção de crenças verdadeiras a torna especialmente atrativa para filósofos interessados em tópicos epistemológicos tradicionais. John Pollock (1986; Pollock & Cruz 2004), entretanto, traz problemas para estes dois grandes atrativos do confiabilismo de processo. Pollock não só argumenta que os aspectos atrativos do externalismo são ilusórios (Pollock & Cruz 2004), como sugere que o projeto naturalista do confiabilismo é problemático e propõe uma teoria de justificação alternativa internalista e perfeitamente naturalista (Pollock 1986). Neste capítulo nós vamos lidar com a crítica de Pollock ao externalismo de um modo geral, e analisar, em particular, o quanto ela é efetiva contra o confiabilismo de processo.

Nós vamos proceder da seguinte forma. Na seção 3.1., nós vamos apresentar em linhas gerais em que consiste a teoria naturalista que Pollock (1986) defende e sua suposta refutação ao externalismo de justificação. Na seção 3.2., nós vamos analisar se a crítica de Pollock (1986) realmente é eficaz contra o externalismo epistêmico. Vamos discutir, particularmente, se ela atinge o confiabilismo de processo da maneira em que é defendido por Goldman (1979, 1986). No tópico 3.2.1., nós defendemos que a crítica de Pollock (1986) não atinge realmente o confiabilismo de processo e analisamos os argumentos que Pollock e Joseph Cruz (Pollock & Cruz 2004) apresentam posteriormente. Nós então argumentamos que parte do ataque de Pollock & Cruz (2004) ineficazmente se sustenta em uma discordância fundamental com relação ao confiabilismo de processo sobre qual deve ser o objeto de análise de uma teoria de naturalização da justificação epistêmica, e apresentamos uma analogia que explicita a diferença de proposta dos dois projetos. No tópico 3.2.2., nós analisamos que razões podem ser realmente utilizadas na tentativa de rejeição do projeto confiabilista e adoção do projeto naturalista de Pollock, e defendemos que a principal delas é o conhecido *problema da generalidade (PG)*. Na seção 3.3., por fim, nós argumentamos que o (PG) não configura nenhuma vantagem ao projeto de Pollock sobre o confiabilismo.

### 3.1. A TEORIA PROCEDIMENTAL DE NORMAS EPISTÊMICAS

Em *Contemporary theories of knowledge* (1986), John Pollock apresenta uma refutação não só do confiabilismo, mas ao externalismo como um todo. Assumindo uma concepção normativa de justificação epistêmica – “eu vou pensar em justificação epistêmica como dizendo respeito a questões da forma: quando é permissivo (de um ponto de vista epistemológico) acreditar em *P*?”<sup>49</sup> – Pollock defende o que ele chama de “a concepção de justificação como *guia* ou *regulação para ação* (*reason-guiding*)”. Mais especificamente, sua crítica ao externalismo se baseia essencialmente na tese de que (i) nosso raciocínio e formação de crenças são guiados “de uma *forma direta*” por normas epistêmicas.

Pollock defende uma tese psicológica realista sobre normas epistêmicas através de um modelo *procedimental* (*procedural*) de normas. Pare ilustrar sua ideia, ele sugere que façamos uma analogia com o caso de alguém que está aprendendo a andar de bicicleta. Comumente, quando alguém anda ou tentar andar de bicicleta pela primeira vez, dizemos a esta pessoa regras como “gire o guidão à direita para dobrar a direita” e “gire o guidão suavemente quando estiver em velocidade”. Quando alguém aprende de fato como andar de bicicleta, ela ainda anda de bicicleta de acordo com as normas que aprendeu, no exato momento em que está utilizando sua habilidade, no entanto, não precisa mais pensar explicitamente pensar sobre elas. Similarmente, a tese de Pollock é que normas podem governar nosso raciocínio e processos formadores de crença sem que tenhamos de pensar sobre elas.

Uma rústica descrição psicológica do funcionamento procedimental de normas é a seguinte: aprender a fazer *X* é gerar um “plano” para fazer *X*, e uma vez que isto ocorre nosso comportamento é canalizado para este plano de maneira *automática*, como o que ocorre com hábitos condicionados, por exemplo. Normas, propriamente ditas, são inseridas neste modelo em um papel descritivo, isto é, como parte do vocabulário que utilizamos na descrição dos “planos” que internalizamos e automatizamos para procedimentos como dirigir carros e jogar golfe. Tomando emprestada a distinção entre *competência* e *desempenho* da linguística, normas descrevem um tipo de *know-how*, o que nós *devemos* fazer para realizar o que pretendemos. Por exemplo, pensemos novamente na analogia da bicicleta: *S* possui a competência de andar de bicicleta, as normas relativas a esta competência guiam suas ações para ser bem sucedido, e sua performance depende do quão bem *S* se guiou por suas normas.

---

<sup>49</sup> I will think of epistemic justification as being concerned with questions of the form, “When is it permissible (from an epistemological point of view) to believe *P*?”.

O mesmo se aplicaria às normas epistêmicas: “minha proposta é que normas epistêmicas sejam entendidas em termos de conhecimento procedimental envolvendo regras internalizadas para o raciocínio”<sup>50</sup> (Pollock 1986, p. 132).

A principal inspiração para a teoria procedimental são modelos de *sistemas de produção* em inteligência artificial. A ideia basicamente é a de que normas epistêmicas são como o banco de dados de regras que regulam a produção de informação e autorizam as inferências, deduções, induções, etc., do sistema artificial. A pretensão, é claro, não é apenas construir uma analogia, mas propor algo que é plenamente aceitável do ponto de vista naturalista, i.e., que isto é exatamente o que ocorre no nosso sistema cognitivo. Mais especificamente, a sugestão é que o “homem é um tipo processador biológico de informação. Uma luz considerável pode ser lançada na epistemologia humana pela reflexão sobre o funcionamento de máquinas cognitivas no geral” (1986, p. 149)<sup>51</sup>. Modelos computacionais são relevantes de um ponto de vista naturalista porque podem refletir muito do que realmente ocorre em nossos sistemas cognitivos, e Pollock, de fato, dedicou boa parte de sua carreira ao desenvolvimento e discussão de modelos formais que elucidem nosso funcionamento cognitivo (Pollock 1990, 1995, 1997, 2002, 2007; Pollock & Oved 2006). Mas qual a relação deste projeto naturalista com o desenvolvimento de uma teoria de justificação?

Para mim, a objeção mais séria (...) a todas as teorias epistemológicas existentes é de que elas são radicalmente incompletas. Embora elas possam dar descrições corretas de algumas de nossas normas epistêmicas, elas não fornecem nenhuma abordagem sistemática da justificação epistêmica. Elas não nos dizem em que justificação epistêmica consiste e não explicam por que nós possuímos as normas que nos temos. Esta objeção pode ser agora respondida. Justificação epistêmica consiste em manter crenças *em conformidade* [em um sentido regulativo] com normas epistêmicas corretas.<sup>52</sup> (Pollock 1986, p. 168, grifo nosso).

---

<sup>50</sup> My proposal is that epistemic norms are to be understood in terms of procedural knowledge involving internalized rules for reasoning.

<sup>51</sup> Man is a kind of a biological information processor. Considerable light can be thrown on human epistemology by reflecting on the workings of cognitive machines in general.

<sup>52</sup> To my mind the most serious objection (...) to all existing epistemological theories is that they are radically incomplete. Although they might give correct descriptions of some of our epistemic norms, they provide no systematic account of epistemic justification. They do not tell us what epistemic justification is all about and they do not explain why we have the epistemic norms we have. This objection can now be met. Epistemic justification consists of holding beliefs in conformance to correct epistemic norms.

A ideia fundamental de Pollock é ontologicamente muito simples. Normas de algo são normas de como fazer algo, e isto é tudo. Nós raciocinamos porque sabemos como raciocinar. Nós temos as normas que temos simplesmente porque estas são as normas que *regem* nossa cognição. A teoria regulativa de justificação, desta forma, aparentemente satisfaz o critério necessário para que uma teoria seja substantiva, i.e., (CS) especifica todas as condições para que uma crença seja justificada. Se admitirmos o naturalismo ontológico e a concepção cientificamente consensual de máquina cognitiva, “é uma verdade necessária que nossas normas epistêmicas atuais são corretas”<sup>53</sup> (Pollock 1986, p. 168). A consequência disto é um critério geral que resume a teoria de justificação epistêmica de Pollock:

**Teoria procedimental de normas (TPN):** A crença de *S* em *p* é epistemicamente justificada *sse*. *S* é mantida ou gerada em conformidade com suas normas epistêmicas regulativas.

### 3.1.1. A Refutação do Externalismo

Pollock caracteriza o *externalismo* como a posição de que a justificação de uma crença é, ao menos em parte, uma função de considerações externas. Dada sua concepção normativa de justificação ele então distingue duas formas possíveis de externalismo: O *externalismo de crença* (*belief externalism*) defende que as normas epistêmicas devem ser formuladas em termos externalistas. Um externalista deste tipo poderia defender, por exemplo, a norma “uma crença é epistemicamente permitida se e somente se o que é acreditado é suficientemente provável”, ou a norma confiabilista “é permissível manter uma crença somente se ela é gerada por um processo cognitivo confiável”. O *externalismo de norma* (*norm externalism*) por sua vez admite que normas epistêmicas devam ser internas, mas ainda defende a necessidade de considerações externas na escolha de normas corretas. A teoria procedimental é uma teoria internalista porque defende que a justificação epistêmica é exclusivamente uma função dos estados internos do sujeito, neste caso, da conformidade de uma crença com as normas epistêmicas de seu sistema cognitivo. Segundo Pollock, a adoção de uma teoria regulativa implica na refutação de qualquer forma de externalismo sobre justificação. A principal razão para isto é o fato de que para normas regularem o raciocínio da

---

<sup>53</sup> (...) it's a necessary true that our actual epistemic norms are correct.

maneira que ele sugere, deve haver de *acessibilidade direta* entre as normas e os conteúdos que estas processam.

Eu proponho definir estados internos como estes que são diretamente acessíveis aos mecanismos em nosso sistema nervoso central que direcionam nosso raciocínio. O sentido em que eles são diretamente acessíveis é o de que o *acesso a eles não requerem que nos primeiro tenhamos crenças sobre eles*.<sup>54</sup> (1986, p. 134, grifo nosso).

Contra o externalismo de crença, o argumento de Pollock simplesmente é o de que normas deste tipo não podem ser internalizadas ou acessadas diretamente e que, portanto, não podem guiar nosso raciocínio. Nós não temos acesso direto a uma norma externalista como “quando *a bicicleta* estiver inclinada para a direita, incline o corpo para esquerda”, mas apenas a normas do tipo “quando tiver a *sensação* que está inclinando para a esquerda...”, pois nós não temos acesso direto a qualquer fato externo. O sistema automático de processamento regido por nossas normas epistêmicas deve acessar informações sem primeiro termos que fazer *julgamentos* sobre esta informação. “Nós precisamos ter acesso não-epistêmico”<sup>55</sup> (Pollock 1986, p. 133). A utilização de normas confiabilistas ou probabilísticas demandaria a posse e o uso de outras crenças prévias – a respeito da confiabilidade de algum processo ou a probabilidade de algum fato – e isto anula a possibilidade que as normas que guiam nosso raciocínio sejam externalistas de alguma forma. Alguém poderia aqui objetar que apesar de julgamentos não serem realizáveis imediatamente, os resultados de julgamentos sobre confiabilidade podem ser processados pelas normas epistêmicas e, portanto, a norma confiabilista seria ainda automática. No entanto, esta objeção falha. De qualquer maneira, o tipo de norma que é defendida por confiabilistas jamais poderia ser o tipo de regra regulativa descrito por Pollock. O que o confiabilista propõe como critério não é que o processo cognitivo que é utilizado para gerar uma crença seja julgado confiável por seu próprio sistema, mas que ele seja *realmente* confiável, e esta condição por definição não é um estado interno.

---

<sup>54</sup> I propose to define internal states as those that are directly accessible to the mechanisms in our central nervous system that direct our reasoning. The sense in which they are directly accessible is that access to them does not require us first to have beliefs about them.

<sup>55</sup> We must have non-epistemic access.

Ao contrário do externalismo de crenças, o externalismo de normas admite que normas sejam internas na maneira descrita por Pollock, isto é, reguladoras de nosso raciocínio e não-externalistas. Esta posição, no entanto, se opõe ao internalismo ao defender que normas epistêmicas devam ser avaliadas externamente. Por exemplo, “pode ser alegado que um conjunto de normas internalistas é melhor do que o outro se o primeiro é mais confiável em produzir crenças verdadeiras”<sup>56</sup> (1986, p. 138). Pollock admite uma boa motivação para o externalismo de normas. De fato, normas regulativas geralmente não são imunes à apreciação. Normas regulativas para a ação, por exemplo, normalmente nos dizem como fazer algo através de outros atos. Assim, andar de bicicleta é uma ação não-básica que requer a realização de outras ações mais básicas como movimentos de braços, de pernas, etc., que podem ser bastante diferentes. Uma avaliação externalista de ações não-básicas como esta pode servir para mostrar qual a maneira mais eficiente de realizar uma ação, o que significa que algumas normas reguladoras de são melhores do outras.

Embora à primeira vista pareça plausível, o externalismo regulativo de norma também é rejeitado. Segundo Pollock, esta posição é mantida apenas por uma concepção errônea fundamental, uma concepção que justamente visa ser corrigida pela tese central de sua teoria procedimental. A ideia, basicamente, é que considerações ou descobertas sobre confiabilidade podem sim alterar aspectos de nosso raciocínio, como o acréscimo ou eliminação de certos tipos de inferência, porém, isto não significa nenhuma mudança em nossas normas epistêmicas. Normas epistêmicas internalistas que governam nosso raciocínio “já acomodam criticismo baseado em confiabilidade”<sup>57</sup> (1986, p. 140). Para entendermos mais claramente o que Pollock quer dizer com isto, além da concepção naturalista em que ele está se baseando, é útil apresentar o que ele chama de *Projeto Oscar*. Pollock propõe que nos coloquemos na posição de um engenheiro que pretende construir uma máquina inteligente chamada *Oscar*. Oscar deve interagir com seu ambiente, aprender da experiência e sobreviver em um ambiente razoavelmente complexo e hostil. A questão é “o que nós deveríamos colocar em Oscar para fazê-lo funcionar?”<sup>58</sup>.

A descrição de Pollock sobre o aprimoramento desta máquina cognitiva pode ser resumida da seguinte forma. Em primeiro lugar, como parte de seu aparato orgânico básico, Oscar possuiria (1) sensores perceptuais projetados para detectar aspectos do mundo externo

---

<sup>56</sup> It may be alleged that one set of internalist norms is better than another if the first is more reliable in producing true beliefs.

<sup>57</sup> (...) already accommodate criticism based on reliability.

<sup>58</sup> What would we have to put in Oscar to make it work?.



– sensores de dor, visuais, olfativos, táteis, auditivos, etc. – que forneceriam como *outputs* estados internos operáveis pelo sistema, (2) uma estrutura conativa para prover metas e motivações como “sempre evitar a dor” e “buscar alimento”, (3) uma espécie de linguagem do pensamento, um sistema de representações mentais que permitisse a formação de pensamentos, proposições, crenças e a individuação de objetos, (4) algumas *normas epistêmicas* que determinam ou geram a disposição que dado certos *inputs* sensíveis Oscar forme certas crenças, e (5) algumas regras práticas que determinam que dado certas crenças, Oscar se comporte de algumas maneiras específicas. Obviamente, os pensamentos e crenças formados por esse sistema devem estar em uma relação *adequada* ao ambiente, ou seja, este sistema deve funcionar de maneira que seus sensores perceptuais e regras epistêmicas produzam crenças que *causem* Oscar a ter um comportamento favorável à sua sobrevivência.

Este aparato básico é o que o permite reagir ao ambiente e ter a mínima capacidade de permanecer vivo nele. No entanto, em um ambiente complexo as chances de uma máquina como esta seriam fatalmente baixas. A razão para isso é o fato de que pequenas alterações no ambiente poderiam ser suficientes para que o comportamento a que está programado se tornassem desfavoráveis para o mantimento de sua vida. Por exemplo, uma máquina programada somente a se afastar um pouco quando seus sensores dor fossem ativados estaria com problemas se subitamente uma grande quantidade dos organismos que causam seus sensores de dor disparar migrassem para o seu nicho. Apenas se afastar de um dos organismos não seria suficiente para que ele não fosse morto. Para aprimorar nossa máquina, poderíamos instalar sensores de segunda ordem que permitem que Oscar *sinta* quando está em dor, e adicionar novas normas epistêmicas que o torne hábil a fazer generalizações sobre que tipos de situações causam este tipo de situação e aprender como evitá-las. As novas regras epistêmicas e sensores de segunda ordem devem funcionar de tal forma que permitam que Oscar possua uma forma de *self-awareness*. Oscar não deve apenas agir automaticamente ao sentir a ativação de seus sensores perceptuais ou a detecção de uma situação que possa ativar os sensores de dor, mas ser capaz, com o acúmulo de informações, de atentar para o funcionamento de seus próprios sensores, aprimorar a percepção dos fatores de seu ambiente e adequar seu comportamento. É importante que Oscar tome as aparências perceptuais como provendo “somente razões em *prima facie* para conclusões sobre seu mundo físico”<sup>59</sup> (1986, p. 152). Ele deve, por exemplo, ser capaz de inibir a ativação de certos comportamentos nas circunstâncias em que já descobriu que sensores de primeira-ordem são às vezes não-

<sup>59</sup> (...) only *prima facie* reasons for conclusions about their physical world.

confiáveis. É este tipo de capacidade de adaptação que realmente torna Oscar bem sucedido e digno de ser chamado de uma *máquina inteligente*.

Assim, o que Pollock entende por normas epistêmicas são as regras que governam a aquisição e as operações de crenças do sistema de máquinas como Oscar. É claro, a ideia é que *nós* somos máquinas como Oscar e que nós possuímos regras que governam nossa aquisição e uso cognitivo de crenças, *ipso facto* existem normas epistêmicas como foram definidas. Isto torna mais claro a razão de Pollock rejeitar o externalismo de norma. Se constatar-mos via acréscimo de informação que uma crença *p* resulta de um processo confiável, *e.g.*, um novo processo de clarividência (BonJour 1980), isso implica, segundo Pollock, em uma nova permissão para o sistema, mas não em uma nova norma epistêmica. Contudo, alguém poderia imediatamente questionar que, em certo sentido, uma nova permissão claramente corresponde a uma nova regra, *e.g.*, “permitir crenças resultantes de clarividência”. Esta objeção falha, no entanto. Vimos que Oscar deve possuir um sistema cognitivo que o permita julgar a confiabilidade de seus sensores, processos, e adequar o seu processamento de forma a, por exemplo, inibir a formação de crenças em situações onde aprendeu que seus sensores e processos não são confiáveis. Nesses casos, assim como em um caso de julgamento sobre a confiabilidade de uma inesperada capacidade de clarividência, o que está ocorrendo é a regulação de nosso raciocínio por exatamente as *mesmas* normas epistêmicas. Com a aquisição de novas informações e crenças, o sistema pode sim aprimorar seu funcionamento para que seu comportamento e aquisições de crença se tornem mais confiáveis, mas o sistema cognitivo (entendido como as normas epistêmicas do sistema) que realiza isto é exatamente o mesmo antes e depois destas aquisições. Não foi adicionada uma nova norma epistêmica como “permitir crenças resultantes de clarividência”. Uma explicação mais verossímil é que foram adquiridas crenças que anulam as razões que antes inibiam a crença nas proposições que *parecem* resultantes de clarividências para este sistema.

### 3.2. CONFIABILISMO DE PROCESSO E COGNIÇÃO RACIONAL

A teoria procedimental é naturalisticamente robusta. Há muito sentido em entender normas epistêmicas como as regras que *já* determinam a maneira com que raciocinamos. Ela responde à questão “*o que é* justificção epistêmica?” de um modo bastante direto e que estabelece laços muitos firmes entre a psicologia e a epistemologia. As regras responsáveis pelo status epistêmico de nossas crenças não são algo estranho às regras que são de fato usa-

das em um processo natural, biológico, fisiológico. Neste caso, o trabalho do epistemólogo é analisar as normas que constituem um fenômeno natural – algo a que Pollock dedicou grande parte de sua pesquisa. “Normas devem ser elucidadas a partir do que fazemos realmente e não a partir de algum critério misterioso, separado de nosso comportamento atual, que nos diz o que nós *deveríamos* fazer”<sup>60</sup> (Pollock 1986, p. 170). Com isso, prova que uma abordagem naturalista não é algo exclusivo a teorias externalistas. Algo que ainda não está claro, no entanto, é se este projeto naturalista realmente implica na refutação de qualquer forma de teoria naturalista externalista de justificação. Nesta seção, nós vamos analisar se a refutação de Pollock (1986) realmente atinge uma forma particular de externalismo, i.e., o *confiabilismo de processo*. Para isso, nós também vamos discutir os argumentos que Pollock e Joseph Cruz apresentam em “The chimerical appeal of epistemic externalism” (2004).

### 3.2.1. O Rationale do Confiabilismo de Processo

É duvidoso se a refutação do externalismo da maneira em que é apresentada em *Contemporary Theories of Knowledge* (1986) funcione. Particularmente, ela não parece atingir uma forma específica de externalismo, i.e., o *confiabilismo de processo* na maneira em que é proposto por Goldman (1979, 1986). Para tentar satisfazer os critérios substantivos que ele mesmo propõe em “What is justified true belief?”, Goldman (1986) primeiramente adota o que chama de “estrutura de regras” (*rules framework*) – uma estrutura neutra que permite diferentes concepções de justificação serem formuladas. Assim, um conjunto de *regras-J*, como as chama, deve especificar as maneiras em que uma crença pode ser formada, mantida ou atualizada para que ela possua justificação epistêmica. Embora isto possa soar como uma teoria procedimental, o tipo de regra que compõe o conjunto de regras-J de Goldman não é realmente regulativo, e isto é significativo contra a crítica de Pollock acima.

Goldman certamente assume a existência de normas regulativas da maneira que são entendidas por Pollock (1986). No entanto, em sua abordagem o que determina o status epistêmico de uma crença é uma avaliação que não pretende realmente ter força de regulação: “De fato, quando se trata de processos psicológicos fixados ou automáticos, não há sentido em oferecer princípios de orientação. No entanto, tais processos podem ser objeto de avalia-

---

<sup>60</sup> Norms are to be elicited from what we actually do and not from some mysterious criterion, separated from our actual behavior, that tells us what we should do.

ção epistêmica”<sup>61</sup> (1986, p. 26). Em suas próprias palavras, a teoria que propõe é de uma “variedade *não-regulativa*”<sup>62</sup> (1986 p. 26, grifo nosso). O que a torna não-regulativa é o fato de que nela o status epistêmico de uma crença depende da *satisfação* de certas regras epistêmicas (o conjunto regras-J), em lugar da *instanciação* de normas regulativas – o critério da teoria procedimental é exatamente o de que a crença em questão seja gerada ou mantida pelas normas regulativas do respectivo sistema. Uma vez que a avaliação que esta teoria faz sobre nossos processos cognitivos é de um tipo não-regulativo, não há conflito real com a teoria de Pollock (1986), que afirma a impossibilidade uma teoria de natureza *regulativa* ser externalista. E se este é o caso, a sua rejeição ao externalismo falha.

Em “The chimerical appeal of epistemic externalism” (2004), todavia, Pollock & Cruz apresentam novos argumentos para a rejeição do externalismo e a adoção da teoria procedimental de normas que podem afetar uma versão não-regulativa do confiabilismo. O argumento central, desta vez, é uma crítica à relação entre justificação e crença verdadeira construída pelo confiabilismo de uma forma geral. Basicamente, Pollock & Cruz (2004) acusam os externalistas de repetidamente estarem cometendo um mesmo erro, i.e., o de perigosamente estarem “fundindo *crenças racionais* com crenças verdadeiras”<sup>63</sup> (p. 135, grifo nosso). É confuso afirmar, no entanto, em que exatamente se baseia esta acusação. Em boa parte de seu ataque, nós sugerimos, (I) Pollock & Cruz (2004) parecem simplesmente discordar fundamentalmente sobre qual *objeto* de análise é adequado para uma análise da justificação epistêmica. Para ilustramos isto, considere novamente a abordagem confiabilista de Goldman. Como foi colocado acima, uma estrutura de regras-J é neutra quanto a que tipo de concepção de justificação deve ser formulada. Mas diferentes teorias podem ter concepções diferentes sobre que tipos de processos e relações permitem que uma crença seja justificada e, portanto, apresentar conjuntos de regras-J incompatíveis entre si. Uma questão que obviamente surge é: como decidir entre conjuntos de regras-J diversas?

Para responder a isto, Goldman (1986) defende uma abordagem *consequencialista* para determinar o critério *correto* para o conjunto de regras-J, e avalia uma série de possíveis abordagens consequencialistas. Dentre possíveis consequências valoráveis, ele lista consequências “*veritativas*” (*verific*) e uma série de consequências *não-veritativas*, como consequências *explicatórias* e *coerentistas*. Goldman então argumenta que grupos de regras

<sup>61</sup> Indeed, when it comes to fixed or automatic psychological processes, it is pointless to offer principles of guidance. Nonetheless, such processes can be the subject of epistemic appraisal.

<sup>62</sup> (...) my evaluative approach will be of the nonregulative variety.

<sup>63</sup> (...) conflating rational beliefs with true beliefs.

que favorecem consequências não-veritativas falham em classificar como justificadas um corpo de crença que *intuitivamente* não consideramos justificadas. Teorias de regras com consequências explanatórias e coerentistas, por exemplo, podem ser satisfeitas por sistemas de crenças geradas por paranóia, mecanismos neuróticos ou pura fantasia. “[S]e essas construções fantasiosas forem consistentemente falsas, eu me sentiria muito pouco inclinado a dizer que este tipo de processo confere justificação. Certamente ele não produz o tipo de justificação que nos aproxima de ‘conhecimento’”<sup>64</sup> (1986, p. 101). A conclusão, portanto, é que o critério correto para a teoria de justificação é um critério ligado à verdade (*truth-linked*). Mais especificamente, um critério confiabilista de mera *maximização* de crenças verdadeiras não parece adequado, pois há algo de anti-intuitivo nas consequências um conjunto de regras-J que não imponha nenhuma restrição sobre o número de crenças falsas – um conjunto de crenças com crenças verdadeiras, mas também com um grande número de crenças falsas não parece ser uma consequência que valorizamos. Podemos, assim, resumir o seguinte critério:

**Critério confiabilista geral:** um conjunto ou sistema de regras-J é adequado *sse.* permite processos cognitivos cuja instanciação resulta em um conjunto de crenças com uma relação de crenças verdadeiras (em relação a falsas) intuitivamente alta o bastante.<sup>65</sup>

Pollock & Cruz (2004) criticam a ideia de utilizar a *verdade* como um *standard* para avaliar epistemicamente a produção de crenças: “Nós pensamos que Goldman está fundamentalmente confuso neste ponto (...) não ser verdadeira não é de nenhuma forma uma crítica à uma crença que é justificada de outra maneira”<sup>66</sup> (p. 133). Grosso modo, tomar a verdade como o valor crítico de crenças seria enganoso porque tanto um conjunto de crenças quanto o *token* de uma crença podem ser justificados mesmo que falsos:

O tipo de julgamentos que nós faríamos sobre nossa realização intelectual se nós insistirmos que crenças justificadas devem ser crenças verdadeiras em sua

<sup>64</sup> (...) if these fanciful constructions were consistently false, I would feel little inclination to say that this sort of process confers justifiedness. Certainly it would not yield the kind of justifiedness that brings us close to ‘knowledge’.

<sup>65</sup> Nós não estamos reproduzindo literalmente o critério que Goldman (1986, p. 106) formula, mas um critério confiabilista que pode ser defendido inspirado em seu trabalho.

<sup>66</sup> We think that Goldman is fundamentally confused on this point.

maioria seria completamente bizarro. Nós acabaríamos insistindo que a maioria do que foi acreditado sobre o mundo natural nos últimos 6000 anos foi não somente falso, mas também irracional (...) Isto parece completamente errado.<sup>67</sup> (Pollock & Cruz 2004, p. 133)

Este argumento, entretanto, é muito pouco convincente uma vez que, primeiro, um confiabilista de processo obviamente não iguala crença justificada à crença verdadeira e, segundo, pode-se facilmente discordar que o critério confiabilista implica algo como a ideia de que “o que foi acreditado nos últimos 6000 anos” não foi justificado. Uma vez que o critério geral do confiabilismo de processo se aplica a *indivíduos* epistêmicos, isto realmente não consiste em um contraexemplo (Goldman 1979, 1986). O que devemos observar, entretanto, é que Pollock & Cruz parecem sugerir que o confiabilismo escolhe o *objeto* de análise inadequado ao adotar um *standard* de avaliação diretamente ligado à verdade. No trecho acima, assim como em muitos momentos, Pollock & Cruz (2004) atacam os externalistas de estarem defendendo um critério errado para a avaliação de crenças *racionais*: “Goldman está afirmando que *crenças racionais* têm alguma coisa em comum e que esta coisa em comum, confiabilidade, é constitutiva de crenças justificadas”<sup>68</sup> (Pollock & Cruz 2004, p. 130, grifo nosso). Em outro ponto, eles atribuem a origem da contínua atração do externalismo de justificação à “perspectiva específica sobre a convicção de que a verdade é o *standard* avaliativo único ou primário no qual a *racionalidade* é julgada”<sup>69</sup> (p. 125, grifo nosso).

Existe muito sentido em afirmar que justificação não precisa estar conectada à crença verdadeira da maneira defendida, por exemplo, por confiabilistas se constatamos que a racionalidade não está. Para fornecermos uma explicação informativa sobre por que a nossa cognição funciona do jeito que funciona, nós precisamos obrigatoriamente olhar para as pressões da engenharia evolutiva que definiram nossa arquitetura cognitiva, e aqui a verdade possui um papel bem mais coadjuvante. Em primeiro lugar, as regras que *realmente* regem a formação de crenças em nosso sistema cognitivo têm como objetivo *proximal* o que é exigido pelas próprias normas epistêmicas do sistema, i.e., o processamento de certos estados e

---

<sup>67</sup> The kind of judgments we would make of intellectual achievement if we insisted that justified beliefs must be mostly true beliefs would be completely bizarre. We would end up insisting that most of what was believed about the natural world for the last 6000 years was not only false but also irrational (...) That seems completely wrong.

<sup>68</sup> Goldman is claiming that *rational beliefs* have something in common and that that common thing, reliability, is constitutive of justified belief.

<sup>69</sup> (...) specific perspective on the conviction that truth is the sole or primary evaluative standard against which *rationality* is judged.

informações internos de tal e tal maneira, e isto anula a possibilidade da verdade fazer parte da formulação destas normas – isto consiste justamente na refutação do confiabilismo de crença. Em lugar disto, nossas normas epistêmicas em grande escala parecem ter sido projetadas para gerar “raciocínio anulável” (*defeasible reasoning*), ou seja, normas que intrinsecamente autorizam à possibilidade de produção ou conservação de falsidades. Este é um ponto constantemente reforçado por Pollock ao longo de sua obra:

Um agente sofisticado deve ser capaz de descobrir generalizações sobre seu ambiente raciocinando indutivamente, mas raciocínio indutivo é anulável – nova evidência pode derrubar generalizações anteriores. Porque percepção permite somente que um agente monitore pequenas partes de seu ambiente por vez, a fim de construir um modelo de mundo coerente, o agente deve combinar conclusões desenvolvidas com base em diferentes experiências perceptuais ocorrendo em tempos diferentes. Mas isto requer a suposição anulável de que o mundo não muda tão rapidamente, tal que o que foi percebido a pouco tempo ainda é verdadeiro”<sup>70</sup> (2001, p. 2).

Outro ponto é o de que da perspectiva de uma teoria da racionalidade, cognição epistêmica e cognição *prática* “são avaliados em pacote”<sup>71</sup> (p. 140). O critério confiabilista não faz sentido porque o objetivo último da racionalidade não é a produção de um grande número de crenças verdadeiras, “mas o sucesso prático através da operação de normas epistêmicas”<sup>72</sup> (p. 140)<sup>73</sup>. Uma vez que a definição de crença racional obrigatoriamente apela para as normas que nós *de fato* utilizamos na formação de crenças, não é possível avaliar a racionalidade de crenças externalisticamente. De fato, é possível, em princípio, gerar um grande conjunto de crenças falsas onde todas elas sejam racionais. É necessário apenas que elas tenham sido geradas por nossas normas epistêmicas, i.e., que o sistema cognitivo tenha feito tudo que estava epistemicamente ao seu alcance – não estamos aqui obrigatoriamente ima-

<sup>70</sup> A sophisticated agent should be able to discover generalizations about its environment by reasoning inductively, but inductive reasoning is defeasible – new evidence may overturn earlier generalizations. Because perception only enables an agent to monitor small parts of its environment at any one time, in order to build a coherent world model the agent must combine conclusions drawn on the basis of different perceptual experiences occurring at different times. But that requires a defeasible assumption that the world does not change too rapidly, so that what was perceived a moment ago is still true.

<sup>71</sup> (...) are evaluated as a package.

<sup>72</sup> (...) but practical success through the operation of epistemic norms.

<sup>73</sup> Nós duvidamos que seja possível tentar reduzir a avaliação da cognição epistêmica em termos de cognição prática sem recair em um critério confiabilista. Nós não vamos, entretanto, construir uma argumentação aqui porque isto se afasta de nosso tema central. Para um argumento deste tipo, ver (Kornblith 2002, Capítulo 5).

ginando um cenário com um demônio maligno, mas, por exemplo, um caso de extrema má sorte epistêmica. Assim, mesmo uma teoria confiabilista não-regulativa falha ao estabelecer um *standard* confiabilista maximal, pois esta avaliação não faz sentido de um ponto de vista naturalista.

Embora este argumento seja válido, há, entretanto, um problema sério e bastante óbvio para a insistência de Pollock em atacar o *standard* avaliativo do confiabilismo a partir de uma teoria naturalista da racionalidade: este não é o objeto de análise tratado pelo confiabilismo de processo. Pollock claramente entende justificação epistêmica como idêntica ao conceito de *cognição racional*, mas obviamente nada do que os aspectos factuais de uma teoria da racionalidade impliquem podem afetar uma teoria cujo projeto é naturalizar um conceito diferente. Sua crítica realmente não faz jus ao *rationale* do confiabilismo de processo e é algo a que Goldman (1986), por exemplo, pode responder imediatamente ao afirmar que racionalidade “é uma desiderato epistêmico amplamente citado, um que é possível para os seres humanos mesmo que ambos, conhecimento e justificação, não sejam. Pode ser possível ter crenças racionais mesmo que o conhecimento seja inexequível”<sup>74</sup> (Goldman 1986, p. 40). Podemos explicitar as diferenças entre o conceito de cognição racional capturado pela teoria procedimental de normas e o conceito de justificação epistêmica que um confiabilista de processo pretende capturar através de uma analogia com relação ao projeto Oscar.

Imagine que realmente tenhamos sido bem sucedidos em construir Oscar, uma máquina pensante idêntica a nós. Ele possui exatamente as mesmas regras que regem nosso raciocínio, tanto prático quanto epistêmico, e sensores externos tão apurados quanto os nossos. A pergunta primária para um projeto naturalista de justificação epistêmica é: Qual é a base factual em Oscar de onde sobrevêm a justificação de suas crenças? O confiabilista de processo e Pollock respondem diferentemente a esta questão. Para Pollock, como já ficou claro, a justificação epistêmica equivale à conformidade das crenças de Oscar com as regras epistêmicas que regem seu raciocínio. Uma consequência é a de que se Oscar for introduzido ao mundo – o nosso mundo, como supomos que ele é – qualquer que seja a crença adquirida por Oscar seguindo suas normas epistêmicas serão justificadas, mesmo uma crença falsa que viria a ser anulada com o acúmulo de informação. Isto não corresponde à noção de

---

<sup>74</sup> (...) is a widely cited epistemic desideratum, one that may be feasible for human beings even if both knowledge and justifiedness are not. It may be possible to have rational beliefs even if knowledge is unattainable.



justificação que o confiabilismo de processo quer capturar. O conceito de justificação visado pelo confiabilista possui uma relação explícita com o conceito de conhecimento. O confiabilista está interessado na base factual que permite Oscar adquirir crenças verdadeiras sobre o mundo externo, i.e., formar conhecimento – entendido neste sentido vago –, para poder determinar o que precisa ser verdade sobre as bases substantivas de uma crença para que ela seja justificada.

Uma diferença fundamental entre as concepções de justificação de Pollock e do confiabilismo de processo diz respeito à importância dada à *gênese empírica* que pode estar envolvida na aquisição de crenças. Se estamos tratando de cognição racional, qualquer crença permitida pelo conjunto de normas epistêmicas é justificada. Quando estamos lidando com o que gera conhecimento em Oscar, entretanto, experiência empírica possui um papel muito importante, e muitas crenças autorizadas pelo sistema cognitivo não são justificadas. Alguns processos cognitivos que realizamos são essencialmente não-inferenciais. Por exemplo, se Oscar é idêntico a nós, ele possui, uma capacidade inata e muito confiável de reidentificar um objeto *a* como sendo o objeto *a*, o que permite que Oscar indutivamente acumule informação sobre *a*. Assim, Oscar possui um mecanismo de identificação que o permite estar *certo* sobre muitas proposições envolvendo a identificação de objetos. O mesmo vale para outras capacidades perceptuais. Todavia, é impossível que Oscar adquira conhecimento sobre inúmeros outros fatos se foi inserido há pouco tempo no mundo, por mais bem projetado que ele – assim como nós – seja. Muitos fatos só são conhecidos se, por exemplo, tivermos experiências o suficiente para fazermos generalizações corretas. Nossas inferências são regidas por nossas normas epistêmicas, mas um processo inferencial *token* só pode gerar conhecimento do mundo externo se as generalizações e informações que está utilizando são verdadeiras. Até mesmo processos não-inferenciais podem requerer previamente informações empíricas para gerar conhecimento adequadamente. Processos de reidentificação, por exemplo, às vezes requerem certo número de encontro com os objetos. É por isto que, por ilustração, os processos de identificação de um ornitólogo experiente são bem mais confiáveis do que os de um amador. Em outras palavras, a capacidade de aquisição de conhecimento de um indivíduo é enormemente influenciada pela experiência que este indivíduo adquire.

A resposta do confiabilista sobre quais são as bases factuais da justificação, portanto, é em termos de *processos geradores de conhecimento*. Para determinar as condições para que uma crença seja justificada uma teoria deste tipo deve identificar que *tipos* de processos

tipicamente geram conhecimento, i.e., são confiáveis, e experiência e aprendizado possuem um papel essencial neste ponto<sup>75</sup>. Nada do que vimos até agora no ataque de Pollock (1986; Pollock & Cruz 2004) ao externalismo fornece argumentos consistentes contra este projeto. Com vamos ver, entretanto, ele também possui razões para criticar este projeto em si. No tópico seguinte nós vamos analisar que razões Pollock pode realmente utilizar contra o confiabilismo de processo.

### 3.2.2. *Afinal, qual o problema com o confiabilismo de processo?*

Pollock não está meramente confuso sobre em que consiste realmente o projeto naturalista do confiabilismo de processo. Na verdade, ele parece apenas possuir um forte pessimismo sobre a realização deste projeto, e se ocupa ao longo de toda sua análise em já introduzir sua proposta de adotarmos o projeto de naturalização do conceito de *cognição racional*. De fato, existem duas razões aparentes para o pessimismo de Pollock & Cruz (2004). Em primeiro lugar, eles afirmam que uma motivação em utilizar o *standard* confiabilista baseada em um conceito de conhecimento é errôneo. Epistemólogos têm se ocupado há um longo tempo com a *análise do conhecimento* e a utilidade de relacionar isto ao desenvolvimento de uma teoria da justificação é questionável. Por exemplo, se alguém está interessado em solucionar o problema de Gettier (1963) para o conhecimento, pode fundir este interesse a uma análise da justificação, e não está claro qual é a relação exata entre a justificação e a natureza dos contraexemplos de Gettier. Solucionar este problema via uma teoria da justificação requer forjar uma conexão muito forte entre a verdade e os fatores de justificação.

Esta ideia, todavia, não é convincente. É perfeitamente possível para o confiabilismo de processo – e outras formas de externalismo – separar uma teoria de justificação dos problemas relacionados à análise do conhecimento. É útil enfatizar que uma instância de um processo confiável não implica em um caso de conhecimento. Uma crença gerada por um processo deste tipo pode tanto ser falsa, como verdadeira sem constituir um caso de conhecimento, pois a análise do conhecimento pode revelar a existência de outros critérios de sa-

---

<sup>75</sup> Nós estamos aqui propositadamente ignorando as complicações sobre em que devem se basear as medidas para a confiabilidade de processos, i.e., que extensão de situações ou mundos possíveis um processo deve predominantemente crenças verdadeiras para ser qualificado como confiável. Uma posição específica sobre este ponto é dispensável para o tema deste capítulo. De qualquer forma, entretanto, podemos assumir nesta discussão a mesma posição que Alston (1995), i.e., que a confiabilidade é medida em termos de produção de crenças verdadeiras no *mundo atual* – ao menos o que assumimos ser nosso mundo atual. Grosso modo, um processo é confiável se gera crenças verdadeiras diante de um grande número de situações que *tipicamente* encontramos, no ambiente em que vivemos.

tisfação para conhecimento. Podemos, por exemplo, defender que o estado de conhecimento requer a existência de certos estados externos favoráveis, mas demandar estas especificações apenas para uma teoria do conhecimento posterior, enquanto nos ocupamos em especificar que processos são confiáveis. Podemos ainda defender uma teoria naturalista que explique os aspectos problemáticos do conceito de conhecimento, como a aparente possibilidade de se construir contraexemplos para qualquer proposta de definição, e sua vaguidade (Capítulo 1), e aceitar as consequências destes aspectos para uma teoria da justificação. Um exemplo importante destas consequências é a ideia de que o índice de confiabilidade exigido de um processo é vago. Isto não precisa se configurar em um problema do projeto confiabilista se aceitamos de antemão que o conceito de justificação realmente é vago neste aspecto (Goldman 1986, p. 107-109).

Embora seja um ponto a que pouco dão atenção, a segunda razão que Pollock & Cruz (2004) apontam para o pessimismo quanto ao projeto confiabilista levanta um problema bem mais sério. O motivo da pouca atenção não é por subestimarem sua importância, mas por se tratar de um problema já bem conhecido à literatura epistemológica, i.e., o *problema da generalidade (PG)*. A teoria confiabilista deve detectar os processos que possuem em comum a propriedade da confiabilidade. É uma consequência, portanto, que estes sejam processos tipos (*types*), pois somente processos tipos são entidades repetíveis que podem produzir crenças verdadeiras ou falsas. Grosso modo, o (PG) é um problema de *tipificação*. Um processo causal *token* de uma crença pode ser tipificado de inúmeras formas, menos ou mais amplas. O problema é que dependendo da forma em que um processo é tipificado, o índice de confiabilidade deste processo muda, e não parece haver uma resposta óbvia sobre qual o modo correto de seleccionar um processo para assinalar sua confiabilidade.

Tomemos um processo visual como exemplo. Digamos que *S* está preocupado com o paradeiro de seu gato de estimação, Tiggy, quando olha pela janela e vê seu gato dormindo no jardim de sua casa, e então forma a crença *p*: “meu gato está no meu jardim”. Como devemos individuar o processo envolvido na produção de *p* neste caso? O tipo relevante seria simplesmente causação perceptual, deve incluir os processos de categorização de GATO de *S*, os processos de categorização de TIGGY de *S*, ou detalhes causais da estimulação na retina de *S* particulares a esta instância? Cada uma destas individuações possui um índice de confiabilidade diferente, sendo até mesmo possível que uma descrição muito estreita leve a um índice de confiabilidade absoluta. Além disto, pode-se questionar se fatores do ambiente devem ser considerados para medir a confiabilidade do processo. Devemos incluir na indi-

viduação do processo a luminosidade do jardim de *S*, ou a opacidade de sua janela? Questões deste tipo têm sido colocadas desde o início do projeto confiabilista e sua dificuldade foi notoriamente reconhecida por Goldman (1986). O que é particularmente importante para nós aqui é o fato de que este é um problema que realmente diz respeito ao *projeto naturalista* do confiabilismo de processo. Confiabilistas devem uma solução para o problema da tipificação caso queiram que a possibilidade de uma teoria confiabilista de processo ser desenvolvida possa ser levada a sério. Este, ao menos à primeira vista, é um ponto que realmente justifica o pessimismo de Pollock & Cruz (2004) quanto ao confiabilismo de processo *per se*. É possível responder a esta objeção?

### 3.3. MANTENDO O PROJETO CONFIABILISTA

Dado todo o ataque de Pollock ao externalismo, o principal argumento que ele pode colocar especificamente contra o confiabilismo de processo – embora ele não o coloque de fato –, é algo como: “vamos abandonar a tentativa de tipificar processos que não parecem ser realmente tipificáveis e apenas elucidar os padrões de raciocínio que realmente utilizamos”. Neste último tópico, nós vamos defender o confiabilismo contra esta sugestão substitutiva. Embora o confiabilismo de processo pareça sofrer com um problema sério, nós defendemos que este problema não coloca realmente o projeto da teoria procedimental de normas em vantagem. O (*PG*) é um ponto que já foi extensamente discutido na literatura e, portanto, a resposta que vamos utilizar não é nova. Nós não pretendemos entrar em detalhes desta discussão, mas apenas adaptar um contra-argumento baseado na resposta que Juan Comesaña (2006) propõe ao problema. Para isso, no entanto, devemos introduzir brevemente alguns pontos desta discussão.

A resposta primária comum de um naturalista ao (*PG*) é a de que o tipo de processo relevante a ser selecionado é um tipo científico, i.e., uma resposta deve identificar os processos adequados em termos científicos, deve identificar processos que possam ser tipificados por uma ciência cognitiva. Uma resposta deste tipo é proposta por William Alston (1995). Baseado na própria definição de processo de Goldman (1986), Alston defende que “cada formação de crença envolve a ativação de certa *função psicológica* realizada (...) A função envolvida irá determinar tanto que aspectos do *input* têm influência sobre a crença de saída e

que influência eles tem”<sup>76</sup> (1995, p. 17). Em outras palavras, a ideia de Alston é que existe um tipo psicológico natural em cada processo de formação de crença, um esquema funcional da forma “a partir de tais e tais *inputs* mentais – proposicionais ou não – produzir tal e tal saída doxástica” a ser preenchido pela função *realmente operativa* em cada processo de formação de crença. A função psicológica selecionada é o tipo relevante de processo do qual a confiabilidade deve ser avaliada. A posição de Alston (1995), portanto, é uma espécie de *realismo psicológico*, i.e., a posição de que existem tipos naturais psicológicos que constituem tipos de processos.

Earl Conee e Richard Feldman (1998), os principais autores a criticarem o confiabilismo de processo devido ao (PG), admitem que uma resposta em termos de funções psicológicas diminui o número de processos relevantes que podem ser tipificados, entretanto, afirmam que esta restrição não é suficiente para solucionar o problema, pois o *token* de uma função ainda instancia inúmeros processos distintos. Para ilustrar seu ponto, Earl & Conee (1998) debatem o caso em que Smith se depara com uma macieira e forma a crença “esta árvore é uma macieira”. Segundo Earl e Conee, muitos processos podem ser tipificados a partir de um *input* sensorial da macieira e a crença resultante. Existiria uma função mais estreita que vai do formato das folhas das árvores para a crença particular de que há uma macieira por perto. Uma outra função que mapeia uma variedade de *inputs* visuais semelhantes, que inclui o formato de folha particular que Smith percebe, e leva ou à crença de que há uma macieira por perto, ou a crença de que há um carvalho por perto, ou à crença de que há um olmo por perto. Outra função mais ampla pode incluir além do par funcional <*input* visual, macieira>, uma série de outros *inputs* sensoriais. Entre outras. Conee & Feldman concluem que “o evento da formação da crença manifesta todas elas. Então, neste e em outros casos típicos, existe uma infinidade de tipos psicológicos *realmente operativos*”<sup>77</sup> (1998, p. 12, grifo nosso).

Um pequeno debate particular se formou quando Jonathan Adler e Michael Levin (2002) defenderam a resposta de Alston ao (PG). Adler & Levin (2002), basicamente, argumentaram que Conee & Feldman não estão descrevendo funções ao discutir o caso de Smith, mas a mesma função em níveis diferente de detalhe. Conee & Feldman responderam

<sup>76</sup> (...) every belief formation involves the activation of a certain psychologically realized function (...) The function involved will determine both what features of the input have a bearing on the belief output and what bearing they have.

<sup>77</sup> The one event of belief - formation manifests them all. Thus, in this and other typical cases, there are a multitude of actually operative psychological types.

posteriormente (2002). O que nos interessa neste debate, particularmente, é a colaboração recentemente feita por Comesaña (2006). Ao invés de tentar simplesmente fornecer uma nova resposta ao (PG), Comesaña importantemente argumenta que este não é um problema *especial* do confiabilismo, mas parece atingir qualquer teoria adequada de justificação. Conee & Feldman (1985), por exemplo, defendem a teoria geral conhecida como *evidencialismo*, que diz essencialmente que uma crença  $p$  de  $S$  é justificada se e somente se ela se *encaixa* (*fits*) com a evidência de  $S$ . Obviamente, “ $p$  se encaixar à evidência de  $S$ ” é algo vago demais para constituir uma teoria. Em uma caracterização um pouco mais específica, Conee & Feldman (1985) defendem que para ser justificada, uma crença não deve apenas se encaixar à evidência de  $S$ , mas *ser baseada* em seu corpo de evidência. Isto impede, por exemplo, que a crença de que “tem um ladrão dentro da minha casa” seja justificada quando é gerada por um trauma emocional ao invés da evidência que  $S$  realmente possui para acreditar que há um ladrão em sua casa. O problema, entretanto, é que uma teoria que utiliza a noção causal de “ser baseado em” parece encontrar as mesmas dificuldades de tipificação que uma teoria confiabilista. Esta não foi invocada justamente para dar conta de situações em que crenças não são geradas ou mantidas pelas relações causais visadas pela teoria evidencialista, como situações em que  $p$  realmente se encaixa à evidência de  $S$  mas é sustentada por relações causais desviantes, *e.g.*, “medos irracionais”, “*wishful thinking*”, etc. Isto, no entanto, é idêntico a dizer que algumas crenças são causadas por fatores psicológicos adequados e outras não, *i.e.*, que existem *tipos* de relações causais adequados e tipos inadequados. Evidencialistas, portanto, nos devem uma teoria de tipificação tanto quanto os confiabilistas, e enfrentam as mesmas dificuldades de tipificação relacionadas ao (PG).

O ponto de Comesaña (2006) não é o de que o evidencialismo também sofre com o (PG), mas o de que um problema muito similar vale para qualquer teoria de justificação adequada. A ideia é que uma vez que toda teoria de justificação deve se preocupar com os tipos de contraexemplos que podem ser utilizados contra a forma geral do evidencialismo, e deve restringir sua proposta de definição a uma relação causal adequada entre a crença e os antecedentes mentais de  $S$ , ou a crença e o ambiente, etc, toda teoria parece utilizar uma concepção semelhante à “ser baseado” e, portanto, estar sujeita a um problema de tipificação. Para o interesse de nosso capítulo, nós não precisamos discutir se a generalidade do ponto de Comesaña é válida ou não. Nosso interesse aqui diz respeito à teoria procedimental de normas. Como vimos, em boa parte do ataque de Pollock ao externalismo, ele parece estar fazendo essencialmente uma proposta substitutiva, *i.e.*, propondo a substituição de pro-

jetos naturalistas externalistas pelo projeto de naturalização de normas epistêmicas regulativas. Nós rejeitamos parte das razões que Pollock aponta para essa proposta porque elas nos parecem falhas ou porque elas não atingem, particularmente, o confiabilismo de processo. Todavia, um dos problemas apontados por Pollock é realmente inerente a este projeto e tem sua importância reconhecida por seus próprios defensores, i.e., o conhecido problema da generalidade. Nós podemos agora ainda rejeitar sua proposta.

O mesmo ponto que Comesaña coloca sobre o evidencialismo – e talvez sobre qualquer teoria de justificação – também se aplica à teoria procedimental de normas. A definição de quando uma crença é racional ou justificada é dada pela teoria procedimental, porém apenas de uma forma vaga. O projeto de Pollock, assim como o de Goldman (1986), é um projeto que para ser completado ainda deve ser adequadamente desenvolvido com uma boa dose de ajuda das ciências cognitivas. Pollock, particularmente, além de elucidar quais são de fato nossas normas regulativas, ainda nos deve uma teoria detalhada sobre quando uma crença é gerada em conformidade com estas normas e quando não são. Digamos que nós abandonamos a tentativa de desenvolver uma teoria de justificação e assumimos o projeto de desenvolver uma teoria da cognição. Uma teoria substantiva de cognição racional deve especificar todas as condições factuais que tornam uma crença racional. Tomemos novamente o caso de Smith como exemplo. Smith se depara com uma macieira e forma a crença “esta árvore é uma macieira”. Esta crença é racional? A resposta a essa questão é muito mais difícil do que pode parecer em primeira instância. A relação causal relevante entre normas epistêmicas e a crença – a relação factual que significa “em conformidade com” – é apenas a relação causal envolvida na instanciação das normas deste processo *token*? Se sim, isto é problemático porque existem formas mais amplas e mais estreitas de se caracterizar um único processo. É uma relação que inclui a influência das normas epistêmicas ao longo de toda a aquisição de informações que resultaram na atual capacidade de categorização de Smith? Neste caso, quanta influência é suficiente para a formação de crença racional? Todos os processos *tokens* envolvidos na aquisição de informações agora utilizadas neste processo devem ter sido guiados por normas epistêmicas? Se não, que proporção de processos deve ter sido?

Outra complexidade da teoria da cognição racional que implica em problemas de tipificação diz respeito à relação entre racionalidade e irracionalidade. Pollock (1986, 2007) atribui a possibilidade de irracionalidade do ser humano à existência de mecanismos *heurísticos* em nosso sistema cognitivo – mecanismos selecionados evolutivamente por terem sido úteis em ambientes passados, mas que muitas vezes possuem resultados inadequados nos

ambientes atuais. Segundo Pollock (2007), toda irracionalidade pode ser atribuída à existência destes mecanismos. Mas isto não livra sua teoria de problemas de tipificação ou vaguidades. Uma crença pode ser irracional, porque é possível *desviar* de formas de raciocínio padrão – devido aos mecanismos heurísticos. Mas que *tipos* de raciocínio são formas padrão? Pollock provavelmente tem que recorrer a algumas listas de esquemas para responder a esta questão, mas, como já vimos, existem formas mais amplas e mais estreitas de tipificar um processo padrão. Além disto, uma vez que a racionalidade epistêmica e a racionalidade prática são julgadas em pacote – como o próprio Pollock (Pollock & Cruz 2004) coloca –, pode ser muito difícil determinar quando uma crença é mantida por relações causais que podem ser consideradas racionais ou não. Por exemplo, algumas formas de cognição são infectadas por desejos ou estados emocionais do indivíduo, e afetam inclusive os processos de acesso à memória (Stipek 1984). Algumas influências conativas ou emocionais podem fazer com que o indivíduo não se empenhe em certos processos padrões, como revisar a evidência que possui relacionada a esses estados mentais. Quando é racional manter um estado doxástico afetado por estas influências? Pollock não tem como responder a isto sem apelar para que *tipos* de influências causais são adequadas, e quais são inadequadas.

A última resposta que podemos dar ao ataque de Pollock ao externalismo, portanto, é a de que a complexidade de seu projeto também inclui problemas de tipificação. Se há ou não uma maneira óbvia de uma teoria que assume um realismo psicológico resolver problemas deste tipo, isto afeta tanto o confiabilismo de processo quanto outras teorias naturalistas que apelam para o funcionamento de nosso sistema cognitivo. Desta perspectiva, então, não há realmente uma vantagem teórica para que Pollock possa apelar contra o confiabilismo de processo.



## Conclusão

Neste trabalho nós apresentamos três linhas distintas de defesa ao externalismo epistêmico com a pretensão de fornecer motivações robustas a esta posição. No primeiro capítulo, nós fornecemos um diagnóstico para a controvérsia intuitiva entre externalistas e internalistas originada na análise do conhecimento. Embora a literatura em psicologia de conceitos sugira que haja sempre a possibilidade de se criar contraexemplos intuitivos para qualquer teoria específica de conhecimento ou justificação, nós encontramos razões para acreditar que nossas intuições predominantemente favorecem a adoção do externalismo. Mesmo que uma teoria externalista não possa realmente ser construída de um modo que não encontre os problemas que se mostraram típicos na análise do conhecimento pós-Gettier, o tipo de intuição que é usado a favor de teorias externalistas é preferível do ponto de vista de uma análise conceitual, ou seja, intuições mais refletidas. Embora o que afirmamos sobre quais são nossas intuições em tal e tal caso se sustente no que é sugerido pela literatura epistêmica, nós reconhecemos, contudo, que este argumento pode vir a ser anulado via novos resultados empíricos. Se forem feitos cuidadosamente e extensivamente experimentos que mostrem que nossas intuições epistêmicas não são realmente as que nós indicamos, então o argumento falha. Algo deste tipo, entretanto, não foi realizado.

No segundo capítulo, nós argumentamos que a abordagem contextualista falha em solucionar aquilo que é um dos principais motivadores desta posição: o paradoxo céptico. Nós afirmamos que existe um aspecto confuso na literatura contextualista – ao menos no que está explícito em seus principais defensores e críticos – sobre se afinal o contextualismo se constitui apenas em uma solução semântica ou realmente trata do conceito de conhecimento. Argumentamos então que ambas as interpretações trazem problemas para o contextualismo e, por fim, apresentamos a conhecida resposta externalista ao problema. A solução externalista, é claro, não é consensual, sendo particularmente tida como uma espécie de falibilismo – uma posição considerada insatisfatória por muitos. Nossa intenção, no entanto, foi apenas apresentar uma motivação para aceitarmos a resposta externalista. Fizemos isto ao discutir a abordagem contextualista e defender que tanto a compreensão adequada do paradoxo céptico, como uma resposta externalista a este, se originam no conceito de conhecimento. Particularmente, externalistas apelam para a intuição de que um estado de conhecimento pode ser basicamente entendido como uma relação adequada entre o sujeito e o mundo externo. Isto assinala para a possibilidade de conhecimento mesmo em situações nas quais não

temos como afastar possibilidades céticas, quando não temos razões para duvidar da validade de nossas evidências empíricas.

Por fim, no terceiro capítulo, nós discutimos a suposta refutação de Pollock ao externalismo através de uma abordagem naturalista. Sugerimos que a proposta de Pollock é essencialmente a de substituir o projeto de naturalização da justificação epistêmica pelo projeto de naturalização da cognição racional, e mostramos então a diferença entre este projeto e o da teoria naturalista mais corrente do externalismo, i.e., o *confiabilismo*. Avaliamos quais razões Pollock pode realmente utilizar contra este projeto e concluimos que a principal delas seria o conhecido problema da generalização para o confiabilismo. Utilizamos então uma resposta recente de Comesaña (2006) para argumentar que este problema não fornece vantagem para o projeto de Pollock, mas, ao contrário, também o afeta. Isto, no mínimo, faz com que ambos os projetos estejam no mesmo patamar, e leva à falha de sua proposta substitutiva.

## Referências

- Adler, Jonathan; Michael Levin (2002). "Is the Generality Problem too General?". *Philosophy and phenomenological Research*, LXV(1): 87-97.
- Alston, William (1995). "How to Think About Reliability". *Philosophical Topics* 23: 1-29.
- Annis, D. B. (1978). "A Contextualist Theory of Epistemic Justification". *American Philosophical Quarterly*, 15(3): 213-219.
- Bach, K. (2005). "The emperor's new 'knows'". In G. Preyer & G. Peter (Eds.), *Contextualism in philosophy. Knowledge, meaning, and truth* (p.51–90) Clarendon Press.
- Barsolou, L. (1985). "Ideals, central tendency, and frequency of instantiation". *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition* 11: 629-654.
- Barsalou, L.W.; Wiemer-Hastings, K. (2005). "Situating abstract concepts". In D. Pecher and R. Zwaan (Eds.), *Grounding cognition: The role of perception and action in memory, language, and thought* (p. 129-163). New York: Cambridge University Press.
- Bergmann, M. A. (2006). *Justification Without Awareness: A Defense of Epistemic Externalism*. Oxford University Press.
- BonJour, Laurence (1980). "Externalist Theories of Empirical Knowledge". *Midwest Studies in Philosophy* 5: 53-73.
- Chisholm, Roderick (1977). *Theory of Knowledge*, 2 ed., Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- \_\_\_\_\_, (1989). *Theory of Knowledge*, 3 ed., Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Cohen, Stewart (1984). "Justification and Truth". *Philosophical Studies* 46: 279-295.
- \_\_\_\_\_, (1988). "How to be a Fallibilist". *Philosophical Perspectives* 2: 91-123.
- \_\_\_\_\_, (1999). "Contextualism, Skepticism, and The Structure of Reasons". *Philosophical Perspectives* 13: *Epistemology*: 57-89.
- Comesaña, Juan (2005). "We Are (Almost) All Externalists Now". *Philosophical Perspectives* 19 (1):59–76.
- \_\_\_\_\_, (2006). "A Well-Founded Solution to the Generality Problem". *Philosophical Studies* 129: 27-47.
- Conee, Earl; Feldman, Richard (1985), "Evidentialism". *Philosophical Studies* 48: 15-34.
- \_\_\_\_\_, (1998). "The Generality Problem for Reliabilism". *Philosophical Studies* 89: 1-29.
- \_\_\_\_\_, (2001). "Internalism Defended." In: Kornblith (ed.), *Epistemology: Internalism and Externalism* (p. 231-60).

- \_\_\_\_\_, (2002). "Typing Problems," *Philosophy and Phenomenological Research*, LXV(1): 98-105.
- DeRose, K. (1992). "Contextualism and Knowledge Attributions". *Philosophy and Phenomenological Research*, 52(4): 913-929.
- \_\_\_\_\_, (1995). "Solving the Skeptical Problem". *The Philosophical Review*, 104(1), 1-52.
- \_\_\_\_\_, (1999). "Contextualism: An Explanation and Defense". in J. Greco and E. Sosa, eds., *The Blackwell Guide to Epistemology* (p. 185-203), Malden MA.
- Dretske, Fred (1985). "Precis of Knowledge and the Flow of Information". In: Hilary Kornblith, ed., *Naturalizing Epistemology*. Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_, (2004). "Externalism and Modest Contextualism". *Erkenntnis* 61: 173–186.
- Feldman, Richard (1985). "Reliability and Justification," *Monist* 68: 159-174.
- \_\_\_\_\_, (2001). "Skeptical Problems, Contextualist Solutions". *Philosophical Studies*, 103: 61-85.
- \_\_\_\_\_, (2004). "Comments on DeRose's 'Single Scoreboard Semantics'". *Philosophical Studies*, 119 (1-2): 23-33.
- Foley, Richard (1985). "What's Wrong with Reliabilism?" *Monist* 68: 188-202.
- Fumerton, Richard (1995). *Metaepistemology and Skepticism*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- Gettier, Edmund (1963). "Is Justified True Belief Knowledge?" *Analysis* 23: 121-123.
- Goldman, Alvin I. (1976). "Discrimination and Perceptual Knowledge". Reimpresso in A. Goldman (1992), *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences* (p. 85-104). Cambridge, MA: MIT Press.
- \_\_\_\_\_, (1979). "What is justified belief?" Reimpresso in Goldman (1992), *Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences* (p. 105-126). Cambridge, MA: MIT Press.
- \_\_\_\_\_, (1986). *Epistemology and Cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_, (1992). "Epistemic folkways and scientific epistemology". In *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences* (p. 155-177). Cambridge, MA: MIT Press.
- \_\_\_\_\_, (2007). "Philosophical Intuitions: Their Target, Their Source, and Their Epistemic Status". *Grazer Philosophische Studien* 74: 1-26.
- \_\_\_\_\_, (2009). "Internalism, Externalism, and the Architecture of Justification". *Journal of Philosophy* 106 (6).
- Greco, John (2008). "What's Wrong with Contextualism?". *Philosophical Quarterly* 58 (232): 416–436.

- Heller, Mark (1999). "The Proper Role of Contextualism in Anti-Luck Epistemology". *Philosophical Perspectives* 13: 115-29.
- Keil, F. (1989). *Concepts, Kinds, and Cognitive Development*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Keil, F. C.; Batterman, N. (1984). "A characteristic-to-defining shift in the acquisition of word meaning". *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior* 23: 221-236.
- Kornblith, H. (2000). "The Contextualist Evasion of Epistemology". *Philosophical Issues* 10: 24-32.
- \_\_\_\_\_, (2001). *Epistemology: Internalism and Externalism*. Cambridge. MIT Press.
- \_\_\_\_\_, (2002). *Knowledge and its Place in Nature*. Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_, (2007). "Naturalism and Intuitions". *Grazer Philosophische Studien* 74: 27-49.
- Laurence, S.; Margolis, E. (1999). "Concepts and Cognitive Science". In E. Margolis & S. Laurence (eds.) *Concepts: Core Readings* (p. 3-81). Cambridge, MA: MIT Press.
- Lehrer, Keith (1990). *Theory of Knowledge*. Boulder, Co: Westview.
- Lewis, D. (1979). "Scorekeeping in a Language Game". *Journal of Philosophical Logic* 8: 339-359.
- Machery, E. (2009). *Doing without Concepts*. New York: Oxford University Press.
- Medin, D. L.; Smith, E. E. (1984). "Concepts and concept formation". *Annual Review of Psychology* 35: 113-138.
- Neta, R. (2003). "Contextualism and the Problem of the External World". *Philosophy and Phenomenological Research*, 66(1): 1-31.
- Pollock, John (1984). "Reliability and Justified Belief". *Canadian Journal of Philosophy* 14: 103-114.
- \_\_\_\_\_, (1990). *Nomic Probability and the Foundations of Induction*. Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_, (1995). *Cognitive Carpentry*. MIT Press.
- \_\_\_\_\_, (1997). "Reasoning about change and persistence: a solution to the frame problem". *Nôus* 31: 143-169.
- \_\_\_\_\_, (2002). "Defeasible reasoning with variable degrees of justification". *Artificial Intelligence* 133: 233-282.
- \_\_\_\_\_, (2007). "Irrationality and Cognition". In *Epistemology: New philosophical essays*, ed. Quentin Smith, New York: Oxford University Press.
- Pollock, John & Cruz, Joe (2004). "The Chimerical Appeal of Epistemic Externalism". Richard Schantz (ed.). *The Externalist Challenge* (p.125-142). Berlin: De Gruyter.

- Pollock, John & Oved, Iris (2006). *Thinking about Acting: Logical Foundations for Rational Decision Making*. New York, Oxford.
- Ramsey, William (1992). "Prototypes and Conceptual Analysis". *Topoi* 11:59–70.
- Rosch, E. (1973). "On the internal structure of perceptual and semantic categories". In T. E. Moore (ed.), *Cognitive Development and the Acquisition of Language*, Academic Press, New York.
- Rosch, E. (1975). "Cognitive representation of semantic categories", *Journal of Experimental Psychology: General* 104: 192-233.
- \_\_\_\_\_, (1978). "Principles of categorization". In E. Rosch and B. Lloyd (eds.), *Cognition and Categorization* (p. 27-48), Lawrence Erlbaum, Hillsdale, New Jersey,.
- Rosch, E.; Mervis, C. (1975). "Family resemblances: studies in the internal structure of categories". *Cognitive Psychology* 8: 382-439.
- Rosch, E.; Simpson, C.; Miller, R. S. (1976). "Structural bases of typicality effects". *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance* 2: 491-502.
- Schwanenflugel, P. J. (1991). "Why are abstract concepts hard to understand?". In P. J. Schwanenflugel (Ed.), *The psychology of word meanings* (p. 223-250). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Smith, Edward E. (1988). "Concepts and Thought". In Smith, Edward E., & Sternberg, R. J., (Eds.). *The psychology of human thought* (p. 19-41). New York: Cambridge University Press.
- Sosa, Ernest (2000). "Skepticism and Contextualism". *Philosophical Issues* 10: 1-18.
- Stanley, J. (2005). *Knowledge and Practical Interests*, New York and Oxford: Oxford University Press.
- Sterman, J.; Cronin, M.; Gonzalez, C. (2009). "Why Don't Well-Educated Adults Understand Accumulation? A Challenge to Researchers, Educators and Citizens." *Organizational Behavior and Human Decision Processes* 108: 116-130.
- Steup, Matthias (1999). "A Defense of Internalism." In L. Pojman (ed.). *The Theory of Knowledge: Classical and Contemporary Readings*. 2 ed. Belmont: Wadsworth Publishing.
- Stich, S.; Weinberg, J.; Nichols, S. (2001). "Normativity and Epistemic Intuitions". *Philosophical Topics* 29(1-2): 429-60.
- Stine, Gail C. (1976). "Skepticism, Relevant Alternatives, and Deductive Closure". *Philosophical Studies* 29: 249-261.

- Stipek, D. J. (1984). "Young Children's Performance Expectations: Logical Analyses or Wishful Thinking". In Nicholls, I. (ed.), *Advances in Motivation and Achievement*, vol. 3, Greenwich, Conn.: JAI Press.
- Stroud, Barry (1984). *The Significance of Skepticism*. Oxford: Clarendon Press.
- Unger, Peter (1968). "An Analysis of Factual Knowledge". *Journal of Philosophy* 65: 157-170.
- \_\_\_\_\_, (1975). *Ignorance: A Case for Skepticism*. New York: Oxford University Press.
- Yourgrau, P. (1983). "Knowledge and Relevant Alternatives". *Synthese* 55: 175-190.
- Wittgenstein, Ludwig (1953/2001). *Philosophical Investigations*. Blackwell Publishing.
- Wittgenstein, Ludwig (1969). *On Certainty*. Traduzido por D. Paul and G. E. M. Anscombe, editado por G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright. Oxford: Basil Blackwell.
- Zagzebski, L. (1999). "What is Knowledge?". In J. Greco and E. Sosa. (eds.), *Epistemology* (92–116). Oxford: Basil Blackwell.